CADERNOS
TEORIA e DEBATE

SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

# POLÍTICAS PÚBLICAS
## DO NORDESTE PARA O BRASIL

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS
TEORIA e DEBATE

SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

# POLÍTICAS PÚBLICAS
## DO NORDESTE PARA O BRASIL

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DO NORDESTE

Fevereiro/2022

*Este Caderno Teoria e Debate* faz parte da série *Reconstrução e Transformação do Brasil*: um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo e não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

CADERNOS
TEORIA eDEBATE

# EXPEDIENTE

**Fundação Perseu Abramo**
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

**Diretoria**
Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vívian Farias
Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar

**Conselho Curador**
Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

**Coordenação Editorial da Coleção:** Rose Spina
Equipe editorial: Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.
Projeto gráfico: Camila Roma
Revisão: Angélica Ramacciotti, Claudia Andreoti

**NAPP-NE/FPA**

**Coordenação Geral:**
Jonas Paulo Neres

**Coordenação Executiva:**
Leonardo Leão

**Núcleo de Coordenação:**
Eugênio Peixoto (em memória), Glauber Piva, Joaquim Cartaxo, Lidiane César, Luciana Mandelli, Maria Fernanda Coelho, Renato Carvalho, Thiago Xavier, Vivian Farias

**Integrantes/Participantes:**
Adalberto Alencar, Alexandre Lima, Arany Santana, Barros Neto, Carlos Veras, César Lisboa, Chico Floresta, Chico Gonçalves, Clóvis Caribé, Conceição Vieira, Darlan Santos, Eduardo Neves, Eduardo Topázio, Elen Coutinho, Eliane Aquino, Eugênio Desen, Eva Maria Chiavon, Fabiano Piuba, Fabya Reis, Fernando Mineiro, Francisco Alexandre, Francisco De Assis Diniz, Givânia Silva, Henrique Paiz, Igor Prazeres, João Bosco, Jomar Fernandes, José de Arimatéia, José "Geraldão" Saraiva, José Inácio, Marcelino Fonteles, Márcio Caniello, Patrícia Vasconcelos, Paulo Cavalcanti, Paulo Gabriel Nacif, Paulo Guimarães, Rafael Fonteles, Ranieri Muricy, Rejane Tavares, Rodrigo Soares, Sérgio Goiana, Sérgio Leite, Sérgio Storch (em memória), Viviane Moura, Xauí Peixoto, Zé Inácio.

**Centro de Altos Estudos (CAE)**
**Coordenador-executivo:** William Nozaki

**Fundação Perseu Abramo**
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana 04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299 – www.fpabramo.org.br

# SUMÁRIO

**Introdução** ..... 06

**Dedicatória** ..... 11

**Agenda de Eventos e Participações** ..... 12

**Jornada Temática Nordeste – Democracia e Desenvolvimento** ..... 14

**Seminário Gestão Estratégica e Financiamento do Estado** ..... 21

**Seminário Consórcios Públicos** ..... 26

**Seminário Transição Energética** ..... 31

**Seminário MATOPIBA – Desafios do Cerrado Nordestino** ..... 41

**Diálogos Estratégicos: Planos da China e EUA** ..... 47

**Seminário Cultura, Desenvolvimento e Identidade** ..... 54

**Seminário Igualdade Racial** ..... 56

**Seminário de Mulheres e o Desenvolvimento** ..... 59

**Seminário Combate à Fome e Resgate da Cidadania no Nordeste** ..... 63

**Seminário Sustentabilidade Hídrica e Saneamento** ..... 75

**Seminário Conectividade para o Desenvolvimento** ..... 89

**Seminário Retomada da Economia: Nordeste e o Brasil** ..... 107

**ANEXO**

**Um Novo Estado Democrático Surge no Nordeste** ..... 115
Jonas Paulo Neres

**Região Nordeste e o Futuro da Geração de Energia Elétrica Brasileira** ..... 118
Darlan Santos

**Consórcios Públicos: Instrumentos de Cooperação para o Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro ..... 122**
Thiago dos Santos Xavier

**Nordeste e a Economia Criativa ..... 129**
Joaquim Cartaxo

**Prelúdio da Universidade Nordestina: Sujeito, Projeto e Sustentação Política para o Desenvolvimento Regional .....134**
Paulo Fernando Cavalcanti Filho

**Reduzir as Desigualdades Regionais é o Caminho para um País Mais Justo ..... 138**
Francisco Alexandre

# INTRODUÇÃO

## **Oxente**... **Diálogo com o Nordeste que Faz e Fez!**

*Não tenho um caminho novo,*
*o que tenho de novo é o jeito de caminhar*
Thiago de Mello

A criação do Núcleo de Articulação de Políticas Públicas do Nordeste (NAPP-NE) pela Fundação Perseu Abramo foi a resultante do debate das políticas de desenvolvimento regional com a eficiente coordenação da professora Maria Lúcia Falcón durante a elaboração do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, ocasião na qual notamos que no Nordeste estava acontecendo mais do que apenas políticas regionais, mas uma experiência concreta do exercício de novas formas de gestão, que traziam novos conceitos e paradigmas que mexiam no âmago da questão do papel do Estado.

Os debates e estudos na época evidenciaram como a região nordestina se destaca no planejamento estratégico, na alteração dos padrões de financiamento das políticas públicas e no reposicionamento da concepção espacial do desenvolvimento, com uma abordagem territorial com mudanças importantes na infraestrutura, logística, diversificação da matriz energética, tecnologias da comunicação, novo mundo rural e articulação e interação dos entes públicos nos diversos níveis.

O PAC revolucionou o Nordeste na requalificação das malhas viárias, portos, aeroportos, linhas de transmissão, energia solar e eólica, interiorização do ensino superior e técnico, modernização da agricultura, estruturação das cadeias alimentares na agricultura familiar, tecnologia e engenharia social na convivência com o semiárido, estruturação das redes de saúde pública, desde básica à média e alta complexidades.

Enfim, o Nordeste teve um *boom* de desenvolvimento em índices maiores que o da média do país, ainda ancorado numa ampla rede de políticas de inclusão social e distribuição de renda, que dinamizou as economias locais do interior nordestino, com reflexo direto na elevação do padrão de vida das populações. Vimos pouco a pouco desaparecerem as mazelas da alta mortalidade infantil da indústria da seca e dos retirantes no êxodo rural intenso, que eram marcas que identificavam a região.

Outro avanço foi a desarticulação das elites que se apoderavam dos aparelhos do Estado no sentido de manter privilégios e usufruir os recursos públicos segundo necessidades e interesses próprios. Desde o início deste século, o Nordeste vem vivenciando um rico processo de avanço democrático, com a derrota das velhas oligarquias em cada estado nordestino. Novos governadores compromissados com as mudanças necessárias para a região lideraram amplas coalizões de forças políticas e sociais, que possibilitaram o desenvolvimento de ações do governo federal nos estados nordestinos.

Também emergiram lideranças que foram expoentes e ganharam expressão nacional, como Marcelo Deda, Jaques Wagner, Eduardo Campos, Wellington Dias, Fátima Bezerra, Camilo Santana, Ciro e Cid Gomes, Rui Costa, Flávio Dino, que, cada um ao seu modo, dirigiram os estados e fizeram processos interessantes de democratização e modernização política, econômica e social.

O Nordeste deixou de ser um problema para ter papel importante na busca da superação das crises nacionais e apresentar soluções para o Brasil, demonstrando que as dificuldades para o desenvolvimento duradouro permanecerão imensas enquanto o modelo adotado estiver condicionado aos padrões ou critérios socioeconômicos do Sudeste e do Sul, regiões com alta renda, competitividade e capacidade tecnológica.

O Brasil é um país diverso, no qual a região Nordeste contém, simultaneamente, territórios com grande vitalidade socioeconômica em que ainda existe pobreza e miséria, e, por outro lado, de modo ímpar, a população nordestina possui alta capacidade de organização, pertencimento socioterritorial e potencial de transformação do crescimento em desenvolvimento. Todavia, como alertam Gil e Caetano na composição *Divino Maravilhoso*, gravada por Gal Costa em 1969: é preciso atenção ao dobrar a esquina, ao pisar o asfalto, para o sangue no chão; tudo é perigoso, tudo é divino maravilhoso, mas atenção: é preciso estar atento e forte.

Atento e forte nos governos Lula e Dilma, o Nordeste reduziu a desigualdade, diversificou a socioeconomia, ampliou as oportunidades com mais saúde, educação e desenvolveu políticas e atividades visando vencer o desafio de erradicar a fome, a pobreza e a miséria.

A forma inteligente e articulada com que os governos progressistas do Nordeste se conectaram aos programas e projetos federais na Era Lula/Dilma potencializaram e enraizaram as políticas públicas transformadoras, bem como multiplicaram a sua eficácia e os resultados econômicos e sociais. Assim, o Nordeste virou um grande canteiro de obras, do sertão ao litoral, e um extraordinário laboratório de políticas sociais e construção da cidadania.

Diminuímos as desigualdades, ampliamos os direitos das pessoas excluídas de qualquer direito, aprimorando os mecanismos de participação social na gestão do Estado e escolha de prioridades. Em governos de coalizão, estes processos de radicalização da democracia não são lineares, nem permanentes numa mesma direção. Sofremos reveses e derrotas, mas avançamos.

Com o golpe jurídico-parlamentar e midiático contra o governo da presidenta Dilma interrompeu-se a dinâmica da relação do governo federal com os estados nordestinos. E, pior ainda, com a ascensão do governo da extrema direita, que definiu os governos estaduais

nordestinos como inimigos declarados, consumaram o desmonte das políticas de investimentos na engenharia pesada consultiva e construtiva dos grandes investimentos em logística, habitação, mobilidade urbana, infraestrutura hídrica e programas voltados para os assentados de reforma agrária, quilombolas e convivência com o semiárido.

A ânsia do desmonte foi tão grande que tiraram a Petrobras da região onde ela nasceu e respondia por toda a cadeia produtiva de óleo e gás, com profundos efeitos negativos nas economias da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e, ainda, Ceará, Alagoas e Pernambuco.

Foi aí, no quadro de dificuldades, que a criatividade dos governos nordestinos se fez sentir, à medida que, a partir dos planos estratégicos de cada estado, num contexto de restrição orçamentária e estabelecimento da nociva política de teto de gastos, foram buscadas parcerias privadas nas áreas mais dinâmicas, otimização de contratos internacionais existentes, busca de novas parcerias com fundos e governos externos, estruturação das garantias para buscar atrair investidores/empreendedores e, buscando um novo contorno à política de Parcerias público-privadas (PPPs), Concessões e Delegações, os estados não deixaram de estabelecer as regras na indução e regulação.

A busca incessante de alternativas para o Nordeste não virar um "cemitério de obras paradas" unificou os estados e foi criado o Fórum dos governadores do Nordeste, que teve a iniciativa e a coordenação do então governador da Paraíba, Ricardo Coutinho. A experiência evoluiu para a criação do Consórcio Nordeste, dirigido inicialmente pelo governador da Bahia, Rui Costa. As duas experiências exitosas seguiram tendo na liderança o governador do Piauí, Wellington Dias, um inspirador e eficaz articulador.

Com o agravamento da crise sanitária, social e econômica e o avanço da fome e da miséria, o Consórcio Nordeste, por meio da Câmara Temática da Agricultura Familiar, e a importante contribuição da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e de uma rede de ONGs e fóruns de universidades e sociedade civil, estão desenvolvendo iniciativas importantes para o enfrentamento da grave crise que impacta a região.

Portanto, o que apresentamos é o resultado de cerca de duas dezenas de seminários com governadores, parlamentares, secretários de estado, dirigentes de empresas e autarquias, lideranças sindicais e comunitárias, coordenadores de ONGs, pesquisadores, gestores públicos de todos os estados do Nordeste.

Desejamos que este documento seja visto não apenas como uma contribuição para o debate de Política Regional no contexto do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, mas sim uma Agenda do Desenvolvimento que vem sendo testada e aponta novos caminhos e rumos, além de conceitos inovadores sobre o avanço democrático das instituições e da sociedade brasileira, em que depositamos nossas energias e esperanças na volta do presidente Lula à direção dos destinos coletivos do nosso povo brasileiro.

## EUGÊNIO PEIXOTO, PRESENTE!

Os saberes e fazeres presentes neste relatório, síntese dos seminários e debate ocorridos ao longo de nove meses, têm um parceiro autoral que nos orgulha destacar, o companheiro Eugênio Peixoto, militante do Partido dos Trabalhadores com acentuada produção intelectual, política e profissional, em especial nas questões relativas ao papel estratégico do Nordeste no desenvolvimento brasileiro, principalmente agricultura familiar, cultura e pequenos negócios.

Tivemos a imensa satisfação de conviver, debater e compartilhar com Eugênio ideias e práticas que constituem esta publicação. Assim, rendemos nossas homenagens a Eugênio Peixoto.

A vida segue e seu legado intelectual nos acompanhará, visando constituir uma agenda que evidencie o Nordeste como ativo cultural, político, socioeconômico e socioambiental do projeto nacional de desenvolvimento.

## AGENDA DE EVENTOS REALIZADOS EM 2021

23/02 a 25/02 – Jornada Temática – Nordeste: Democracia e Desenvolvimento
06/04 – Seminário Terça da Benção – Igualdade Racial no Nordeste
09/04 e 10/04 – Seminário Mulheres e o Desenvolvimento no Nordeste
22/04 – Seminário Combate à Fome e Resgate da Cidadania no Nordeste
11/05 – Seminário Consórcios Públicos: Desenvolvimento Regional e Pandemia
09/06 e 10/06 – Seminário Gestão Estratégica e Financiamento do Estado
14/07 – Seminário Eugênio Peixoto – Cultura, Desenvolvimento e Identidade Nordestina
29/07 – Diálogos Estratégicos – Planos de Desenvolvimento: China e EUA
03/08 – Seminário Transição Energética no Brasil e no Nordeste
12/08 – Seminário Matopiba: Desafios do Cerrado Nordestino
23/09 – Seminário Conectividade para o Desenvolvimento
29/09 e 30/09 – Seminário Retomada da Economia – Nordeste e o Brasil
20/10 e 21/10 – Seminário Sustentabilidade Hídrica e Saneamento

**Palestrantes:**
Dilma Rousseff – ex-presidenta do Brasil
Fernando Haddad – ex-ministro da Educação
Ideli Salvatti – ex-ministra-chefe de Direitos Humanos
José Graziano – ex-ministro de Combate à Fome
Miriam Belchior – ex-ministra do Planejamento
Fátima Bezerra – governadora do Rio Grande do Norte
Flávio Dino – governador do Maranhão
Rui Costa – governador da Bahia
Wellington Dias – governador do Piauí
Eliane Aquino – vice-governadora de Sergipe
João Leão – vice-governador da Bahia
Regina Sousa – vice-governadora do Piauí
Humberto Costa – senador por Pernambuco
Jaques Wagner – senador pela Bahia
Jean Paul Prates – senador pelo Rio Grande do Norte
Kátia Abreu – senadora por Tocantins
Rogério Carvalho – senador por Sergipe
José Sergio Gabrielli – ex-presidente da Petrobras
Cláudia Leitão – ex-secretária nacional da Economia Criativa
Esther Bemerguy – ex-secretária de Investimentos Estratégicos do MPOG
Maria Lúcia Falcón – ex-secretária de Investimentos Estratégicos do MPOG
Silvano Silvério – ex-secretário de Recursos Hídricos do MMA
Marcio Pochmann – presidente do Instituto Lula
Tânia Bacelar – consultora em Economia Pública e Planejamento
Carlos Gabas – secretário executivo do Consórcio Nordeste

## JORNADA TEMÁTICA
## NORDESTE – DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
23, 24 e 25/02/2021

Contando com a abertura do presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA), Aloizio Mercadante, o seminário teve a palestra master do governador da Bahia Rui Costa, que discorreu sobre as experiências dos governos estaduais nordestinos, o Fórum dos governadores e o Consórcio Nordeste.

O governador enfatizou o papel do Consórcio Nordeste diante da crise sanitária e econômica; listou as diversas ações dos governos nordestinos para garantir os incentivos na infraestrutura e na logística da região, citando os parques eólicos e solares, a mobilidade urbana (metrôs, VLTs, BRTs, viadutos, vias expressas etc.) que os estados estão implementando com parcerias empresariais e internacionais. Ressaltou também os programas da agricultura familiar, que alavancaram a produção de alimentos em quase todos os estados nordestinos, agregando valor à produção rural com agroindústrias.

O presidente do Conselho Curador da FPA, Fernando Haddad, enfatizou a importância dos avanços do Nordeste com seus governos estaduais e o seu consórcio dos governadores no contraponto ao neoliberalismo e à política reacionária e entreguista do governo federal, e enfatizou a força dos projetos desenvolvidos na economia, no social, na infraestrutura com reforço às ações do governo federal na era Lula e na continuidade e aprofundamento do seu legado.

A governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, acentuou o grave momento da pandemia e a inexistência de uma política e uma coordenação nacional para o seu enfrentamento, e ressaltou o papel dos governadores e do Consórcio Nordeste na gestão do processo de crise sanitária, orientando o país.

O senador Rogério Carvalho (SE) enfatizou o papel da oposição no Congresso na conquista do auxílio emergencial e na pressão sobre o acesso da população à vacina, e registrou o descaso e a desarticulação do governo federal, junto aos países e laboratórios.

Analisando o novo momento democrático do Nordeste, o governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias, expôs as experiências inovadoras dos governos nordestinos no tocante a Parcerias público-privadas (PPPs), com atenção nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e compromisso social, destacando a nova dimensão das concessões públicas com reforço ao papel indutor e regulador do estado.

Ressaltou a diversificação da matriz energética, com avanços dos parques eólicos e solares, no Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, principalmente, e enfatizou o projeto Piauí Conectado, que, desenvolvido na forma de PPP, interligou todo o estado, e está em discussão a expansão com o Nordeste Conectado.

O senador Jaques Wagner (BA) acentuou a mudança do quadro político na região, o avanço democrático e o novo projeto de desenvolvimento iniciado na região com os governos de Marcelo Deda, em Sergipe, e dele, na Bahia, em sintonia fina com o governo do presidente Lula; dando destaque à inclusão social de milhões de nordestinos, erradicando a fome, e assegurando a sustentabilidade ambiental, principalmente na convivência com o semiárido.

Da mesma forma, o senador Humberto Costa (PE) destacou o papel estratégico do Nordeste na disputa de rumos para o desenvolvimento do país e afirmação do projeto democrático.

**Principais temas**

- Importância do Nordeste e seus governos estaduais no contraponto ao neoliberalismo no governo federal; na resistência, pois

amplificou as políticas estruturantes da era Lula-Dilma e criou um novo ambiente de desenvolvimento na região, onde se destaca o Consórcio Nordeste com seu protagonismo na pandemia e na afirmação do Estado democrático.

– Os governos estaduais do Nordeste resgataram as políticas de Estado e estabeleceram as políticas internacionais e parcerias com a iniciativa privada, garantindo o substancial dos grandes investimentos e retomando obras ou concluindo aquelas que estavam em estado avançado, na época do golpe contra a presidenta Dilma, com destaque à mobilidade urbana, energias renováveis – solar e eólica, adutoras e barragens, conectividade, rodovias etc.

– Uma nova forma de atração de investimentos se desenvolveu a partir dos estados com a criação de fundos diversos para oferta de garantias e contrapartidas, a busca de investidores-empreendedores, constituição de SPEs e empreendimentos na forma de PPPs, a estruturação de fundos garantidores, a reformulação de concessões de obras e serviços estruturantes, assegurando relevante papel indutor e regulador ao estado. Foram criadas legislações próprias e ajustes na gestão dos ativos dos estados com vistas a implementar as obras e as novas modelagens de gestão.

– Os estados, além da gestão dos ativos, constituíram entes específicos para estruturar e gerir os fundos e ativos, como empresas, para operarem parcerias com entes privados, com a capacidade de associar-se a fundos e empreendedores em parcerias para investimentos.

– Os ODS do milênio também foram balizadores desta reformulação das políticas públicas, principalmente no que se refere ao ambiental, social e a renda, com elevação dos padrões de qualidade de vida das pessoas.

– O cooperativismo ganha impulso no processo e oferece múltiplas possibilidades de parcerias com o Estado e entes privados, princi-

palmente na área de produção alimentar e microcrédito, estruturando cadeias produtivas e sistemas de produção, com destaques para assistência técnica, certificação, beneficiamento e comercialização da produção.

– Os entes subnacionais se articularam para resolver problemas e necessidades comuns, com a estruturação dos consórcios públicos intermunicipais e interfederativos e capturam obras e serviços do estado direto aos municípios, operando em rede, consorciados, com planejamento e operações comuns, nas áreas de manutenção de estradas estaduais e vicinais, gestão ambiental compartilhada e licenciamentos, gestão hídrica, certificação da produção das agroindústrias, regularização fundiária, serviços de atendimento a saúde.

– A política de consórcios ganha vulto e se espalha pelos estados nas diferentes áreas, assumindo responsabilidades executivas articuladas entre municípios, uniformizando e barateando o custo dos serviços. Há a criação de redes, como a Federação de Consórcio Públicos da Bahia e a Rede Nacional de Consórcios Públicos, além de que se amplia a política no consorciamento dos estados com o Consórcio dos governadores do Nordeste.

– O Consórcio Nordeste se estrutura envolvendo os nove estados nordestinos, estabelecem parcerias nas áreas de medicamentos, segurança e comunicação, inicialmente, e organizaram as Câmaras Técnicas para concatenar a execução de políticas públicas de forma articulada, com ênfase na agricultura familiar, conectividade, inteligência em segurança. Também vai ampliando as parcerias nas áreas de educação, turismo, obras hídricas e logística. O Consórcio constituiu um Comitê Científico que tem tido um papel central na formulação de propostas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, e na articulação dos estados para o acesso comum à vacina e equipamentos médicos. Sem dúvidas, diante da falta de coordenação central no governo federal e a política negacionista

em relação às formas de enfrentamento da Covid-19, com centenas de milhares de mortos, o Comitê Científico desempenhou um papel orientador da sociedade e dos governos na adoção de medidas preventivas e cientificamente recomendadas de proteção a vida.

– O Comitê Científico também abriu novas frentes para atração do pensamento técnico e científico com as Câmaras Temáticas em diversas áreas, como a agricultura familiar, meio ambiente e energia, agregando pensadores, pesquisadores, mestres, doutores, técnicos e trabalhadores das diversas áreas produzindo políticas setoriais para os estados e o consórcio.

– No desdobramento das Câmaras temáticas setoriais, o Fórum dos secretários de agricultura familiar, articulado com as entidades mais presentes nas políticas da agricultura familiar – Contag/Fetags, Contraf/Fetraf, MST, ASA, Fundação Josué de Castro, entidades e ONGs regionais – impulsionou um conjunto de propostas, focadas no combate à fome, à pobreza e na produção de alimentos saudáveis e estabelecimento de parcerias com os governos para consolidar os sistemas produtivos da agricultura familiar.

– Outro avanço é a articulação em rede das universidades públicas federais e estaduais, os institutos tecnológicos federais e os centros de pesquisa para dar suporte às ações de desenvolvimento, enfrentar a crise de estrangulamento das universidades e o esvaziamento da pesquisa e extensão; e buscar junto aos fundos estaduais de pesquisa uma ação mais articulada dos projetos e financiamentos dentro de um contexto de parcerias e reforço do ensino contextualizado, observando os avanços na área de cotas, inclusão social e reforço do ensino profissional e técnico.

– O resgate do planejamento estratégico, com uma perspectiva de médio e longo prazo, é uma das questões centrais do desenvolvimento do Nordeste, e uma compreensão comum aos governos

democráticos da região, que instituíram em seus estados planos específicos – Ceará-2050; Paraíba-2040; Piauí-2035/50; Pernambuco-2035; Bahia-2035 –, em que elaboram estratégias e programas para o desenvolvimento, envolvendo a retomada dos investimentos na infraestrutura e logística, sustentabilidade hídrica e ambiental, rodovias, ferrovias e corredores de escoamento, sustentabilidade energética e energias renováveis, conectividade e cinturões de infovias, financiamento das políticas públicas, fundos, bancos, fomento, parcerias público-privadas e concessões, além da convivência com o semiárido, o bioma caatinga e o bioma cerrado, a agricultura intensiva, agroexportadora e na mata atlântica, políticas para o mar territorial.

– Toda a abordagem dos estados nos seus planos foi transportada para a confecção de um plano regional, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), coordenado pela professora Tânia Bacelar, que interliga as estratégias dos estados, no PRDNE com perspectiva de 16 anos e quatro PPAs – nos nove estados nordestinos.

– Uma das questões centrais desenvolvidas no Nordeste é a sustentabilidade energética, o avanço das energias renováveis, com ampliação da oferta de energias de fontes limpas – eólica e solar, com presença forte no semiárido, nos estados da Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte de forma impactante, provocando a construção de linhas de transmissão de elevada potência, subestações para alimentação das redes e uma indústria de componentes que alavanca o avanço dos parques solares e eólicos que se multiplicam. O desafio da geração distribuída começa a se impor para apropriação regional das energias produzidas, e começam a se diversificar experiências nas regiões dos estados nordestinos em diferentes modelagens.

– A questão do petróleo e gás é de grande impacto na economia nordestina, estando profundamente afetada pela política de desinvestimento da Petrobras, abandonando os campos terrestres, e

liquidando os ativos da empresa, terminais de regaseificação, refinarias, plantas regionais de tancagem etc. A saída da Petrobras e a inexistência de uma política para o setor de petróleo e gás têm consequências desastrosas para a indústria petroquímica e de fertilizantes, e se torna um dos grandes problemas do Nordeste hoje.

– A questão da conectividade deu saltos importantes nos estados nordestinos, principalmente no Ceará, que organizou o seu processo num grande cinturão territorial de redes de conexão, a partir do governo do estado; e no Piauí, que desenvolveu o programa de conectividade a partir da modelagem de PPP. Idêntico caminho está trilhando Pernambuco; já a Bahia optou por compra de serviços, constituindo uma estruturação central, articulada a uma extensa rede de provedores pequenos e médios. O desafio que está posto pelo Consórcio Nordeste é proceder o diálogo entre os diferentes sistemas no projeto Nordeste Conectado.

## SEMINÁRIO
## GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO DO ESTADO

Com governadores, secretários, senadores, gestores de consórcios públicos, doutores e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, administradores de empresas públicas, concessionárias e parcerias público-privadas, foi realizado o seminário Gestão Estratégica e Financiamento do Estado, nos dias 9 e 10 de junho.

O evento discutiu o papel do Estado e gestão das políticas públicas num ambiente de crise econômica e fiscal, agravada pela pandemia e a restrição orçamentária, com redução de investimentos e primazia da especulação financeira, desmonte do aparelho de Estado e esvaziamento das empresas e bancos estatais responsáveis por áreas estratégicas de investimento de crédito e financiamento. Um cenário também marcado pela asfixia financeira dos Estados e municípios, num contexto de crise política, econômica e sanitária sem precedentes.

### Principais temas

– Na conjuntura de crise profunda, os governos nordestinos de matriz democrática progressista e de esquerda inovam trazendo de volta o Planejamento de Longo Prazo e estratégias de desenvolvimento que resgatam o Estado indutor e inibidor das desigualdades sociais e regionais atraindo e direcionando investimentos e regulando o processo econômico com criatividade, parcerias e mobilização de ativos públicos e garantias.

– Os processos de planejamento estratégico da Bahia 2035, Ceará 2050, Piauí 2035/50 são os mais emblemáticos, pois além de resgatar a função planejamento desenvolvem mecanismos de atualização da gestão associando a política de investimentos públicos

associados à participação de agentes econômicos privados e a criação de fundos e gestão de ativos públicos assegurando obras e serviços essenciais a economia e ao bem-estar da população.

- Uma nova roupagem das concessões se desenvolve onde o Estado, além das agências reguladoras, exerce um papel direto na gestão da política pública, como nos transportes metroviários e rodoviários, na malha viária estadual, na política energética, na rede hospitalar, dentre outras onde o Estado, além do controle direto, desenvolve mecanismos de controle social sobre a política pública.

- Outro mecanismo que é desenvolvido nos estados são as parcerias público privadas, que são responsáveis pela atração de investidores e empreendedores privados na execução e operação de políticas públicas geridas pelo Estado, que institui fundos garantidores e empresas gestoras de ativos públicos que lastreiam os investimentos a longo prazo e asseguram a efetividade dos serviços nas mais variadas áreas, observando as regras sociais e ambientais além do padrão tecnológico e a longevidade da prestação de serviços onde destacam-se as arenas esportivas, os metrôs e VLTs, centrais de abastecimento, centrais de imagem médica, hospitais de especialidades, sistemas produtivos agroindustriais da agricultura familiar etc.

- No plano da infraestrutura e da logística, com a participação de operadores privados destacam-se as gestões portuárias as fazendas e parques Eólicos ou Solares Fotovoltaicos as PCHs e Termelétricas a gás natural ou biomassa as mineradoras os estaleiros ferrovias e rodovias que se espraiaram por todos os Estados do Nordeste com efetiva participação do Estado na sua atração e viabilização econômica.

- A constituição de empresas gestoras de ativos, a exemplo da Bahia e do Piauí, com a criação de fundos imobiliários e a gestão do patrimônio e estoque de terras assim como das dívidas ativas e de-

bêntures como de fundos garantidores de PPPs abriram condições objetivas para parcerias e atração de investimentos superando com criatividade os limites fiscais e orçamentários do Estado.

– De igual modo os complexos portuários mistos – públicos e privados – com zona industrial ou de beneficiamento e verticalização de commodities ou ainda com ZPEs constituídos, como empresas ou conglomerado de empresas e operadores portuários sob a gestão de empresa estatal ou mista constituem-se em polos dinâmicos das economias dos Estados Nordestinos, com destaque ao Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia.

– A dinamização do transporte ferroviário de cargas com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), na Bahia, a Transnordestina, a Norte-Sul e a retomada da Centro-Atlântica são vetores logísticos essenciais ao desenvolvimento do Nordeste, como também o são as Hidrovias do São Francisco, na Bahia, e do Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão, com a gestão e implantação de eclusas e portos fluviais articulados ao modal ferroviário.

– O Consórcio Nordeste se transformou num extraordinário instrumento de ação conjunta dos estados, articulando projetos comuns aos estados no plano da saúde, da comunicação, da agricultura familiar, da segurança pública, da conectividade, do turismo, da intermodalidade de transporte, da cultura, e, por meio do seu Comitê Científico, construiu uma rede de entidades vinculadas ao desenvolvimento regional ancorada numa rede de universidades públicas e institutos tecnológicos federais.

– O fortalecimento das agências de fomento dos governos estaduais, operando linhas de crédito para municípios e empresas em projetos de infraestrutura e logística ou empreendimentos econômicos de médio impacto ou em complemento à implantação de novos empreendimentos é um fator importante na manutenção de

uma dinâmica de investimentos públicos na economia dos estados, e também na articulação desses em torno do Consórcio Nordeste e dos bancos públicos federais de fomento e fundos regionais para a sua dinamização.

– A busca dos estados nordestinos para manutenção do equilíbrio financeiro e da ampliação da capacidade de endividamento para a captação de financiamento internacional para os seus programas e projetos é uma marca importante dos governos do Nordeste e tem garantido investimentos públicos nas áreas de pavimentação, recuperação e manutenção de rodovias estaduais, desenvolvimento da agricultura familiar e das agroindustriais, ampliação e modernização da rede hospitalar com serviços de alta e média complexidade, expansão da rede de serviços na área de abastecimento de água e saneamento básico.

– Uma presença mais forte e articulada dos estados nordestinos na gestão dos fundos de desenvolvimento regional, potencializando a sua expansão em investimentos em projetos produtivos e de infraestrutura e mobilidade urbana, associado a investimentos internacionais, principalmente chineses e europeus, propiciou, mesmo na crise que o país atravessa, a manutenção de projetos estruturantes nas áreas de energia mineração e transporte.

– Um fator importante além do surgimento das parcerias público-privadas nos projetos dos governos nordestinos é o seu foco nos impactos sociais dos investimentos na vida das pessoas no tocante ao cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive municipal (IDH-M).

– O desenvolvimento do setor de cooperativas de produção e de crédito, impulsionadas pelos programas e investimentos públicos dos governos estaduais, é bastante significativo, principalmente na área do desenvolvimento rural.

– O surgimento dos Consórcios Públicos interfederativos e intermunicipais com o apoio dos governos estaduais nas áreas de saúde e de infraestrutura é algo marcante no atual momento de crise fiscal-orçamentária e de restrição de investimento, e revela a criatividade na gestão pública, a otimização do uso dos recursos e a ampliação do horizonte de captação de investimentos.

– O exemplo maior é a constituição do Consórcio dos Governos do Nordeste, que emblematizou a ação coletiva dos governadores na crise sanitária e na construção conjunta de saídas para a crise e articulação de intervenções nas áreas de finanças no plano federal e de acesso a fundos e agências internacionais para atração de investimentos e parcerias.

– As ações criativas de Consórcios, PPPs, Concessões, Alianças Produtivas, Cooperativas, Planos Estratégicos de Desenvolvimento assumem contornos cada vez mais definitivos nos estados nordestinos e adquirem forma regional com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), articulado com os nove governos estaduais e a Sudene, que trabalha os projetos interestaduais e estaduais no horizonte de três PPAs, portanto 12 anos constituindo um esforço para o Planejamento Regional que ganhou forma e tramita no Congresso Nacional.

– Os estados nordestinos e o Consórcio Nordeste têm mantido uma articulação e mobilização permanente na defesa de uma reforma tributária justa e, neste sentido, desenvolvem uma ação pelo fortalecimento dos fundos regionais pela mudança dos critérios de tributação das mercadorias e da quebra da regressividade fiscal e pela tributação progressiva sobre a renda e o patrimônio.

## SEMINÁRIO
## CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Abertura: Luis Caetano, diretor da Fundação Perseu Abramo; Jonas Paulo, coordenador do NAPP-NE; Ideli Salvati, conselheira do SNAI/PT; Wilson Cardoso, presidente da FECBahia.

Avanços dos consórcios a partir da legislação implementada pelo governo Lula e a evolução na Região Nordeste dos consórcios intermunicipais e multifinalitários em diversas áreas e o Consórcio Interestadual – Consórcio Nordeste, este também com grande impacto na política nacional.

A situação hoje é de desmonte destas conquistas do Comitê de Articulação Federativa e o Consórcio Nordeste vai na contramão deste desmonte.

**Palestra: A importância dos consórcios públicos para o desenvolvimento do Nordeste**
*Wellington Dias (governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste)*

– O Consórcio Nordeste é importante para demonstrar a força na união dos estados do nordeste e desenvolver diversas ações:

– Relação internacional – representação de 57 milhões de pessoas (população do nordeste brasileiro) gera mais interesse e poder de negociação. A exemplo da recepção por chefes de Estado e líderes do parlamento europeu nas viagens. Algo raro com a ida de apenas um governador.

– Câmara Temática da Infraestrutura – Produtos que precisam chegar do mundo para o nordeste, sem precisar passar por outras regiões primeiro, para isso discute-se estruturar os aeroportos de Fortaleza,

Recife e Salvador, integrado com os demais. Rede aeroviária nordeste integrada com o Brasil para passageiros e cargas do nordeste para o mundo.

– Embratur Nordeste – Divulgar não apenas um estado, mas todo o Nordeste: Litoral, "Serras Nordeste", calendário de eventos (carnaval, junino, romarias etc.), gastronomia, cultura, cinema ("Hollywood Nordeste").

– Rede de comunicação nordeste – integração Brasil e mundo.

– Câmara setorial de meio ambiente já implantado. Atento ao compromisso com o acordo de Paris.

– Comitê Científico e o Monitora Covid, que se espalhou para o Brasil. Não apenas para a pandemia de Covid-19, mas a ciência articulada dos estados para atuar em todas as áreas.

– Nordestes Conectado – todos os municípios com fibr Modelagem em PPP.

– Energias limpas, gás.

– Agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis, caprinos, mel etc.

– O Agronegócio deve se beneficiar com o contrato para abastecer o mundo árabe de carne.

– Câmara setorial de Saúde deve organizar, por meio da ciência e academia, redes para apoiar as políticas de saúde no Nordeste.

– Educação Nordeste – vencer o analfabetismo, alcançar um ofício e oportunizar graduação, pós-graduação e enviar estudantes para o mundo.

– Segurança Nordeste – unidade de inteligência instalada em Fortaleza. Devem ser criados: a força de segurança do nordeste e o cinturão de proteção das fronteiras, limitando inibindo ao acesso de armas, drogas etc.

– Social Nordeste – Exemplo do Fundo Social no Rio Grande do Norte, da governadora Fátima Bezerra.

– O Consórcio Nordeste possui 18 câmaras temáticas em atividades pensando no Nordeste do futuro. O jovem de hoje não conhece o Brasil antes do Lula. Eles se formaram, mas estão desassistidos para o início profissional. Por isso, a importância do Plano Nordeste 2030 que será lançado. A sua execução dependerá da integração dos estados, municípios, legislativos e da rede de pessoas que contribuirão com as câmaras do consórcio. As Políticas do Nordeste podem ser parâmetro para o Brasil. A exemplo dos prêmios das PPP do Piauí em várias áreas.

**Principais temas**

– Os consórcios são hoje uma das principais ferramentas para os municípios executarem suas políticas públicas com qualidade, economia de escala, racionalidade de recursos, união de competências, cooperação e compartilhamento de serviços.

– Há grande variedade das áreas de atuação dos consórcios. Os exemplos das experiências apresentadas nas mesas foram: desenvolvimento urbano e territorial, desenvolvimento econômico e regional, desenvolvimento institucional, educação, saúde, assistência e inclusão social, direitos humanos, segurança pública, manutenção de estradas, maquinário agrícola, resíduos sólidos, titulação de terra, serviço de inspeção municipal (SIM), assistência técnica e extensão rural, recursos hídricos e gestão ambiental.

– A importância de o governo estadual induzir e estabelecer parceria com os municípios para a implantação e evolução dos consórcios públicos. Além de fortalecer as suas próprias ações.

– A tendência da multifinalidade dos consórcios, além da importância da regionalização baseada no conceito de território e o envolvimento da sociedade civil organizada na gestão.

– O avanço dos estados do nordeste na superação dos lixões por meio dos consórcios públicos, em especial, nos estados do Ceará, Sergipe e Alagoas, para além do aterro e alcance da gestão integrada.

– É importante estabelecer parcerias com Ministério Público (trabalho, meio ambiente etc.).

– O ICMS Ecológico implementado pelos estados pode ser destinado aos consórcios de tratamento de resíduo e gestão ambiental.

– Principais desafios dos consórcios: envolvimento do gestor público, capacitação técnica e alinhamento da classe política (prefeitos e vereadores). Nos de resíduo, ainda há a questão da educação ambiental e inserção dos catadores.

– Na Bahia, ganha destaque o amadurecimento das políticas para a agricultura familiar com os consórcios. Com investimentos na ordem de 1,5 bilhão de reais nos últimos 6 anos, os consórcios apoiam com a regularização fundiária, regularização sanitária, assistência técnica e extensão rural. Os consórcios são importantes parceiros para o estado alcançar as suas metas.

– Estratégia de alguns estados do nordeste em montar consórcios multifinalitários para os diversos temas, mas deixar a saúde com um consórcio específico pela complexidade do tema e a energia técnica e burocrática exigida.

– Os melhores números do NE com relação à pandemia é fruto das ações cooperadas dos governadores e das orientações do comitê científico do consórcio nordeste.

– A experiência de sucesso dos consórcios de saúde do Ceará já se expandiu para a Bahia e deve alcançar outros estados. O modelo visa preencher a lacuna entre a atenção primaria e terciária por meio do atendimento com especialistas e exames laboratoriais existentes nas policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

– Na pandemia, os consórcios do nordeste e o Consórcio Nordeste foram exemplos na luta por remédios, oxigênio, *kit* intubação, vacina etc. Baseando-se na prática democrática e na ciência. Contra os desmandos do governo federal. A cooperação entre os prefeitos e os governadores ajudou a evitar a transmissão entre os municípios, na discussão conjunta dos decretos e protocolos, na implantação articulada regionalmente do distanciamento social, independente das questões políticas partidárias.

– Modelo das policlínicas no NE promoveu grande avanço na atenção da média complexidade, mas há a necessidade de ampliar para outros temas da saúde como a urgência e emergência, Samu, hospitais regionais, Caps, contratação de profissionais etc.

– O Consórcio NE, diante do negacionismo, foi quem ditou o enfrentamento da pandemia. Trazendo a ciência, o apoio à Coronavac, o direito à Sputinik no STF com 39,6 milhões de doses. As câmaras temáticas se desdobraram em diversas ações: enfrentamento da fome, estratégia de desenvolvimento, ampliação das infovias, plano de educação, conectividade, segurança pública entre outras. Depois do golpe, o Consórcio Nordeste atualiza as ações progressistas para o desenvolvimento do país. Diferente do Sul e Sudeste, que acham que houve uma paralisia das nossas ações pós-golpe, os governadores, os movimentos sociais, os consórcios do Nordeste deram um salto nesta organização. Sendo necessário agora criar a Rede de Consórcios do Nordeste.

## SEMINÁRIO TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Um dos temas mais debatidos em todo o mundo, nas últimas décadas, tem sido a necessidade de mudanças estruturais nas matrizes energéticas dos países diante da futura escassez de recursos fósseis e, principalmente, como estratégia para mitigação das mudanças climáticas e aumento da temperatura do planeta com a redução de emissões de gases na atmosfera e o risco de rejeitos nos solos e nas águas.

Para debater esta questão, o Napp Nordeste promoveu, juntamente ao Napp Energia e Petróleo, o seminário Transição Energética no Brasil e no Nordeste, no dia 3 de agosto, com a participação do senador Jean Paul Prates (RN) e José Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, além de gestores públicos, especialistas e técnicos dos diferentes estados do Nordeste.

### Contextualização

– Há consenso de que mais do que apenas uma mudança tecnológica do sistema energético, a Transição Energética não se dará sem uma reestruturação social, política, econômica e cultural. Mudanças na matriz energética demandam e resultam em modificações substanciais no comportamento e consumo da sociedade, assim como no papel do sistema produtivo e no papel do Estado. Transição não é só a troca de fontes primárias de energia, mas a mudança da forma com que o governo, o mercado e a sociedade se apropriam da geração, distribuição e consumo final das energias. Mais do que transição, necessita-se de Transformação Energética.

– O tema se insere no contexto das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável, e nesse processo de captura do car-

bono gerado pelos sistemas de produção, a natureza tem papel primordial. Este papel se traduz na manutenção e ampliação das reservas ambientais, na redução do desmatamento e na expansão das áreas florestadas. Um dos passos essenciais é a reversão do processo de desmatamento da Amazônia e da desertificação do Cerrado e da Caatinga.

– O processo de transformação passa pela adoção de mudanças no sistema de transporte e logística, ainda baseado no modal rodoviário com caminhões a combustíveis fósseis, assim como em melhorias nos sistemas de mobilidade com ampliação dos investimentos em transportes públicos mais "limpos", como metrôs e ônibus elétricos, além do incentivo ao uso de bicicletas e automóveis eletrificados.

## Novas demandas

– O próprio desenvolvimento tecnológico visando à migração de combustíveis fósseis para fontes renováveis demanda uma maior carga de energia elétrica. Estamos caminhando para um mundo cada vez mais eletrificado, não só transporte como nas moradias, no bem-estar das famílias, e ainda mais na industrialização.

– O programa Luz Para Todos, desde sua criação em 2003, no governo Lula, até 2018, levou energia elétrica para mais de 16 milhões de famílias, principalmente áreas de pobreza extrema, comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, pequenos agricultores, populações ribeirinhas e escolas rurais. Uma verdadeira revolução social, contudo, tratou-se de uma energia monofásica, que não é suficiente para o desenvolvimento econômico destas comunidades. A autonomia sustentável dessas famílias requer energia como insumo para pequenas agroindústrias, frigoríficos comunitários, casas de farinha etc. Precisamos dar um novo salto, partindo das lâmpa-

das e tomadas de eletrodomésticos para incremento das atividades econômicas.

– A expansão do sistema elétrico como insumo para o desenvolvimento econômico e social tem como entrave imediato a MP 1.031/2021 com a desestatização da Eletrobras, que entre 2015 e 2020 sofreu uma redução de 80% em seus investimentos, caindo de 15,6 bilhões para 3 bilhões de reais, com o intuito de inviabilizar seu funcionamento e justificar a privatização. Uma demanda é a reversão dessa situação no Executivo e Legislativo.

– O desafio da humanidade e do Brasil para a inclusão energética revela que a Transição ainda será lenta – daí falarmos em Transformação Energética – com a necessidade de ampliação da participação das fontes renováveis na matriz, mas ainda com a necessidade de investimentos e convivência com as fontes fósseis.

– À luz da demanda energética, o Brasil tem ainda muito petróleo e gás, em terra e no mar (*onshore e offshore*), e não podemos deixar de desenvolver fontes como o Pré-Sal e novas jazidas como as descobertas no litoral de Alagoas e Sergipe. Devemos aumentar a produção de petróleo e combustíveis fósseis enquanto compensamos os impactos com outros elementos da matriz energética. Podemos combinar, a longo prazo, fontes primárias: renováveis e metano (gás natural, menos impactante ao ambiente) com petróleo e carvão (que ainda perdurará por muitos anos) e fontes secundárias, como o hidrogênio verde.

## Petróleo e gás

– Diante da necessidade de planejamento e investimentos no setor, o desmonte da Petrobras nos estados é outro crime do governo federal que impacta na cadeia produtiva inteira, da economia nacional aos empregos. A venda dos ativos da Petrobras, como a par-

ticipação na Gaspetro (comercializada a dois terços do preço que deveria ter) prevê apenas os empreendimentos no Sudesde brasileiro. Tudo em nome da garantia de recursos para investimentos no Pré-Sal, o que promoverá a reconcentração da atividade petrolífera em uma única região do país e suspensão do fornecimento de gás para os demais estados.

– A saída da Petrobras da Gaspetro demanda um posicionamento dos estados, principalmente nordestinos, com estudos sobre a viabilidade da compra de parcelas da empresa e possível formação de uma estatal regional nordestina. Afinal, a produção de gás no Nordeste, inclusive com incentivo à produção dos campos maduros, pode viabilizar oportunidades de negócios mesmo com "gasodutos virtuais" por meio de caminhões.

– Faz-se necessário recuperar o controle do Estado brasileiro sobre o setor: patrimônios, cadeia produtiva do gás/petróleo e do setor elétrico/biomassa, retomando a regulação para a soberania e emancipação social e econômico com sustentabilidade ambiental.

– Também vale ressaltar as pesquisas que têm sido feitas em relação à expansão dos Biocombustíveis (não só Etanol) com a garantia de a produção não depender de monoculturas. Já existem montadoras trabalhando em veículos com capacidade de desempenho de 30 quilômetros por litro de combustível.

## Transição em curso

– No Brasil, a transição energética começou a ser traçada no primeiro mandato do governo do presidente Lula, quando foram lançadas as bases para expansão do setor. Para se ter ideia, as novas energias renováveis eram praticamente zero no Nordeste e, a partir dos incentivos e políticas dos governos do PT foram se expandindo,

chegando hoje ao patamar em que a demanda da região nordestina já pode ser 100% atendida apenas pela energia eólica e solar.

– Atualmente, o Brasil é a maior economia mundial baseada em fontes renováveis. Segundo dados da Aneel, dos 179 gigawatts (GW) de energia elétrica potencialmente produzidos no país, 83% são provenientes de energias renováveis contra 26,7% na média global. A produção brasileira é 58% baseada em energia hidrelétrica e 25% em novas fontes. Isto sem contar os empreendimentos em construção ou já autorizados ainda estão em fase de projeto, que juntos somam mais 37 GW ao sistema.

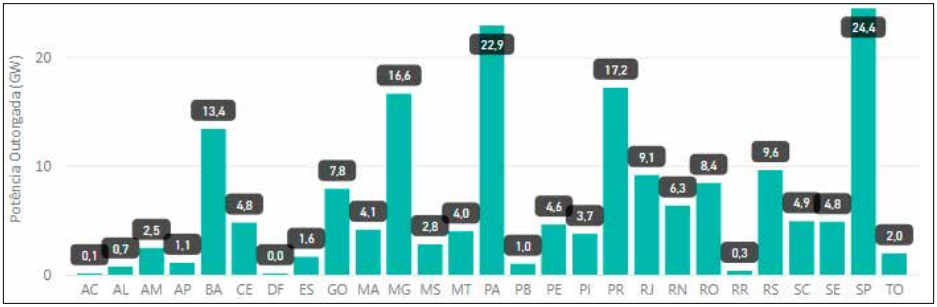
– No cenário, o Nordeste brasileiro é um caso de sucesso no país e no mundo. Por exemplo, o Rio Grande do Norte, que até pouco tempo era considerado uma "ponta de linha", sendo apenas consumidor de energia, sem contribuir com o sistema elétrico nacional, desde 2010 é autossuficiente em geração elétrica com hoje chegando a 6 GW instalado em energia eólica e mais 4,6 GW já outorgados para os próximos anos.

– Mesmo com a sazonalidade da produção de energia eólica, em que a "safra" de ventos ocorre no segundo semestre, o Nordeste hoje é fundamental para a matriz energética brasileira, com a integração das usinas hidrelétricas, como Paulo Afonso, Xingó, Itaparica, Sobradinho e pequenas centrais, que somam 12 GW, e as "fazendas" de energia fotovoltaica, que já contabilizam 2,5 GW em operação, com potencial de mais 14,5 GW com os empreendimentos em construção ou já autorizados.

– Um dos entraves diante da sazonalidade de ventos é a dificuldade de armazenamento da energia excedente para uso futuro e falta de linhas de transmissão em algumas regiões do Nordeste. Se por um lado, nas usinas hidrelétricas a armazenagem se dá pela constituição de reservatórios de água – que estão em situação de escassez

geográfica para novos empreendimentos, devido aos problemas sociais e ambientais decorrentes – nas energias eólicas e solares a armazenagem é feita com a utilização de baterias de lítio, elemento extremamente caro.

**Geração de Energia no Brasil – Todas as Fontes (em GW)**




Fonte: Aneel, agosto/2021.

**Energia Eólica em Operação no Brasil (em GW)**

Fonte: Aneel, agosto/2021.

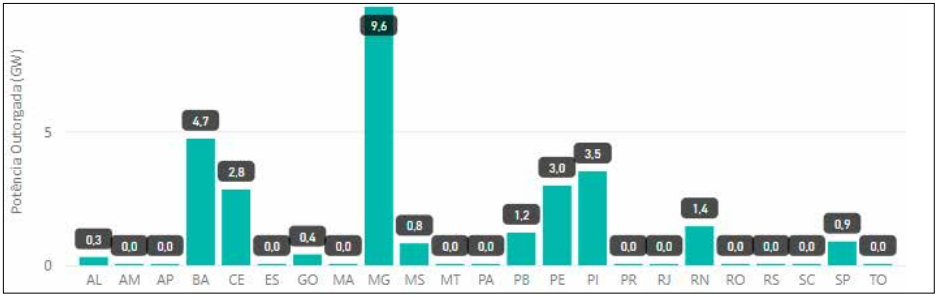
## Energia Eólica Projetada no Brasil (em GW)

Fonte: Aneel, agosto/2021.

## Energia Solar em Operação no Brasil (em GW)

Fonte: Aneel, agosto/2021.

## Energia Solar Projetada no Brasil (em GW)




Fonte: Aneel, agosto/2021.

## Gestão do setor

– Além da produção em si, o Brasil é destaque no mundo devido ao modelo regulatório do setor energético, como a realização de leilões reversos implantados pelo governo do PT, em que ganha quem dá o menor preço. Até o governo FHC, o Brasil seguia o modelo internacional da época, pelo qual os governos definiam a demanda e o mercado praticamente ditava o preço do serviço.

– Apesar de referência mundial, a regulação do setor no Brasil ainda pode ser aprimorada. Um problema identificado é o financiamento de projetos. Para se ter ideia, a maior parte dos projetos eólicos e solares financiados pelo BNB estão situados no Sudeste, principalmente em Minas Gerais, e não no Nordeste, como se esperaria da instituição denominada Banco do Nordeste.

– A energia sendo insumo para o desenvolvimento tem que estar atrelada a planos de desenvolvimento tanto nacionais quanto a inciativas que combatam as desigualdades regionais e sociais. Faz-se necessário a identificação e priorização do conjunto de oportunidades que se tem a partir dos empreendimentos para as realidades locais. Não é plausível termos grandes parques implantados sem nenhuma conexão com o cotidiano das comunidades.

– Vale lembrar que a maior parte dos investimentos no setor são de fundos internacionais. É necessária a captura da renda e não apenas o acesso aos megawatts, quando ocorre, já que a grande maioria das comunidades fica apenas com as pás de vento e placas solares, enquanto os empreendedores lucram somente lançando energia nas redes de distribuição.

– Neste quesito, falta compreensão dos gestores municipais sobre as oportunidades diante dos projetos de energia renovável. Muitos só descortinam o crescimento do ISS e dos empregos durante a ins-

talação dos empreendimentos, mas não coordenam estes recursos com uma estratégia de investimento articulado aos interesses do município e seus habitantes.

– É necessário termos cuidado para não vivermos um novo processo de colonização na região Nordeste, com apenas exploração dos recursos naturais e fundiários, sem a distribuição dos lucros. Esta regulação passa não só pela relação com os investidores como por uma questão tributária, que precisa ser encarada pelos Estados e o governo federal, discutindo a redistribuição do ICMS gerado pelo setor elétrico.

**Geração de renda e incorporação tecnológica**

– A política hoje não é pensada no desenvolvimento local, mas em vantagens corporativas (e pessoais) com impactos efêmeros nas contas públicas dos municípios. Precisamos incentivar não só a geração de empregos durante a instalação, mas a incorporação de trabalhadores e trabalhadoras locais nos empreendimentos.

– Uma experiência que pode ser aprofundada é o que ocorreu em Rio Grande do Norte com o Programa de Apoio e Recepção de Investimentos em Energia Renovável – Praier, em que municípios eram orientados desde a aproximação das empresas elétricas com o objetivo de estabelecer as metas e critérios para a implantação. Como o tempo decorrido entre a vitória em um leilão até a implantação do parque elétrico dura ao menos três anos, os municípios e empresas podem articular projetos de formação de profissionais locais.

– Outra oportunidade é a massa de trabalhadores e trabalhadoras qualificados durante anos de atuação nos setores de petróleo e petroquímica, que podem ser capacitados para o novo setor. Para isso, pode-se estruturar cursos de formação junto a universidades, institutos federais e os órgãos do Sistema S.

– A transição energética não é geradora de empregos intensivos e perenes, mas há muito potencial a partir da incorporação tecnológica. Além dos projetos paralelos condicionantes, há a possibilidade de criação de polos industriais para produção de equipamentos, componentes e serviços, como tem sido elaborado na Bahia e no Piauí.

**Articulação**

– O tema Transição/Transformação Energética ainda demandará muitos debates e ajustes, mas é premente envolver nessa discussão os movimentos sociais e de trabalhadores, as academias, principalmente os institutos federais, e os governos estaduais, que precisam retomar o protagonismo nas decisões e contam com o Consórcio Nordeste como instância articuladora. Além, logicamente, das instâncias do Partido dos Trabalhadores, como as Secretarias e Setoriais e os Núcleos Estaduais de Políticas Públicas (Nepp).

## MATOPIBA – DESAFIOS DO CERRADO NORDESTINO

Participaram do Seminário Matopiba – Desafios do Cerrado Nordestino os governadores: Flávio Dino, do Maranhão; Wellington Dias, do Piauí; o vice-governador da Bahia João Leão, além dos senadores Kátia Abreu, do Tocantins; Jaques Wagner, da Bahia. Também participaram gestores públicos e técnicos dos quatro estados integrantes da região.

O Matopiba foi instituído pelo Decreto Federal n° 8447 em 2015, que também criou a sua Agência de Desenvolvimento compondo as áreas do Cerrado dos estados, abrangendo 173 municípios, sendo: Maranhão (MA) 55 municípios, Tocantins (TO) 84 municípios, Piauí (PI) 18 municípios e Bahia (BA) 16 municípios.

– Abrange as Bacias do Rio São Francisco e a Bacia do Parnaíba e do Tocantins com afluentes importantes rios perenes.

– Cobre áreas importantes como o Jalapão, no Tocantins; o Grande Sertão Veredas, na Bahia;e o Vale da Gurguéia, no Piauí.

– Região assentada numa das maiores reservas de água doce do país, o Aquífero Urucuia, e associada a grande oferta de água dos grandes rios, além de riachos e veredas; a região também possui um alto índice de pluviosidade.

– As áreas ocupadas com culturas temporárias é bastante expressiva com uso de alta técnica produtiva e automação da mecânica dos tratos culturais com recurso a tratores e máquinas robotizadas por telemetria.

– Demanda a captação de água nos rios e riachos, além de poços profundos para a captação da água que alimenta os pivôs centrais, que é a tecnologia de irrigação mais usada permanente e requer, por ser perdulária, uma ação mais efetiva de monitoramento das

águas superficiais subterrâneas e pluviais para uma gestão equilibrada dos recursos hídricos e a articulação das fontes de recarga do aquífero e recomposição dos rios riachos veredas e olhos d'água.

– A tecnologia de irrigação com o uso de equipamentos e técnicas menos demandantes de água abundante ou que promovam o uso racional da água, inclusive com o mecanismo da tarifação, devem ser perseguidos, pois a modernização tecnológica além de aumentar a produtividade possibilita a redução do desmatamento e o uso racional dos recursos hídricos.

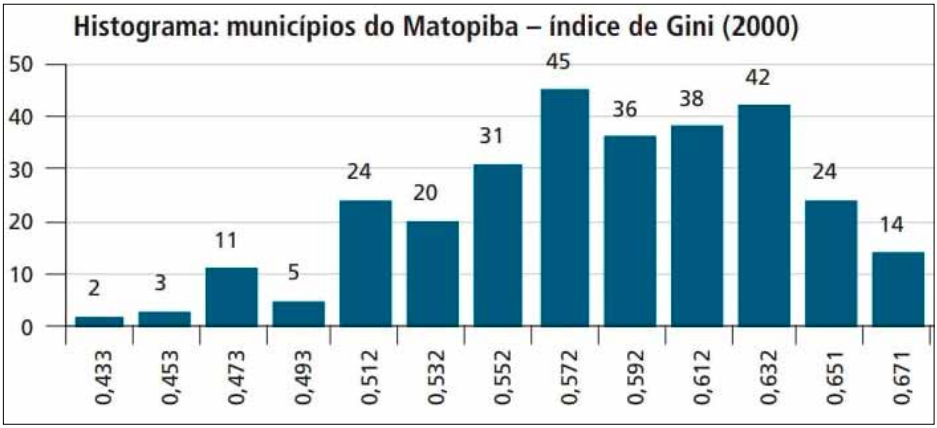
– Preservação de técnicas de cultivo como o plantio direto somado às curvas de nível e às técnicas de reinfiltração a fim de evitar cursos d'água prolongados provocando voçorocas e favorecendo a recomposição dos olhos d'água e das matas ciliares com sistemas agroflorestais.

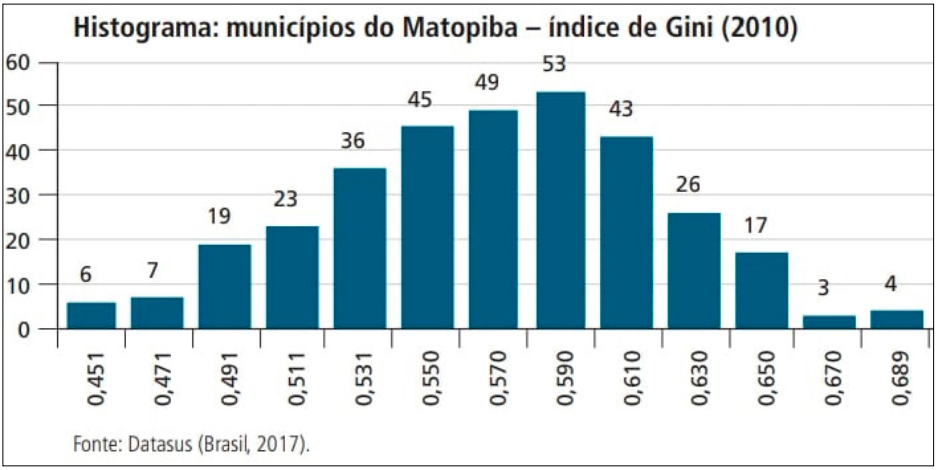
– A verticalização da produção agrícola com a agroindustrialização tem dois limitadores que precisam de solução urgente: a oferta de energia elétrica através de PCHs não agressivas, fazendas solares fotovoltaicas de energia distribuída, linhas de transmissão e escoamento de energia com subestações com capacidade adequada além de rede lógica com infovias, capilarizando a região em cobertura são dois gargalos importantes que demandam prioridade de investimentos públicos e privados.

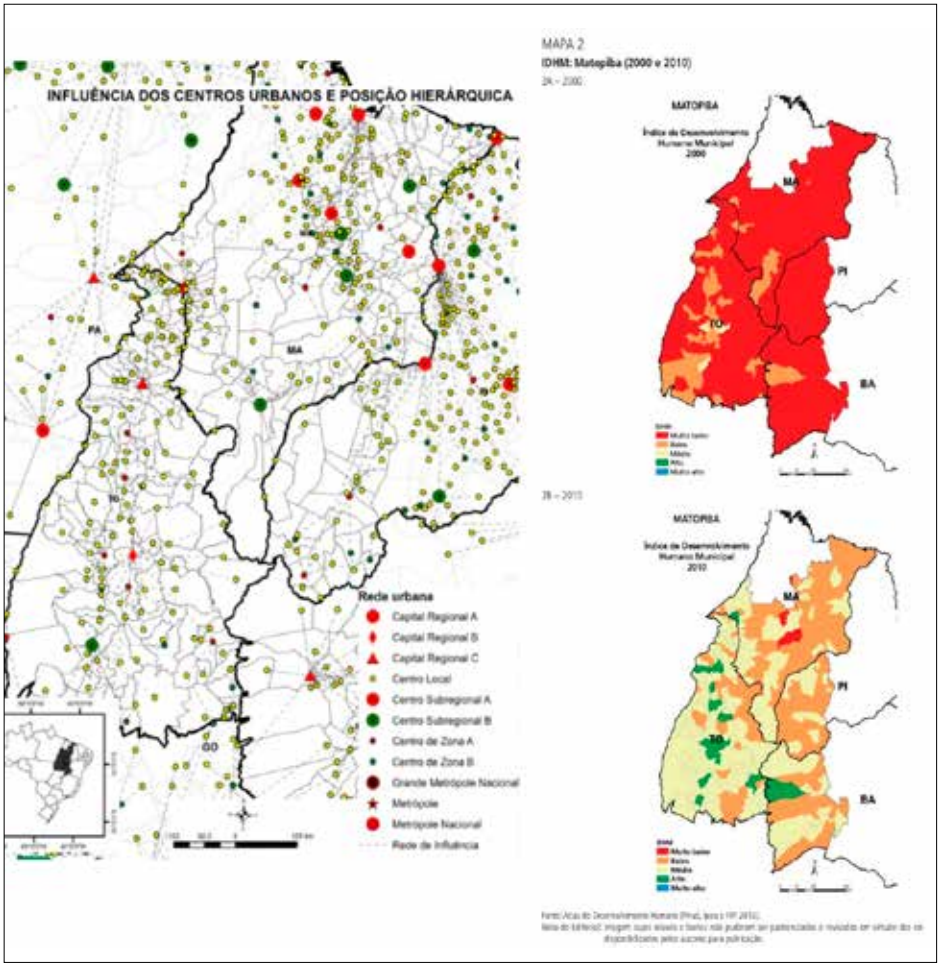
– A incorporação da agricultura familiar ao processo também é uma necessidade para garantia da sustentabilidade à medida que existem na região agricultores familiares assentamentos de reforma agrária e áreas de comunidades tradicionais e a produção de alimentos para a região e a estruturação de cadeias produtivas como pecuária de leite, piscicultura, avicultura, mandiocultura etc. Além da complementação das cadeias de soja e milho, são possibilidades da sua integração.

– Outro elemento fundamental na região é a regularização fundiária que além de proteger as comunidades de agricultores familiares e comunidades tradicionais também resolve as questões da demarcação de terras públicas e de titulação nas áreas fronteiriças de MG, GO, TO e PI, marcados por tensões e conflitos permanentes que urgem uma solução.

– Uma questão estratégica no Matopiba é a estruturação dos corredores de exportação no sentido Sul-Norte, no qual a Ferrovia Norte-Sul desempenha um papel estruturador juntamente com o Porto de Itaqui, no Maranhão, articulando o Arco Norte com o porto de Mirituba, no Pará; mas não menos importante é o eixo Oeste-Leste, envolvendo Barreiras e LEM onde a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) também tem papel estruturador junto com o Porto Sul de Ilhéus, na Bahia, sendo ainda fundamental um ramal a partir de Correntina, na Bahia, para entroncar com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) em Mara Rosa, estado de Goiás, abrindo um corredor direto para o Porto de Ilhéus, diminuindo distâncias e facilitando as operações logísticas ferroviárias com o complexo Fiol/Fico e também estratégico a complementação da Ferrovia Transnordestina como as rodovias federais BRs 135, 235, 242, 030, 020 e as Hidrovias do São Francisco e do Parnaíba, complementando a intermodalidade.

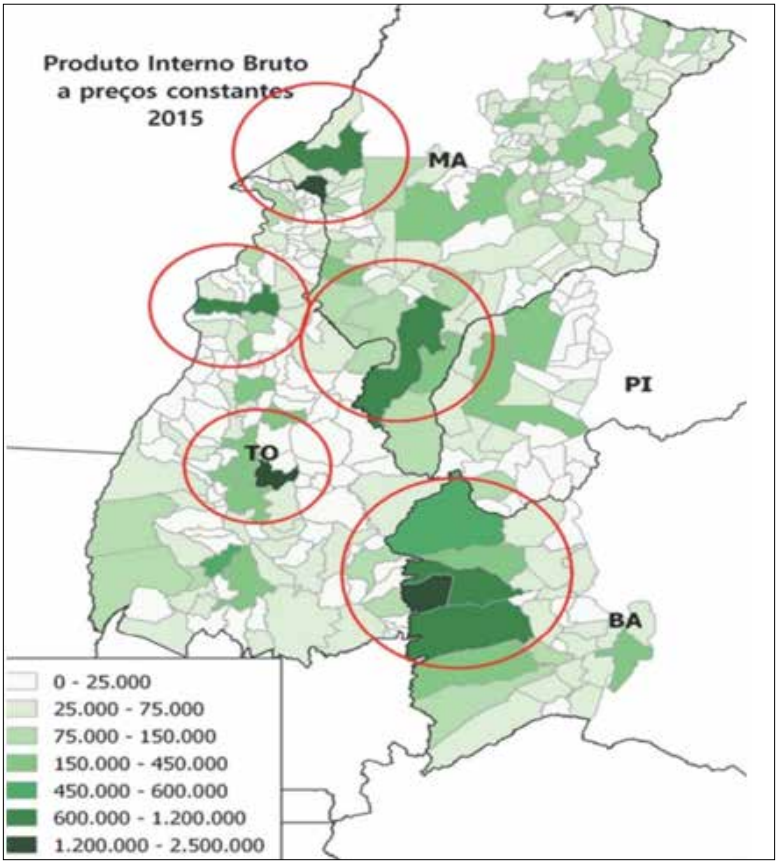

Histograma: municípios do Matopiba – índice de Gini (2000)
50
40
30
20
10
0
2
3
11
5
24
20
31
45
36
38
42
24
14
0,433
0,453
0,473
0,493
0,512
0,532
0,552
0,572
0,592
0,612
0,632
0,651
0,671


Histograma: municípios do Matopiba – índice de Gini (2010)
60
50
40
30
20
10
0
6
7
19
23
36
45
49
53
43
26
17
3
4
0,451
0,471
0,491
0,511
0,531
0,550
0,570
0,590
0,610
0,630
0,650
0,670
0,689
Fonte: Datasus (Brasil, 2017).




| Grão | Maranhão | Tocantins | Piauí | Bahia | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Algodão Herbáceo (em caroço) | 91.654 | 8.000 | 24.265 | 1.240.673 | 1.364.592 |
| Amendoim (em casca) | 187 | 1.231 | - | - | 1.418 |
| Arroz (em casca) | 162.597 | 659.809 | 37.978 | - | 860.384 |
| Feijão (em grão) | 28.587 | 23.025 | 23.358 | 82.990 | 157.960 |
| Mamona (baga) | - | - | - | 10 | 10 |
| Milho (em grão) | 1.185.992 | 812.816 | 1.300.420 | 2.058.883 | 5.358.111 |
| Soja (em grãos) | 2.606.906 | 2.667.936 | 2.428.464 | 6.309.147 | 14.012.453 |
| Sorgo (em grãos) | 59.356 | 36.589 | 22.833 | 100.109 | 218.887 |
| Trigo (em grão) | - | - | - | 28.850 | 28.850 |

Escala: Tonelada Dados: EMBRAPA 2018


Produto Interno Bruto
a preços constantes
2015
MA
PI
TO
BA
0 - 25.000
25.000 - 75.000
75.000 - 150.000
150.000 - 450.000
450.000 - 600.000
600.000 - 1.200.000
1.200.000 - 2.500.000

## SEMINÁRIO
## DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS – PLANOS DA CHINA e EUA

O ano de 2021 é o marco inicial de dois planos de desenvolvimento que terão impactos na macroeconomia e na geopolítica mundial. Trata-se do 14º Plano Quinquenal da China, que traça as políticas e metas até 2025 em setores como comércio, diplomacia, meio ambiente, forças militares entre outros, e o Plano Biden, lançado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que estabeleceu um conjunto de medidas referentes aos investimentos públicos daquele país, principalmente em infraestrutura, finanças, empregos e meio ambiente.

Os possíveis impactos destes planos na realidade do Brasil e do Nordeste foram tema do evento Diálogos Estratégicos – Planos de Desenvolvimento da China e EUA, organizado pelo NAPP-NE junto ao NEPP-BA, no dia 29 de julho, com a participação de Eliane Aquino, vice-governadora de Sergipe; Romênio Pereira, secretário de Relações Internacionais do PT; os especialistas Camila Gramkow, doutora em Economia das Mudanças Climáticas; e João Ricardo Cumaru, do Instituto de Estudos da Ásia da UFPE; além de gestores públicos e técnicos dos estados nordestinos.

### Mercado internacional

– Nos últimos anos, a transição do poder geopolítico passou a se deslocar para o sudeste asiático e não só para a China. A dimensão exata dos planos destes países é difícil porque ainda há uma barreira em relação às informações do que está acontecendo no leste asiático ou, quando temos informações, os dados não são transparentes.

– Comparando-se os números de 2000 a 2018, verifica-se que o comércio internacional da América do Norte e da Europa teve redução, enquanto a Ásia registrou crescimento tanto no montante de exportações quanto importações.

– Em cerca de 20 anos, quase 75% dos países passaram a ter a China como principal parceiro comercial ou maior do que os EUA, mesmo com o país asiático tendo entraves políticos e culturais com o ocidente. Logicamente, uma pequena parcela do recuo dos Estados Unidos no cenário comercial internacional nos últimos anos ocorreu devido a algumas medidas do então presidente Donald Trump, como a política protecionista, os rompimentos com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a saída do Acordo de Paris (retomado por Biden em fevereiro de 2021) e outros problemas diplomáticos que abriram espaço para a China.

Imagens apresentadas por João Ricardo Cumaru

## Comércio com a América Latina

– Um exemplo da força da China é o fato de que mesmo diante da pandemia do novo coronavírus, de janeiro a julho de 2020, quando os chineses ainda sofriam muito com a doença, o país aumentou

suas importações de produtos oriundos de países da América Latina e Caribe em relação ao mesmo período do ano anterior. A situação só foi equilibrada pelo conjunto de países da União Europeia em relação às importações de ferro e aço, encomendando mais 14% do que em 2019, enquanto a China comprou 21% a mais dos mesmos produtos.

## Pautas socioambientais

– Tanto o 14º Plano Quinquenal da China quanto o Plano Biden têm foco em investimentos púbicos na infraestrutura e inovação tecnológica, mas com fortes conteúdos voltados para a redução da emissão de carbono e programas sociais. A expectativa é se extrapolaremos realmente os discursos internacionais sobre economia verde, transição energética, estímulos à geração e distribuição de renda, e estas pautas serão colocadas de fato no centro da política externa.

– Com o Plano Biden, os EUA demonstram que estão buscando ressignificar o papel do Estado Americano dentro dos próprios Estados Unidos, assumindo um papel importante no desenvolvimento do país e não apenas de acordo com os interesses do mercado. Entre as medidas já tomadas estão o aumento dos direitos trabalhistas e sindicais e determinação que 40% de todos os investimentos públicos deverão se destinar a projetos de infraestrutura limpa para comunidades carentes e pequenas empresas. Tais medidas ainda estão em debate com a oposição, o Partido Republicano.

– O início do mandato Biden também está sendo marcado pela retomada do protagonismo dos EUA no debate sobre o clima. Em uma ordem executiva ainda em janeiro de 2021, o governo estabeleceu a meta de atacar os efeitos climáticos dentro e fora do país, reconhecendo a eminência de uma trajetória ambiental incompatível com a existência humana. Uma das metas seria a eliminação total de subsídios a combustíveis fósseis a partir de 2022.

– A China é disparadamente o maior poluidor do mundo, com crescimento das emissões de carbono sendo mais acentuado do que o crescimento do PIB. Isso está atrelado a um modelo de pensamento sobre o desenvolvimento nas últimas sete décadas que segue a ideia de "crescer antes e limpar depois". Um modelo que, se fosse seguido por todos os países, o planeta já teria entrado em colapso.

– Por outro lado, a China é o maior exportador de tecnologias verdes, e começou a traçar estratégias para a reversão da situação no país. O plano é chegar no patamar de emissões de $CO_2$ em 2030 e "limpar" a produção do país em três décadas, chegando à neutralidade do carbono em 2060.

**Relacionamento com o Brasil**

– O Brasil, nos últimos anos, com o atual governo federal, assumiu uma postura negativamente agressiva nas relações exteriores, com severos ataques aos acordos internacionais e, principalmente, à China. Por outro lado, manteve (ou tentou manter) aproximação e alinhamento com o governo Trump nos EUA, que gerou vários problemas na diplomacia e comércio internacional.

– O desempenho ambiental e social do Brasil, incluindo-se o combate à pandemia de coronavírus, tem consequências políticas e comerciais com as grandes potências mundiais. A falta de credibilidade internacional e as inseguranças jurídicas e políticas levarão à restrição de investimentos externos no país e aumentam as dificuldades para a entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

– Apesar de tudo, as relações com os Estados Unidos e China continuam muito promissoras comercialmente para o Brasil. Por um lado, desde a posse de Joe Biden, os EUA adotaram a política de se

**Estados que mais exportam para a China (2020, em US$)**

| | UF | Valor |
|---|---|---|
| 1 | Pará | 11,92 bi |
| 2 | Minas Gerais | 10,41 bi |
| 3 | Rio de Janeiro | 9,99 bi |
| 4 | São Paulo | 6,26 bi |
| 5 | Mato Grosso | 5,45 bi |
| 6 | Paraná | 5,36 bi |
| 7 | Rio Grande do Sul | 4,32 bi |
| 8 | Goiás | 3,56 bi |
| 9 | Mato Grosso do Sul | 2,64 bi |
| 10 | Bahia | 2,25 bi |
| 11 | Santa Catarina | 1,71 bi |
| 12 | Maranhão | 871 mi |
| 13 | Tocantins | 776 mi |
| 14 | Espírito Santo | 653 mi |
| 15 | Piauí | 316 mi |
| 16 | Ceará | 247 mi |
| 17 | Rondônia | 197 mi |
| 18 | Amazonas | 47 mi |
| 19 | Distrito Federal | 33 mi |
| 20 | Pernambuco | 8 mi |
| 21 | Paraíba | 4 mi |
| 22 | Amapá | 3 mi |
| 23 | Rio Grande do Norte | 3 mi |
| 24 | Acre | 3 mi |
| 25 | Sergipe | 0,99 mi |
| 26 | Alagoas | 0,47 mi |
| 27 | Roraima | 0,02 mi |

Fonte: ComexStat, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Slide apresentado por João Ricardo Cumaru

relacionar diretamente com os estados brasileiros. Já a China alterou o ritmo de articulações, mas manteve o diálogo com as gestões estaduais e deu continuidade aos contratos que estavam sendo consolidados, na perspectiva de que a crise de relacionamento vai passar e é necessário se pensar em planejamento em longo prazo. Algo que o Brasil precisa aprimorar, além de retomar a diplomacia e parcerias no próximo ciclo governamental.

– O Brasil tem se consolidado como uma potência agrícola e de alguns minerais, mas é um modelo limitador, mesmo com os ciclos

de altas de *commodities.* Além dessa força econômica não vir se traduzindo em benefícios para a população.

– Mesmo com críticas ao modelo (e aos produtos) de exportação, a atual situação ainda perdurará por um tempo. Ou seja, se os preços de *commodities* continuarem altos em 2023, 2026 e por quantos anos forem, dificilmente o cenário de exportação de produtos primários se modificará, mas temos que debater os impactos na economia interna.

– Não podemos deixar de lado o peso que a China tem hoje no comércio exterior brasileiro. Os chineses têm sido os maiores parceiros comerciais do Brasil desde 2009, entretanto, no Nordeste, apenas a Bahia tem presença marcante na relação comercial, com mais de 2 bilhões de dólares em exportação, e outros cinco estados não chegaram a 10 milhões de dólares em exportação em 2020, mas hámuito potencial de crescimento nesta relação.

## Oportunidades e desafios

Neste novo cenário de investimentos e preocupações da China e dos EUA, o Brasil pode ter posição de destaque se implementar projetos e programas em áreas estratégicas, como geração de emprego, geração de renda, investimentos sociais e no bem-estar da população, economia verde, transição energética, convivência com a seca, acesso à água, energias renováveis, cidades sustentáveis, mobilidade sustentável (transporte coletivo elétrico e individual com bicicletas), além de educação, ciência e inovação.

Tanto os EUA quanto a China estão se propondo à ampliação dos investimentos em tecnologia e infraestrutura locais, e promoverão maiores capacidades para exportação de matérias primas e importação de bens.

Temos muito capital disponível no mundo, mas a economia global está olhando hoje para a sustentabilidade ambiental e a inclusão social, enquanto o Brasil ainda está com projetos muito conservadores, com foco apenas nas obras e não nos impactos no desenvolvimento socioambiental.

O Brasil e o Nordeste ainda carecem de projetos baseados em emissão de *green bonds*, redução de emissões e geradores de créditos de carbono.

Além dos investimentos estatais internacionais, precisamos aprimorar a atração de capital privado de modo planejado, mantendo o nosso Estado regulador de acordo com um planejamento de desenvolvimento sustentável, com segurança jurídica, política, econômica, ambiental e social.

## SEMINÁRIO
## CULTURA, DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE

Para debater os rumos da política cultural brasileira, o NAPP-NE em parceria com o Napp Cultura, a Secretaria de Cultura do PT e o Fórum dos Secretários e Dirigentes de Cultura do Nordeste, realizou em 14 e julho o seminário Eugênio Peixoto – Cultura, Desenvolvimento e Identidade, cujo nome foi uma homenagem a um dos grandes defensores da cultura como elemento de desenvolvimento econômico e social e marca da identidade nordestina. Eugênio era um dos construtores do PT e do NAPP-NE, além de gestor público e militante da luta em defesa dos trabalhadores da agricultura familiar, e faleceu em junho de 2021.

O evento batizado em sua homenagem teve a participação de Cláudia Leitão, ex-secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura no governo Dilma; Carlos Paiva, ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC no governo Lula; além de Márcio Tavares, secretário Nacional de Cultura do PT; Arany Santana, secretária de Cultura da Bahia; e Fabiano Piuba, secretário de Cultura do Ceará e presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura do Nordeste, além de gestores e dos demais estados nordestinos.

### Principais propostas

– Definição da Cultura e dos setores criativos como elementos fundamentais para a recuperação e desenvolvimento sustentável e equilibrado.

– Adoção de políticas parta proteção, recuperação e manutenção dos patrimônios culturais materiais e imateriais.

– Mapeamento das inciativas regionais e locais de incentivo e financiamento da arte-cultura tanto midiáticas quanto tradicionais.

– Descentralização dos recursos para cultura, não só para projetos mas para manutenção de organismos culturais. Como exemplos temos as experiências dos editais para os Pontos de Cultura dos governos de Lula e, em caráter emergencial, a distribuição dos recursos da Lei Aldir Blanc.

– Reconhecimento da Cultura como ativo econômico transformador do desenvolvimento econômico, social e ambiental, necessitando de regulação e barreiras contra as nuances mercadológicas da tida "indústria cultural" e pressões/seleções políticas e pessoais.

– Capacitação de agentes culturais, gestores e populações por meio do financiamento de projeto perenes, capacitação e educação.

– Reconhecimento e incorporação das novas tecnologias e a transição digital como elementos primordiais para o desenvolvimento cultural como geração de conhecimento e renda.

– Reconhecimento e integração das culturas tradicionais no processo de difusão e consolidação da economia criativa, envolvendo todos os níveis, desde a arte/cultura mercadológica-midiática até as comunidades e expressões locais.

– Inclusão da Cultura e seus profissionais para que tenham seus direitos e proteções socioeconômicas garantidos, com incentivo às capacitações profissionais, empresariais e de gestão.

## SEMINÁRIO IGUALDADE RACIAL

Nos últimos anos, o Brasil infelizmente revelou que sua face racista ainda era muito presente em diversos setores da sociedade e governamentais, inclusive com um aspecto fascista incentivado pelo atual governo federal.

Por isso, em 6 de abril de 2021 (terça-feira), ocorreu o seminário Terça da Benção – Igualdade Racial no Nordeste, coordenado pelo Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas do Nordeste (NAPP-NE) da Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o Napp Igualdade Racial.

Este foi o segundo debate promovido pelo NAPP-NE e teve a participação de Martvs Chagas, secretário nacional de Combate ao Racismo do PT; Aloizio Mercadante, presidente da FPA; Regina Sousa, vice-governadora do Piauí; Fabya Reis, secretária de Promoção da Igualdade Racial da Bahia; e Socorro Guterres, secretária-adjunta de Igualdade Racial do Maranhão. Também participaram gestores públicos, técnicos, líderes partidários e lideranças dos movimentos sociais dos estados do Nordeste.

### Contextualização

– A carência de políticas públicas para o desenvolvimento e a segurança alimentar, econômica e educacional da população negra foi evidenciada com a pandemia do novo coronavírus. A população negra foi a que mais sofreu com a impossibilidade de manter o distanciamento social, precisando manter a rotina de deslocamento aos seus empregos, enfrentando a pandemia nos transportes públicos.

– A juventude negra foi quem mais sofreu com as aulas remotas devido à restrição de acesso à internet e equipamentos. Além da falta de infraestrutura geral das escolas públicas.

– Ficou evidente a dependência da população negra aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Evidenciou-se a derrocada da ideia de "Estado mínimo", principalmente porque as questões raciais não serão equacionadas a partir da espontaneidade do "mercado" e da sociedade não organizada. Há necessidade de ampliação e garantia das políticas afirmativas e da renda básica permanente, além de programas de transferência de renda e segurança econômica para o enfrentamento à invisibilidade dos profissionais autônomos e informais, majoritariamente negros.

**Proposições**

– Recuperação dos marcos legais e políticos (leis, planos, conselhos, cotas no ensino superior e concursos públicos etc.) que visam à efetivação de investimentos para o desenvolvimento econômico e social da população negra e povos e comunidades tradicionais (PCT).

– Instituição de órgãos de combate ao racismo e desenvolvimento da população negra e PCT em todos os níveis do Poder Executivo (federal, estaduais e municipais).

– Regularização fundiária dos quilombos rurais e urbanos, com reconhecimento das populações quilombolas por parte dos poderes locais e territoriais.

– Aprimoramento de políticas de saúde e educação contextualizada para a população quilombola rural e urbana, além de medidas voltadas ao empreendedorismo negro, microempresas e empresas familiares negras.

– Projetos de empregabilidade da juventude e adultos negros entre 45 e 60 anos.

– Mapeamento e disseminação das boas iniciativas e políticas públicas, como os projetos Maranhão Quilombola e Caravana Quilombola.

– Ampliação do número de negras e negros em cargos públicos.

– Criação da Câmara Temática de Igualdade Racial do Consórcio Nordeste para ampliação da abordagem das questões sociais (raça, gênero, trabalho escravo, meio ambiente, violência contra mulheres e jovens/crianças negros).

– Ampliação do debate sobre políticas para população negra e PCT em todos os níveis do Partido dos Trabalhadores, com instâncias em todos os estados, gestões municipais e diretório. Além da transversalidade do tema em todos os eventos governamentais e partidários.

– Criação de estratégias de ampliação do debate junto aos grupos sociais não negros. É preciso extrapolar a discussão para públicos brancos, masculinos e sudestinos.

## MULHERES E O DESENVOLVIMENTO
## Uma perspectiva feminista sobre o modo petista de governar no Nordeste

Nos dias 9 e 10 de abril de 2021, a Fundação Perseu Abramo, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas do Nordeste (Napp-NE) e o Napp Mulher realizaram o seminário "Mulheres e o Desenvolvimento no Nordeste: uma perspectiva feminista sobre o modo petista de governar no Nordeste".

Foram dois dias de intensos debates entre mulheres que fazem parte das direções em nível nacional ou estadual no Partido dos Trabalhadores, parlamentares e gestoras públicas, a fim de discutir o desenvolvimento de políticas públicas constituídas durante os governos do PT e a involução destas após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff dentro da região e quais políticas os governos nos quais estamos inseridos ainda conseguem manter, mesmo com os sucessivos ataques promovidos pelo governo federal contra os governadores do Nordeste.

Os debates se iniciaram com o painel "Uma perspectiva feminista sobre o modo petista de governar no Nordeste", seguido por um painel de conjuntura política "Mulheres no desenvolvimento dos governos do PT no Nordeste". Na manhã seguinte, dia 10 de abril, os painéis de "Interseccionalidade na gestão das políticas públicas para as mulheres" e "Territórios: implementação de políticas de enfrentamento às desigualdades sociais de raça e gênero" deram sequência a programação do evento.

Debater políticas públicas na região que teve o maior crescimento durante os governos petistas é esperançar o coração. Terreno fértil da resistência política contra o bolsonarismo, a região conseguiu

constituir o Consórcio Nordeste em 2019, que é um instrumento político, jurídico e econômico.

É, ainda, nesta região que o PT mantém os quatro governos estaduais eleitos em 2018. Sendo um destes estados o Rio Grande do Norte, que tem à frente do governo estadual a companheira Fátima Bezerra, única mulher governadora do Brasil na atualidade.

As mudanças observadas durante os anos de governos petistas na região vão desde fornecer condições para suprir necessidades básicas – alimentação, acesso à água e direito à moradia – até garantir patrulhas Maria da Penha em locais afastados dos grandes centros, como as zonas rurais.

Infelizmente, os últimos 5 anos de ataques sofridos pelas políticas de promoção de igualdade vêm suscitando um desmonte sistemático das políticas de proteção social que foram implementados nos governos petistas.

Durante o seminário, companheiras que atuam a partir de demandas distintas, mas que se interseccionalizam a partir dos territórios de atuação, puderam expor e comentar a respeito de similaridades existentes na região e o que pode ser feito para melhorar as políticas públicas.

Observou-se o impacto profundo que se acentuou na vida das mulheres a partir da pandemia, como o aumento do desemprego e de subempregos, falta de oportunidades iguais na disputa por cargos, empregos e salários, sem contar o aumento do trabalho reprodutivo e doméstico, cabendo a essas mulheres o cuidado com crianças, idosos e doentes, bem como as tarefas ligadas à organização e ao funcionamento da casa.

Com a ausência de remuneração e a precariedade na distribuição do auxílio emergencial, milhões de famílias chefiadas por mulheres es-

tão existindo à margem e abaixo da linha da pobreza na sociedade. Segundo pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1995 havia 25% dos domicílios brasileiros chefiados por mulheres, em 2018 o número passava dos 45%. Significa dizer que se aproximadamente metade das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e esse grupo está sendo o maior atingido com a ausência de oportunidades, o governo de Jair Bolsonaro está trabalhando (com afinco) na produção de uma catástrofe social.

Em um país onde mais de 14 milhões de pessoas estão desempregadas e aproximadamente 39 milhões vivem na miséria, com renda média de 90 reais mensais, sobram denúncias ligadas a vulnerabilização social, a exemplo de violações dos direitos humanos, violências domésticas, episódios de racismo e o aumento no número de jovens envolvidos com organizações criminosas, assim como observamos o retrocesso em políticas sociais que incentivavam esporte, cultura e lazer, que possuem em seu objetivo a promoção de atividades que estimulem qualidade de vida, acesso à arte e à cultura, estimulando a conscientização de jovens que moram em áreas periféricas.

Houve sincronicidade nas falas com relação ao entendimento de que a miserabilidade e a violação de direitos é uma política higienista, perversa e amplamente implementada pelo atual governo federal que realiza, sistematicamente, um desmonte de todas as políticas de apoio ao desenvolvimento humano e social promovidas nos governos de Lula e Dilma. A fome é, sem dúvidas, uma das maiores ferramentas de vulnerabilização e controle de um povo, afinal, ter direito a três refeições por dia é o básico para que qualquer brasileiro e brasileira possua condições de enfrentar a política genocida promovida por Bolsonaro e aliados.

É urgente que o Napp-NE e o Napp-Mulher se debrucem na construção de propostas para geração de emprego e renda para famílias

monoparentais que considerem as dificuldades enfrentadas por essas mulheres; propostas para melhoria da segurança pública, e que essa garanta a vida e não a morte de milhares de jovens anualmente, levando mães a um contexto de adoecimento psíquico grave; um plano emergencial para retomada do crescimento; retomada de políticas que garantam o escoamento da colheita da agricultura familiar, que é uma das principais fontes de renda das famílias da região; construa propostas de aplicação de penas mais flexíveis para mulheres mães que estão em conflito com a lei por crimes não violentos (corresponde a aproximadamente 60% da população feminina em privação de liberdade na região, segundo o INFOPEN, 2018), bem como programas de reintegração dessas mulheres no mercado de trabalho. Também é importante pensar políticas de produção de energia de baixo carbono para os governos petistas, reforçando o respeito aos povos das florestas e das águas.

O retorno do PT ao governo federal deve ter um olhar cuidadoso para as mulheres do Nordeste – não basta retomar o que já foi feito, mas ampliar as possibilidades para que a região continue a ascensão que os governos antidemocráticos de Temer e Bolsonaro lutaram para interromper.

O caminho para o povo nordestino nunca foi fácil, vivenciar os governos do PT deu a essa população motivo para acreditar que dias melhores são possíveis.

## SEMINÁRIO
## COMBATE À FOME E RESGATE DA CIDADANIA NO NORDESTE

### Introdução

– Os impactos da globalização com uso intenso de tecnologia, priorizando atividades econômicas excludentes e com decisões estratégicas sendo tomadas por poucas empresas, obrigam os setores excluídos e explorados a criar redes de solidariedade para as lutas cotidianas dos movimentos sociais.

– Desde a criação da Sudene, o Consórcio Nordeste foi o maior avanço para a integração dos estados nordestino e fortalecimento político da região no cenário nacional.

– As articulações da sociedade civil organizada por meio de diversas instituições (Fetape, Contag, ASA etc.) foram essenciais para a ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca, apontando um conjunto de medidas, políticas e práticas de convivência com o semiárido, a exemplo do P1MC.

– A partir de 2003, a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a consolidação dos conselhos de participação social permitiram que as políticas públicas fossem elaboradas com maior afinidade às realidades regionais, estabelecendo avanços significativos nas políticas da agricultura familiar e segurança alimentar. O golpe de 2016 foi marcado pelo retrocesso dessas políticas. Os espaços remanescentes da sociedade civil e dos gestores estaduais ainda podem adotar estratégias de resistência ao desmonte.

– A tradição de articulação regional levou o Consórcio Nordeste a montar as Câmaras Temáticas sobre os eixos de políticas públicas priorizadas. A da Agricultura Familiar foi a primeira, seguida da de Ação Social. O Consórcio deve fomentar mais esses espaços conforme a diversidade econômica do nordeste brasileiro.

## Superar a fome e o desemprego

– O ensinamento de Josué de Castro demonstra que a superação da fome passa pelo entendimento de que a produção, distribuição e consumo dos alimentos não podem ser orientados apenas pelo interesse econômico, mas também como saúde pública.

– O número de pessoas em situação de insegurança alimentar tem aumentado no Brasil nos últimos 5 anos, segundo o IBGE.

– No Nordeste, a situação de insegurança alimentar é pior que a média nacional: 50,34% contra 46,70%.

– Em números absolutos, quase um milhão e trezentos mil domicílios, cerca de seis milhões e meio de pessoas, em situação de insegurança alimentar grave na Região Nordeste.

**Nordeste: Segurança Alimentar (mil domicílios)**

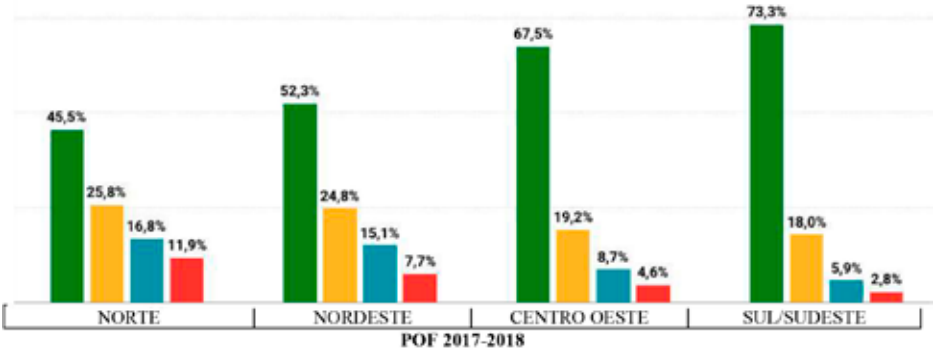
| UF | Segurança Alimentar | Insegurança Alimentar | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Leve | Moderada | Grave |
| MA | 667 | 1.304 | 695 | 366 | 243 |
| PI | 550 | 468 | 294 | 112 | 62 |
| CE | 1.503 | 1.326 | 786 | 365 | 175 |
| RN | 489 | 590 | 362 | 147 | 81 |
| PB | 588 | 676 | 429 | 167 | 80 |
| PE | 1.560 | 1.455 | 859 | 391 | 204 |
| AL | 445 | 582 | 362 | 142 | 79 |
| SE | 386 | 363 | 233 | 89 | 40 |
| BA | 2.676 | 2.221 | 1.299 | 612 | 310 |
| NE | 8.864 | 8.985 | 5.319 | 2.391 | 1.276 |

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

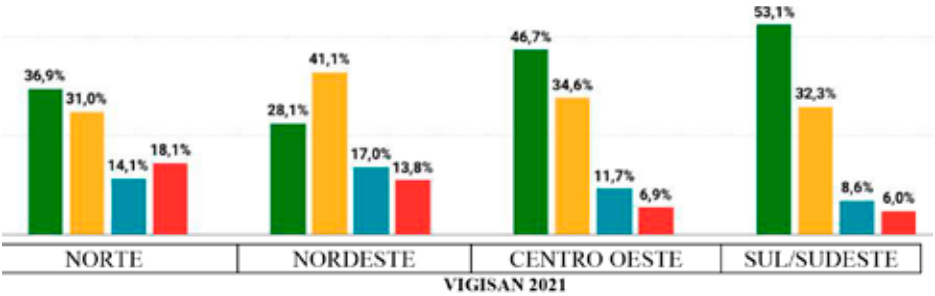
– O congelamento dos gastos públicos, aliado a uma criminosa e simultânea ação de desmonte das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, e das políticas de Apoio à Agricultura Familiar, são as causas imediatas deste desastre, que recolocou o Nordeste no mapa da fome.

– A Lei 11.346/2006, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assegurando o acesso regular e permanente a alimentos. O Decreto n° 7.272/2010, regulamentou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). A Emenda Constitucional 64/2010, incorporou a alimentação aos direitos previstos na Constituição Federal. Todo o marco legal está sendo ignorado.

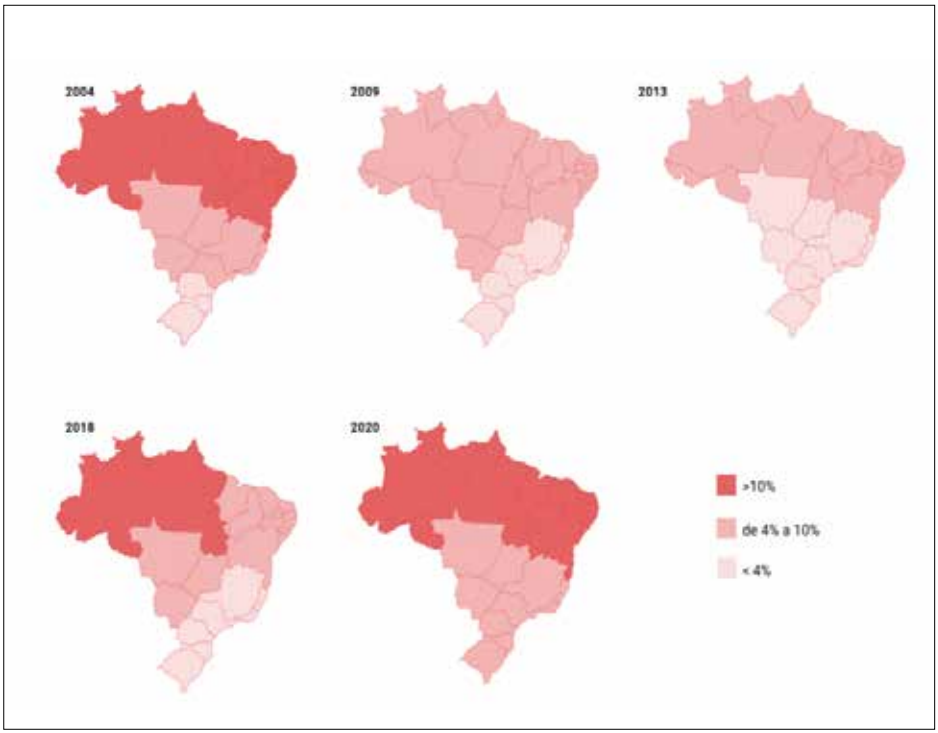
– Se a POF 2017-2018 já tinha demonstrado a gravidade da crise humanitária, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (VIGISAN) no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) em 2021, explicitou a velocidade com que esta crise está se transformando em uma catástrofe.



POF 2017-2018




**Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 – macrorregiões.**




Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE); [5] VIgiSAN Inquérito SA/IA — Covid-19, Brasil, 2020.
Fonte: Instituto Cidadania, 2021.

– O número relativo de famílias em situação de segurança alimentar na Região Nordeste caiu quase pela metade, de 52,3 para 28,1%, pouco mais de um quarto do total. E o percentual de famílias com fome subiu de 7,7 para 13,8%.

– A pandemia ampliou e deu visibilidade aos impactos dos cortes nas políticas sociais na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social no país, em especial na Região Nordeste.

– O estímulo à agricultura familiar é o principal instrumento de política pública para a soberania alimentar nacional, principalmente no Nordeste.

## A expansão e o fortalecimento da agricultura familiar como um vetor de sustentabilidade para a região

– No Nordeste, a agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico. Quase a metade das unidades produtivas familiares (UPF) do país, 47,18%, está na região, apesar de representarem apenas 32,05% da área ocupada e, consequentemente, terem a menor área média

**Agricultura familiar por região**

| | ÁREA (ha) | UPF | MÉDIA (ha) |
|---|---|---|---|
| **N** | 19.767.199 | 480.575 | 41,13 |
| **NE** | 25.925.743 | 1.838.846 | 14,10 |
| **SE** | 13.735.871 | 688.945 | 19,94 |
| **S** | 11.492.520 | 665.767 | 17,26 |
| **CO** | 9.969.750 | 223.275 | 44,65 |

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

– A sociobiodiversidade e os ativos ambientais destas comunidades podem compor uma estratégia de atração de investimentos da cha-

mada *carbon finance*[1] para processos sustentáveis de inclusão produtiva e recuperação ambiental. Viabilizar fontes de financiamento que permitam uma remuneração às comunidades pelos serviços ecossistêmicos prestados na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

– A cultura regional, a gastronomia e o turismo podem e devem ser utilizados, de forma integrada, como vetores de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e inovador. Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o Nordeste é hoje o segundo polo de turismo gastronômico do país, com um crescimento anual da ordem de 10%. Travessas de cerâmica artesanais, embalagens naturais e receitas tradicionais tendem a transmitir uma ideia de sabores únicos e originais, diferentes dos padronizados pela indústria da alimentação. A articulação da rede hoteleira e de restaurantes com a produção das famílias é uma estratégia fundamental.

– Apesar dos esforços do governo federal (2003–2016), ainda persiste um passivo de inclusão socioprodutiva das comunidades tradicionais e agricultores familiares, que historicamente sempre foram marginalizados. Diferentemente do agronegócio.

– O esvaziamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do MDS foi um crime cometido contra a agricultura familiar brasileira pelo então juiz Sérgio Moro. Em 2013, o ex-juiz criminalizou agricultores no Paraná pela entrega de produtos em quantidade inferior ao que constava no contrato. Esta diferença era compensada com a entrega de outros alimentos, prática necessária por conta da sazonalidade e das incertezas da atividade agrícola. Dezenas de pessoas tiveram suas vidas devassadas pela Polícia Federal e algumas foram

1. Ramo do financiamento ambiental que viabiliza investimentos para reduzir o impacto dos gases de efeito estufa no meio ambiente, os quais podem ser negociadas nos mercados de carbono. Existe, inclusive, uma unidade específica do Banco Mundial para cuidar destas operações, a Carbon Finance Unit.

presas e humilhadas. Essa arbitrariedade tinha um objetivo político evidente: desestruturar uma política pública que beneficiava a agricultura familiar e as populações em situação de insegurança alimentar no país. Os gráficos a seguir demonstram este quadro, com a queda abrupta de desempenho do Programa em 2013 e o seu posterior e criminoso esvaziamento.

**Propostas**

– Instituir a Rede Nordestina de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede Ater Nordeste).

– Organizar Centros de Pesquisa, Inovação e Formação da Agricultura Familiar adequados à vocação produtiva e sociocultural dos territórios.

– Organizar Núcleos de Apoio às Associações e Cooperativas para qualificar comercialização e o acesso ao crédito e gestão.

– Implantar o Sistema de Informações da Agricultura Familiar do Nordeste (Siraf/NE): portal que sistematiza a oferta de produtos da agricultura familiar existentes na Região.

– Ampliar e adequar a oferta de crédito à agricultura familiar da região.

– Dinamizar as cadeias produtivas da agricultura familiar com foco na produção de alimentos saudáveis.

– Integrar as agências de defesa agropecuária – O Selo Arte: Sabor Saudável do Nordeste.

– Assegurar a continuidade dos programas de acesso à água para abastecimento humano.

– Fortalecer o protagonismo feminino.

## Acesso à terra e regularização fundiária

– O padrão dominante de posse e de uso da terra no Brasil sempre foi, e continua sendo, o da grande propriedade engajada na produção para o mercado exportador. Mas um fator estruturante da modernização da agricultura capitalista brasileira sempre foi a sua capacidade de combinar e integrar diversas formas de organização do trabalho e de propriedade da terra, viabilizando distintos mecanismos de acumulação de capital no campo.

– As mudanças sempre foram lentas e graduais, a exemplo da migração para o trabalho assalariado no campo. Essas mudanças políticas foram realizadas de modo a não permitir alterações na estrutura de propriedade da terra.

– A reforma agrária e os demais instrumentos de acesso à terra são essenciais para a superação da pobreza no campo.

– A regularização dos territórios tradicionalmente ocupados requer uma atenção especial, visto que a história da ocupação das terras públicas no Brasil tem sido marcada pelo uso da força e por conflitos entre os poderosos interesses dos grileiros e os direitos dos ocupantes mais antigos da terra, em especial os Povos e Comunidades Tradicionais. Esta situação foi agravada pelos ataques sistêmicos do atual governo federal.

## Pacto social do Nordeste: assistência social e atuação integrada para a redução dos impactos da pandemia e da desproteção social

– Instalada em março de 2021, a Câmara Temática da Assistência Social aprofundou as discussões e proposições iniciais e, considerando o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo atual governo e o aprofundamento da crise sanitária no país com dramáticas repercussões na vida da população nordestina, apresentou o Pacto Social do Nordeste.

**Propostas**

– O Cartão Social Alimentação é uma alternativa eficaz do ponto de vista da dignidade da família ao acesso aos produtos alimentícios que necessita, desde que seja garantida, no mínimo, 30% da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar pelos estabelecimentos comerciais.
– Auxílio funeral especial.

– Acolher e proteger a população em situação de rua; migrantes e refugiados; mulheres vítimas de violência; e crianças e adolescentes "Órfãos da Covid-19".

– Segurança de renda.

– Aprimoramento do Suas.

– Reforçar estrutura de governança das políticas sociais.

**Empreendedorismo como estratégia de combate à desigualdade e a fome**

– Os pequenos negócios cumprem um importante papel para a geração de emprego e renda em nosso país. Sendo responsáveis por cerca de 98% de todas as empresas formalizadas no território brasileiro, por 36% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, por 53% de todos os empregos com carteira assinada do país e 41% da massa salarial.

– A pandemia mostrou o quanto os pequenos são importantes para a garantia de emprego e renda para milhões de brasileiros. Neste período, associado em parte ao aumento do desemprego, cresceu o número de pequenos negócios em todo o país. No ano passado, foram registradas a abertura de 2,6 milhões de Microempreendedores Individuais (MEI), 535.126 Microempresas (ME) e 91.757 Empresas de Pequeno Porte (EPP).

– Os governos Lula e Dilma foram os que melhor estruturaram o apoio às micro e pequenas empresas, principalmente pelo desenvolvimento de ambiente jurídico. Destacando-se: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, Simples Nacional, Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Rede Simples), a figura jurídica do MEI e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de Ministério.

– Ainda é importante aprofundar o desenvolvimento de políticas públicas em prol dos pequenos negócios com foco na economia local, redução de burocracias e uma maior agilidade para a abertura e fechamento de empresas, políticas que facilitem o acesso ao crédito, ampliação das compras governamentais e o desenvolvimento de programas de educação empreendedora nas escolas.

## As comunidades resistem: propostas da Cufa[2]

– A Central Única das Favelas (Cufa) é uma organização social brasileira presente em 5 mil favelas por todo o país. A entidade existe há mais de 20 anos e trabalha com esporte, formação de lideranças e empreendedorismo, educação, lazer, cultura e cidadania. Durante a pandemia da Covid-19, a Cufa utilizou sua capilaridade para amenizar ao máximo as dificuldades que os moradores de favela enfrentam. Por meio do programa Mães da Favela, a instituição entregou cestas básicas, físicas e digitais, e chips com internet gratuita por 6 meses para as mulheres assistidas pela iniciativa. Por seu conhecimento sobre esses territórios, a Cufa criou uma rede de proteção que atingiu mais de 5,8 milhões de pessoas em todo o Brasil, já que atua nos 26 estados e no Distrito Federal.

– Ao longo da pandemia, 8 em cada 10 famílias das favelas não teriam se alimentado se não tivessem recebido doações. A Cufa, a Gerando Falcões e a Frente Nacional Antirracista, com o apoio do União SP e cooperação da Unesco, uniram esforços para criar o

2. Este item reproduz algumas informações obtidas no site da Cufa, www.cufa.org.br.

Movimento Panela Cheia em busca de arrecadar recursos para a compra de cestas básicas para pessoas em situação de vulnerabilidade. Uma ação emergencial contra a dura realidade da fome: fazer chegar alimentos onde se mais precisa, nas mesas de famílias em comunidades de todo país.

## Conclusão: um enfoque territorial é necessário

– Entendimento de que somos um país diverso e que o Nordeste e suas fragilidades econômicas e sociais exigem políticas específicas e diferenciadas para o seu desenvolvimento sustentável, considerando o seu território com destaque para o semiárido.

– Iniciativas importantes como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) foram postas de lado por conta da cilada da "desnecessidade" do Estado. Isso conduz a um salve-se quem puder a partir de um liberalismo primitivo.

– A pandemia impactou fortemente o Nordeste: os eventos de massa como São João, romarias, carnaval de época e fora de época que aglomeram milhares de pessoas estão proibidos; a diminuição drástica de voos, o fechamento da rede hoteleira e de alimentação fora do lar penaliza gravemente o segmento turístico.

– Para o nordeste, precisa-se montar um novo projeto de desenvolvimento regional, com base nas suas atividades dinâmicas tradicionais ligadas à indústria incentivada, ao turismo e à fruticultura irrigada – com atividades não agrícolas de base local, conduzidas em áreas urbanas e rurais com forte apoio aos Arranjos Produtivos Locais e às cadeias produtivas; na resolução dos sérios problemas de escassez hídrica e logística e continuidade de projetos estruturantes como Projeto de Interligação do São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), associado ao

Projeto de Revitalização do São; a Ferrovia Norte Sul e FIOL deverão elevar a competitividade da produção agrícola e mineral; o PAN-Brasil (Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca) construído de forma participativa e transversal e propondo medidas adequadas ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca em seu território.

# SEMINÁRIO SUSTENTABILIDADE HÍDRICA E SANEAMENTO

Historicamente, a escassez de recursos hídricos sempre foi apontada como o mais grave problema para o desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste. Este cenário tem como base o fato de 70% da região ter clima semiárido (12% do território brasileiro), com severa sazonalidade de chuvas e longos períodos de estiagem. Entretanto, o avanço das tecnologias sociais e das políticas de convivência com a seca já provaram que é possível o desenvolvimento do povo residente no Semiárido (28 milhões de pessoas, que correspondem a 57% dos nordestinos, sendo que 38% destes moram em zonas rurais).

Contudo, nos últimos anos, o governo federal relegou esta população, abandonando as políticas de recuperação e preservação das bacias hidrográficas da região e precarizando o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, mais conhecido como Programa Cisternas, criado em 2003 pelo governo Lula.

Para discutir estas e outras questões o Napp Nordeste promoveu o seminário Sustentabilidade Hídrica e Saneamento nos dias 20 e 21 de novembro de 2021, com a participação de Ricardo Coutinho, ex-governador da Paraíba; Silvano Silvério, ex-secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e especialista em Saneamento e Resíduos Sólidos; Luiz Geraldo Sciam Bastos, ex-superintendente regional da Codevasf, além de outros gestores públicos e representantes da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e empresas de saneamento.

## Contextualização

### Acesso à água e esgotamento

– Dados mais recentes do IBGE apontados pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) revelam que, em 2017, 99,6% munici-

pios brasileiros tinham serviços de abastecimento de água por rede de distribuição, que atingiam 86% das residências. Já no Nordeste, 99,3% municípios tinham serviços de abastecimento de água, mas atingiam 74% das residências da região, sendo que, destes, cerca de 25% não tinham água encanada todos os dias.

– Apesar dos avanços nos índices de abastecimento de água para a subsistência humana, o Nordeste ainda carece de recursos hídricos para a produção econômica em diversos lugares, inclusive regiões metropolitanas, e demanda melhor regulação e controle em áreas, como os sistemas de irrigação no Oeste Baiano, onde estão alguns dos principais afluentes do Rio São Francisco.

– Na região Nordeste 10% da água captada é salobra, ou seja, é imprópria para o consumo por conter mais sais dissolvidos que a água doce, índice muito acima da média nacional de 2,7%. Entretanto, a região contém o maior número de municípios que não apresentam estações de tratamento de água (número em levantamento).

– Teresina, capital do Piauí, passou a distribuir água tratada a 100% da população em 2020, significando que mais de 800 mil pessoas recebem água regularmente em suas casas.

– O Nordeste perde 46% da água distribuída por vazamentos e evaporação, ficando atrás no ranking nacional apenas para a região Norte com 55,5%. Em Pernambuco, 51% de toda a água tratada são perdidos na distribuição.

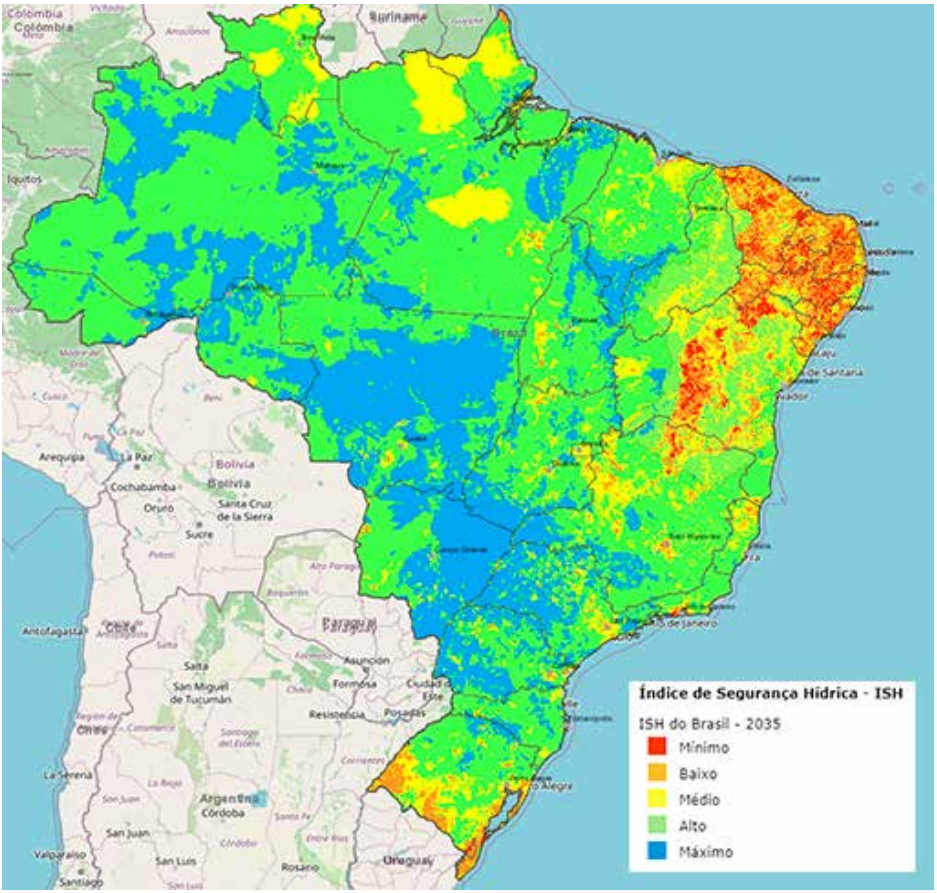
– Em relação ao esgoto, apenas cerca de 28% da população nordestina têm coleta e somente 36% do volume é tratado. Comparando estados, enquanto em São Paulo os serviços chegam a quase 100% da população, no Maranhão apenas 13,8% têm seu esgoto coletado.

– Em relação às residências, no Nordeste, 22% dos lares não possuem esgotamento sanitário, o que significa 4,1 milhões de domicílios

despejando esgoto irregularmente na natureza. Já no Sudeste, o percentual cai para 5,5%, ou 1,7 milhão de domicílios

– Positivamente, o estado do Ceará lidera o crescimento de esgotamento sanitário no Nordeste com crescimento de 2% na abrangência do serviço entre 2016 a 2019, enquanto o percentual nacional foi de 0,95%. Além disso, Pernambuco e Bahia apresentaram mais de 50% dos domicílios com acesso ao esgoto, com 61,8% e 56,6% respectivamente.

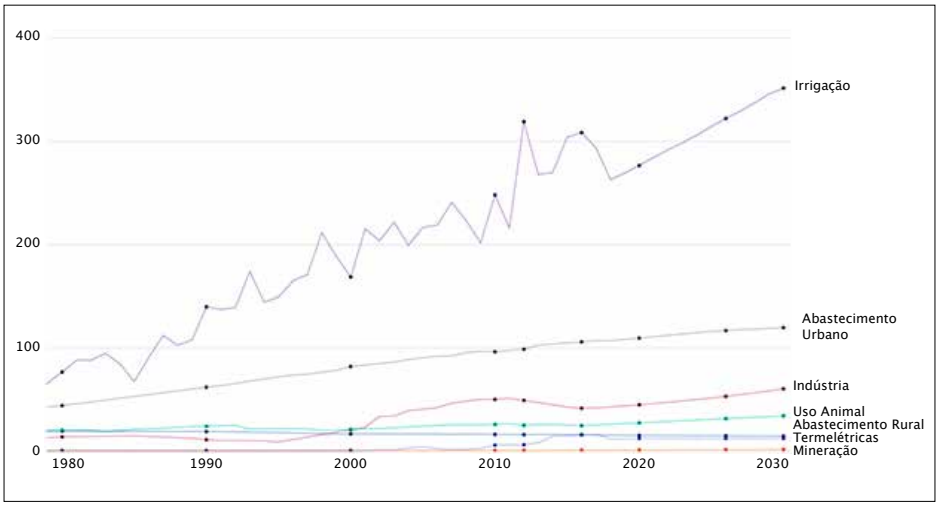
**Índice de Segurança Hídrica**




Fonte: SNIRH/ANA.

## Nordeste – Volumes Outorgados para Retirada de Água ($m^3$/seg)

| Destinação | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 2012* | 2016* | 2020 | 2026** | 2030 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Irrigação | 32,3 | 76,3 | 139,4 | 168,2 | 247,7 | 318,8 | 308,1 | 276,2 | 321,7 | 351,0 |
| Abastecimento Urbano/Rural | 47,5 | 63,0 | 80,2 | 97,9 | 11,7 | 114,0 | 120,9 | 124,0 | 130,9 | 133,5 |
| Indústria | 8,8 | 13,5 | 10,7 | 20,5 | 49,7 | 48,7 | 41,2 | 44,6 | 52,7 | 60,0 |
| Uso Animal | 13,8 | 19,9 | 23,7 | 20,6 | 25,6 | 24,7 | 24,4 | 27,1 | 31,2 | 33,9 |
| Mineração | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,2 |
| Termelétricas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,5 | 5,9 | 15,4 | 12,0 | 12,0 | 12,0 |




Fonte: SNIS/MDR / * Os Anos de 2012 e 2016 foram evidenciados por terem registrados as maiores retiradas de água para irrigação e termelétricas na série histórica. | ** 2016 está apontado por ser o ano em que a retirada de água para irrigação ultrapassará o montante de 2012.

**Brasil + Nordeste – Consumo de água ($m^3$/seg.)**

| | Destinação | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2012* | 2020 | 2026** | 2030 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BR | Irrigação | 40,9 | 50,9 | 59,6 | 61,4 | 68,1 | 66,3 | 66,7 | 66,7 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 27,9 | 20,2 | 17,6 | 15,7 | 10,4 | 11,1 | 10,0 | 9,3 |
| | Indústria | 10,9 | 10,6 | 6,6 | 8,1 | 10,2 | 9,7 | 10,5 | 11,4 |
| | Uso Animal | 19,9 | 17,7 | 15,6 | 14,0 | 10,4 | 11,6 | 11,3 | 11,2 |
| | Minério + Termelétrica | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0,8 | 0,9 | 1,3 | 1,5 | 1,4 |
| NE | Irrigação | 37,4 | 56,4 | 68,8 | 70,6 | 75,4 | 73,5 | 75,0 | 75,6 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 36,2 | 22,8 | 17,0 | 15,3 | 9,2 | 10,6 | 9,6 | 8,9 |
| | Indústria | 8,3 | 6,8 | 3,3 | 6,1 | 10,1 | 9,1 | 8,7 | 8,8 |
| | Uso Animal | 18,0 | 13,8 | 10,8 | 7,9 | 5,2 | 6,3 | 6,3 | 6,3 |
| | Minério + Termelétrica | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 0,4 | 0,4 |
| AL | Irrigação | 37,2 | 34,4 | 73,1 | 74,5 | 52,4 | 57,0 | 56,3 | 55,8 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 31,8 | 27,2 | 12,8 | 7,0 | 4,0 | 5,3 | 5,8 | 6,1 |
| | Indústria | 19,4 | 25,3 | 8,4 | 15,9 | 41,7 | 34,7 | 34,4 | 34,3 |
| | Uso Animal | 11,6 | 13,1 | 5,7 | 2,5 | 1,9 | 2,9 | 3,4 | 3,7 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| BA | Irrigação | 30,1 | 49,3 | 69,2 | 74,6 | 88,3 | 87,3 | 88,5 | 88,9 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 37,7 | 24,0 | 14,6 | 12,5 | 5,5 | 5,7 | 4,8 | 4,3 |
| | Indústria | 5,3 | 4,9 | 1,7 | 2,5 | 1,5 | 1,8 | 2,0 | 2,2 |
| | Uso Animal | 26,8 | 21,5 | 14,3 | 10,3 | 4,6 | 4,9 | 4,5 | 4,4 |
| | Minério + Termelétrica | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| CE | Irrigação | 61,7 | 77,8 | 81,3 | 81,2 | 83,3 | 76,2 | 76,2 | 76,0 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 23,3 | 11,7 | 10,5 | 10,8 | 10,4 | 13,5 | 12,5 | 11,7 |
| | Indústria | 5,6 | 4,9 | 2,9 | 3,9 | 1,8 | 2,8 | 3,4 | 3,9 |
| | Uso Animal | 9,4 | 5,6 | 5,3 | 4,1 | 4,4 | 6,1 | 6,6 | 6,9 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 1,4 | 1,3 | 1,5 |

continua

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | Irrigação | 4,9 | 4,1 | 22,5 | 30,9 | 46,0 | 37,9 | 36,1 | 34,9 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 60,4 | 58,0 | 46,0 | 43,8 | 28,1 | 29,4 | 28,0 | 26,7 |
| | Indústria | 3,5 | 4,3 | 2,4 | 2,3 | 4,3 | 6,3 | 8,1 | 9,8 |
| | Uso Animal | 31,2 | 33,6 | 29,0 | 23,0 | 21,3 | 24,3 | 25,9 | 26,9 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 2,1 | 1,9 | 1,7 |
| PB | Irrigação | 50,0 | 55,2 | 67,5 | 65,0 | 68,0 | 62,3 | 65,2 | 67,1 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 32,3 | 25,6 | 20,6 | 19,1 | 12,2 | 14,4 | 12,4 | 11,1 |
| | Indústria | 6,4 | 6,9 | 1,9 | 9,4 | 15,8 | 17,3 | 16,9 | 16,8 |
| | Uso Animal | 11,3 | 12,2 | 9,9 | 6,4 | 3,9 | 5,8 | 5,1 | 4,8 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,2 |
| PE | Irrigação | 26,5 | 60,1 | 72,4 | 69,9 | 67,7 | 64,9 | 65,2 | 65,1 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 44,0 | 23,1 | 17,1 | 17,0 | 10,1 | 12,7 | 12,0 | 11,5 |
| | Indústria | 19,2 | 9,7 | 5,3 | 9,1 | 19,4 | 18,3 | 18,7 | 19,2 |
| | Uso Animal | 10,3 | 7,1 | 5,2 | 3,9 | 2,8 | 4,0 | 4,0 | 4,1 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| PI | Irrigação | 9,9 | 25,6 | 45,9 | 52,5 | 66,4 | 61,5 | 61,9 | 61,9 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 40,4 | 33,3 | 24,9 | 22,4 | 17,0 | 20,1 | 19,3 | 18,6 |
| | Indústria | 3,8 | 4,2 | 1,8 | 4,4 | 4,0 | 5,0 | 6,8 | 8,4 |
| | Uso Animal | 45,9 | 35,9 | 27,4 | 20,7 | 12,6 | 13,3 | 11,9 | 11,0 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| RN | Irrigação | 32,0 | 62,9 | 72,0 | 69,3 | 78,1 | 74,9 | 77,4 | 79,0 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 43,5 | 20,0 | 16,8 | 16,7 | 11,4 | 13,4 | 11,8 | 10,8 |
| | Indústria | 8,3 | 6,6 | 4,3 | 9,0 | 7,0 | 6,9 | 5,9 | 5,4 |
| | Uso Animal | 15,5 | 8,9 | 6,7 | 5,0 | 3,5 | 4,7 | 4,8 | 4,7 |
| | Minério + Termelétrica | 0,7 | 1,6 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| SE | Irrigação | 47,6 | 39,0 | 45,4 | 48,4 | 56,7 | 49,4 | 45,6 | 43,0 |
| | Abastecimento Urbano/Rural | 29,8 | 29,3 | 30,6 | 27,4 | 18,9 | 20,2 | 20,0 | 19,4 |
| | Indústria | 7,5 | 11,4 | 6,0 | 12,1 | 15,0 | 16,1 | 19,0 | 21,5 |
| | Uso Animal | 15,1 | 20,2 | 17,4 | 11,0 | 8,8 | 10,3 | 11,5 | 12,2 |
| | Minério + Termelétrica | 0,0 | 0,1 | 0,6 | 1,1 | 0,6 | 4,0 | 3,9 | 3,9 |

Fonte: SNIS/MDR | * 2012 está evidenciado por registrar o maior consumo de água para irrigação e termelétricas na série histórica. | ** 2016 está apontado por ser o ano em que a água para irrigação ultrapassará 2012.

## Marco legal do saneamento básico

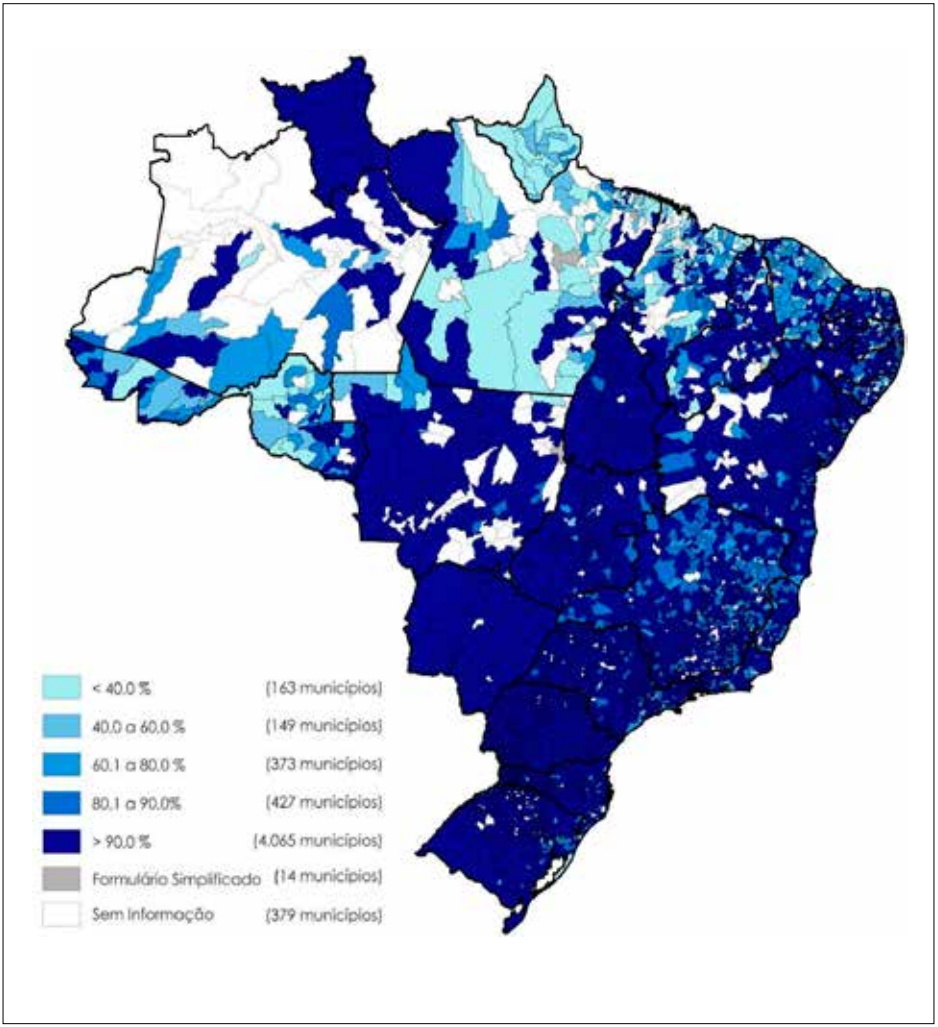
– A Lei n° 14.026 de 2020 atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n° 11.445/2007), assim como diversas outras leis do setor, estabelecendo que todos os contratos devem ser adequados até 31 de março de 2022. Vale lembrar que o marco legal foi construído com participação popular, mas sofreu tantas alterações que hoje temos uma nova legislação e o modo petista de governar tem que se adaptar e buscar alternativas e/ou trabalhar para readequações da legislação.

– Entre as regras estabelecidas destaca-se a universalização do acesso à água tratada por 99% da população e que rede de destinação de esgoto atinja 90% dos brasileiros até 31 de dezembro de 2033, prazo que pode ser adiado para 1º de janeiro de 2040, caso seja comprovada que já teve início o aprimoramento do sistema, com estrutura regionalizada.

– O novo Marco Legal do Saneamento Básico também ampliou as responsabilidades das agências reguladoras, estabelecendo novas regras para atuação, além de parâmetros e indicadores de qualidade.

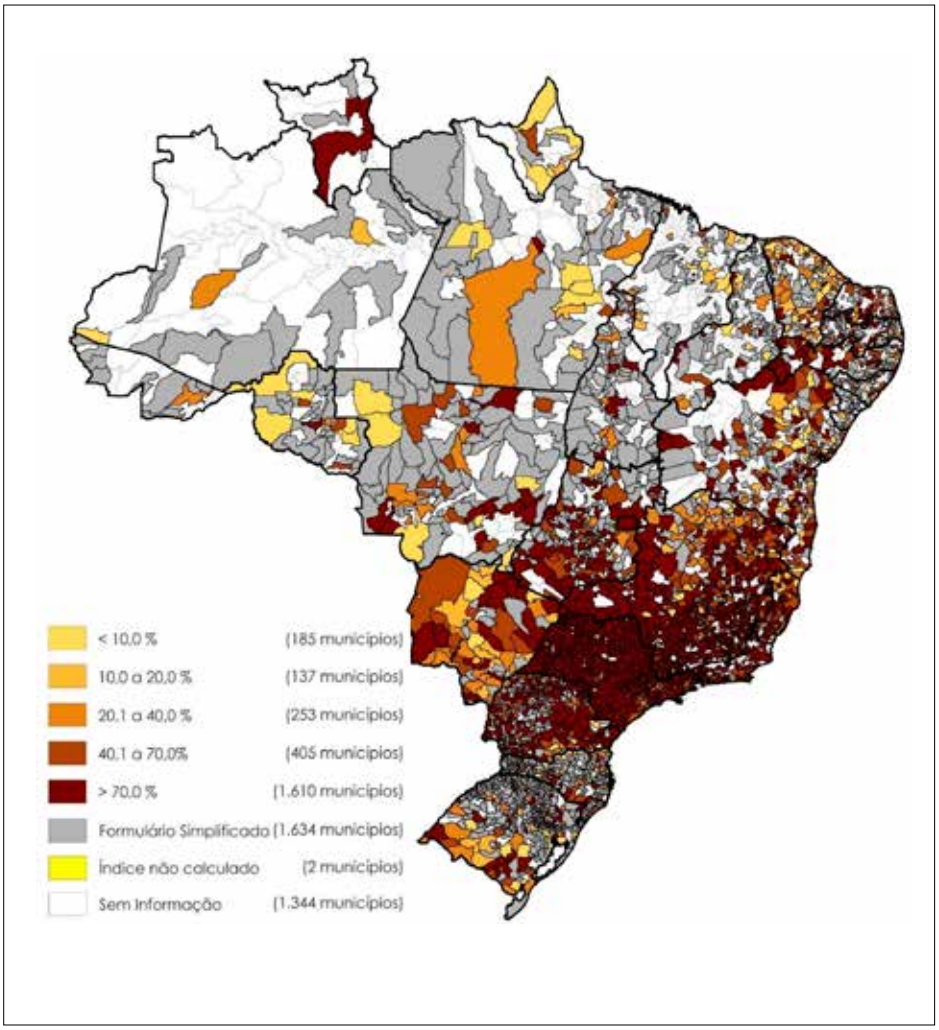
– Também foi determinada a cobrança do manejo de resíduos sólidos, de acordo com as características dos lotes/imóveis e as áreas que podem ser neles edificadas e condicionadas ao consumo de água, o que pode afetar positivamente o consumo de água, com redução do desperdício individual e coletivo, e aprimorar a frequência de coleta de resíduos. O prazo para o estabelecimento das regras de cobrança era junho de 2021, foi adiado até dezembro de 2021 e será novamente alterado a partir do compromisso de que já tenham sido iniciado o planejamento do manejo de resíduos.

**Índice de atendimento urbano por rede de águados municípios com prestadores de serviços (2019)**




Fonte: SNIS/MDR

**Índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos dos municípios com prestadores de serviços (2019)**




Fonte: SNIS/MDR

## Uso político da seca

– O governo federal, capitaneado por Jair Bolsonaro, desmontou o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), criado em 2003 pelo governo Lula, transformando-o em moeda de troca política dentro do esquema do orçamento secreto para barganhar apoio de parlamentares em troca de recursos para implantação e "paternidade" das cisternas em suas bases.

– Segundo o Ministério da Cidadania, em 2021, o programa implantou 3 mil reservatórios de água. Número muito distante das 100 mil cisternas que chegaram a ser entregues em um único ano nas gestões petistas.

– Para se ter ideia, em 2013 o montante investido no programa de cisternas chegou a 813 milhões de reais. Já em 2021 a previsão era de 68 milhões, mas caiu para 32 milhões de reais, condicionados a emendas parlamentares (articuladas às emendas do relator) dentro do esquema do "orçamento secreto" para 2022, que visa viabilizar a campanha à reeleição do presidente e "comprar" deputados para sua base eleitoral. Anteriormente, os locais de instalação das cisternas eram definidos em plenárias dos conselhos municipais, associações e cooperativas. Na prática, os critérios deixaram de ser técnicos e passaram a ser políticos. Voltamos aos antigos "coronéis" da seca.

## Proposições

– Instituir Políticas Estaduais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário onde não houver e aprimorar onde houver, implementando programas e projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas comunidades rurais e para as populações difusas do Semiárido.

– Concluir a regionalização da prestação de serviços de saneamento, tendo em vista que o Marco Legal determina que a titularidade é sempre do município, mas o exercício da titularidade pode ser assumido por entidade regional com regime jurídico próprio com dois ou mais municípios.

– Definir as regionalizações, redefinindo o papel das empresas públicas e concessionárias, assim como dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (Saae), atendendo aos parâmetros das autarquias compulsórias (Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões) e autarquias voluntárias (Unidades Regionais de Saneamento, Blocos de Referência e Consórcios).

– Fomentar as vantagens da regionalização: ganhos de escala, viabilização econômica com tarifas menores, melhor regulação e fiscalização, melhor gestão da infraestrutura de água e esgoto articulada à gestão das bacias hidrográficas, atração de investimentos e PPPs, fortalecimento dos Municípios na relação com os prestadores de serviço (mesmo público) e a agência reguladora.

– Realização, divulgação e fomento de estudos para definição de modelos jurídico-institucionais de prestação de serviços ou de viabilização de investimentos, bem como estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, com promoção de cursos sobre o setor de regulação para técnicos dos municípios e sociedade, inclusive para não deixar as decisões e intervenções a cargo dos estados.

– Reestruturar as agências reguladoras estaduais, estabelecendo novas regras para atuação, além de parâmetros e indicadores de qualidade – condicionante para acesso a financiamentos federais –, definindo as microrregiões e estabelecendo a Estrutura de Governança. Um modelo possível é instituir secretaria geral, comitê técnico (estado e município) e colegiado participativo: estado, municípios (prefeitura/câmara) e sociedade. Vale destacar que várias agências reguladoras ainda não têm regulação dos municípios para

operar em relação aos resíduos sólidos e águas pluviais, apesar de ter aumentado o número de municípios solicitantes.

– Aprimorar a regulação, controle e cobrança para evitar e/ou amenizar situações como a que ocorre na Bahia, onde um único outorgante recebeu autorização para retirar cerca de 467 milhões de litros de água por dia de apenas dois rios no Oeste baiano, região de cerrado, por onde passam os principais afluentes do Rio São Francisco. Para se ter uma ideia o volume de água a ser retirado é suficiente para abastecer toda a população de Salvador, que possui cerca de 2,9 milhões de habitantes. Outro exemplo, ainda no cerrado baiano, é o fato de que integrantes de duas associações de empresários do agronegócio têm outorga para utilizar 1,8 bilhão de litros de água por dia. Levando-se em consideração que cada brasileiro equivale ao gasto diário médio de 154 litros, o volume é suficiente para abastecer 11,8 milhões de pessoas, sendo que apenas os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia possuem populações acima deste número.

– Retomar e aprimorar o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), visando ao consumo humano e à produção de alimentos por meio de tecnologias sociais simples e de baixo custo, que entre 2003 e 2020 proporcionaram a implantação de cerca de 930 mil cisternas, que beneficiaram mais de 1,2 milhão de famílias, além de prover tecnologias de acesso à água para a produção de alimentos a mais de 170 mil famílias, a instalação de cisternas de 52 mil litros em mais 7.400 escolas e a formação de quase 860 mil bancos de sementes.

– Investimento no armazenamento como principal estratégia para conviver com o semiárido, tratando da estocagem de água (para consumo humano e produção de alimentos animais e vegetais) e comida (tanto banco de sementes nativas quanto sementes e animais adaptados), assim como a produção de forragem para os animais e o uso sustentável da caatinga.

– Recuperar e ampliar os investimentos em tecnologias e programas de acesso à água como cisternas, barragens, subterrâneas, tanques de pedra, barreiros/trincheiras.

– Fomentar a adoção de tecnologias na indústria e mineração que reduzam o consumo e melhorem o gerenciamento hídrico, com captação da chuva e poços, sistemas de reuso, recirculação e reciclagem de água, restritores de vazão as torneiras e mangueiras, redução de vazamentos e perdas, tratamento dos efluentes e segregação de descartes.

– Alcançar a totalidade dos municípios brasileiros cadastrados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) visando à plenitude dos dados referentes às demandas e serviços.

– Implantar políticas públicas para ampliação da disposição final ambientalmente adequada e cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos e aumento dos serviços de coleta seletiva, com desvio dos resíduos sólidos orgânicos, de acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Vale destacar que apenas 47% dos municípios brasileiros cadastrados no SNIS têm algum tipo de cobrança pela coleta de resíduos sólidos, mas os valores arrecadados cobrem pouco mais de 54% dos custos.

**Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) – julho/2019**

| Indicador | 2017 | 2033 |
|---|---|---|
| Municípios com disposição final ambientalmente inadequada de resíduos sólidos | 59% | 0% |
| Massa de resíduos sólidos com disposição final ambientalmente inadequada | 25% | 0% |
| Desvio de resíduos sólidos orgânicos da disposição final | 0,6% | 10,4% |
| Municípios com coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares secos | 35% | 43% |
| Municípios que cobram pelo serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos | 46% | 100% |

Fonte: SNIS/MDR.

– Implementar os Planos estaduais e municipais de resíduos sólidos. Atualmente no Nordeste, seis estados já concluíram seus planos, já a Bahia, Piauí e Paraíba estão em fase de elaboração. Os esforços precisam ser maiores na relação com os municípios e consórcios municipais.

– Definir as estruturas de concessões e parcerias público-privadas para Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), com base nas condicionantes estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico:

a) Serviço: completo (coleta comum ou seletiva, transbordo, transporte, triagem, tratamento, recuperação energética e disposição final), apenas disposição final e recuperação energética (transporte, triagem, tratamento, recuperação energética e disposição final) ou apenas tratamento e disposição final de resíduos públicos urbanos (limpeza, varrição, poda e capina);

b) Contrato: concessões comuns, concessões administrativas ou concessões patrocinadas;

c) Cobrança: taxas, tarifas ou outros preços públicos, por boleto próprio do prestador ou cofaturamento junto às contas de água ou IPTU;

d) Regulação: entidade municipal, regional ou estadual;

e) Rota tecnológica (tipo de coleta, galpões de triagem, centrais de triagem dos resíduos sólidos secos e orgânicos, tratamento mecânico biológico, compostagem e aterro sanitário);

f) Viabilidade técnica, econômica e ambiental.

– Fornecer assistência técnica e institucional aos municípios e consórcios públicos interfederativos, desde a elaboração à execução dos planos de manejo de resíduos sólidos.

## SEMINÁRIO
## CONECTIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

A pandemia de coronavírus evidenciou a precariedade do acesso da população brasileira à conexão de internet, seja banda larga fixa ou telefonia móvel, principalmente entre os estudantes e estabelecimentos públicos de ensino, que não conseguiram se adequar às demandas do ensino remoto decorrente do isolamento social. Por outro lado, a crise sanitária mundial proporcionou o adiantamento de diversos avanços tecnológicos que estavam em desenvolvimento, desde o setor de saúde a redes de transições bancárias/financeiras com as fintechs e o pix, passando pela interação e integração digitais, com transmissões em tempo real e reuniões *on-line*, que viabilizaram a modalidade de trabalho remoto.

Além dessa situação conjuntural, o setor de conectividade vem estabelecendo novos parâmetros para o desenvolvimento econômico e social, com a "internet das coisas", a indústria 4.0, produtividade rural, "governos digitais", cidades inteligentes, *e-commerce*, telessaúde etc.

Diante desse cenário, o Nappp Nordeste, em parceria com o Nappp TIC, promoveu o seminário Conectividade para o Desenvolvimento no dia 23 de setembro de 2021, com a presença de Maria Lúcia Falcón, pesquisadora da Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais da UFRJ e da IEBS Business School da Espanha e ex-secretária Nacional de Planejamento e Investimentos Estratégicos do MPOG; e Lia Ribeiro Dias – jornalista e mestra em Comunicação e Tecnologia, que por mais de 30 anos pesquisou os mercados de telecomunicações, tecnologia da informação e internet, principalmente com foco na inclusão digital de jovens de baixa renda. Além delas, o evento contou com a participação de gestores públicos de diferentes estados do Nordeste.

## Contextualização

– No Brasil, a Lei n° 12.965 de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da rede mundial, e tem entre seus fundamentos os direitos humanos, o exercício da cidadania em meios digitais e a finalidade social da rede. Além disso, o Marco Civil da Internet tem como objetivos a promoção:

I – do direito de acesso à internet a todos;

II – do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;

III – da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e

IV – da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

– Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, no módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), indicam que, ao final de 2019, 82,7% dos domicílios brasileiros tinham alguma forma de conexão à internet.

– Se considerados apenas os domicílios de zonas rurais, o índice cai para 55,6%, enquanto as zonas urbanas registraram o acesso à internet em 86,7% dos domicílios.

– De acordo com o levantamento, os 17,3% dos domicílios brasileiros sem acesso à internet representavam em 2019 cerca de 12,6 milhões de pessoas que não se conectavam à rede digital mundial.

– Com base na renda, a PNAD-TIC aponta que praticamente metade das residências de famílias que recebiam até um Salário Mínimo em 2019 não contava com conexão à internet, enquanto na classe A o índice era de apenas 1% sem internet.

– Em relação ao ano anterior, 2019 registrou um incremento de 3,6 pontos percentuais no número de domicílios brasileiros conectados, já que em 2018 o índice foi de 79,1%. Contudo, apesar de o Nordeste ter registrado o maior aumento entre as regiões, com incremento de 5,2 pontos percentuais, o índice de domicílios nordestinos conectados à internet ainda foi o mais baixo do país, ficando em 74,3%.

– Entre os estados nordestinos, Sergipe é a unidade da federação que mais se aproximou do índice nacional, com 80,2%, enquanto Maranhão e Piauí registraram, respectivamente, 67,4% e 67,3% de domicílios com acesso à internet.

– No que se refere à população a partir de 10 anos de idade com acesso à internet, a PNADC-TIC indica que de 2018 para 2019 o número de "desconectados" caiu de 25,3% para 21,7%, o que significa uma redução de 45,9 milhões de pessoas para 39,8 milhões de brasileiros a partir de uma década de vida sem internet no último período antes da pandemia.

– Em 2019, o Nordeste era a região do Brasil com menor índice de acesso à internet. Enquanto no conjunto de brasileiros 78,3% acessavam a rede digital de alguma forma, entre os nordestinos apenas 68,6% das pessoas tinham alguma conexão. Na outra ponta, 85,6% dos moradores do Centro-Oeste brasileiro acessavam a internet.

– Entre os equipamentos mais utilizados no país para conectividade, 98,6% utilizavam os aparelhos celulares, 46,2% computadores, 31,9% televisão e 10,9% *tablets*. Levando-se em conta o número de aparelhos de TV conectados, supõe-se que quase 32% dos usuários brasileiros "consumiam" a internet para o entretenimento por meio das plataformas de *streaming*.

| Domicílios com acesso à internet (%) | | | Domicílios com internet (%) | | Pessoas com acesso à internet (%) | | Equipamento usado para conexão (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | AL | 73,2 | **BRASIL** | **78,3** | Celular | 98,6 |
| **BRASIL** | **79,1** | **82,7** | BA | 75,8 | Centro-Oeste | 84,6 | Computador | 46,2 |
| Rurais | 49,2 | 55,6 | CE | 74,6 | Sudeste | 83,8 | Televisão | 31,9 |
| Urbanos | 83,8 | 86,7 | MA | 67,4 | Sul | 81,8 | Tablet | 10,9 |
| Nordeste | 69,1 | 74,3 | PB | 76,7 | Norte | 69,2 | | |
| | | | PE | 74,8 | Nordeste | 68,6 | | |
| | | | PI | 67,3 | | | | |
| | | | RN | 78,4 | | | | |
| | | | SE | 80,2 | | | | |

Fonte: IBGE/PNAD-TIC, 2019

– Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) confirmam a popularização dos *smartphones* entre os brasileiros, mas indicam um maior crescimento das conexões via banda larga fixa. Entre 2019, ano da última PNAD-TIC e outubro de 2021 a agência registrou 23,5 milhões de novos contratos de telefonia móvel, equivalente ao crescimento da densidade em 6,7 pontos percentuais. Já o número de contratos de banda larga fixa aumentou em 7,2 milhões, com crescimento da densidade em 9,7 pontos percentuais no período.

– A exceção foi a região Nordeste, que registrou incremento de 8,6 pontos percentuais na densidade de banda larga fixa e 11,8 pontos percentuais na telefonia fixa.

– Em relação aos celulares, em 2019 a cada 100 brasileiros havia 96 celulares; já em outubro de 2021 havia mais aparelhos em operação no Brasil do que o número de habitantes, com quase 103 celulares para cada 100 pessoas, sendo que o Norte e o Nordeste ainda não possuíam mais celulares habilitados do que habitantes.

– Considerando os dados da PNAD-TIC 2019 de que 17,3% dos domicílios e 21,7% dos brasileiros não tinham acesso à internet,

## Banda Larga Fixa

| Dezembro/ 2019 | | | Outubro / 2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Região | Contratos (milhão) | Densidade (acessos/ 100 domicílios) | Contratos (milhão) | Densidade (acessos/ 100 domicílios) | Fibra (%) | Cabo Coaxial (%) | Cabo Metálico (%) | Rádio (%) | Satélite (%) |
| Norte | 1,2 | 23,5 | 1,7 | 31,1 | 62,6 | 21,4 | 6,4 | 6,8 | 2,9 |
| Nordeste | 4,5 | 24,7 | 6,1 | 33,3 | 70,6 | 11,7 | 12,3 | 4,1 | 1,3 |
| Centro-Oeste | 2,6 | 46,9 | 3,1 | 55,5 | 56,8 | 21,6 | 14,7 | 5,5 | 1,4 |
| Sudeste | 18,3 | 60,2 | 21,3 | 69,4 | 56,0 | 28,3 | 11,7 | 3,6 | 0,5 |
| Sul | 6,3 | 58,6 | 7,9 | 72,8 | 64,4 | 18,4 | 10,4 | 6,1 | 0,7 |
| BRASIL | 32,9 | 46,9 | 40,1 | 56,6 | 60,2 | 23,0 | 11,5 | 4,4 | 0,8 |

Fonte: Anatel.

## Telefonia móvel

| Dezembro/ 2019 | | | Outubro/ 2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Região | Contratos (milhão) | Densidade (acessos/100 habitantes) | Contratos (milhão) | Densidade (acessos/ 100 habitantes) | 4G (%) | 3G (%) | 2G (%) | Pré-Pago (%) | Pós-Pago (%) |
| Norte | 15,5 | 83,4 | 17,6 | 88,6 | 82,4 | 8,1 | 9,5 | 65,5 | 34,5 |
| Nordeste | 48,8 | 83,6 | 57,2 | 95,4 | 79,3 | 10,5 | 10,2 | 65,0 | 35,0 |
| Centro-Oeste | 18,4 | 106,3 | 19,2 | 107,6 | 81,7 | 9,0 | 9,3 | 48,2 | 51,8 |
| Sudeste | 111,1 | 104,2 | 120,2 | 109,8 | 76,8 | 12,5 | 10,6 | 37,6 | 62,4 |
| Sul | 32,8 | 98,3 | 35,9 | 102,1 | 76,7 | 13,3 | 10,0 | 43,4 | 56,6 |
| BRASIL | 226,6 | 96,1 | 250,1 | 102,8 | 78,1 | 11,6 | 10,3 | 47,5 | 52,5 |

Fonte: Anatel

deduz-se que entre os conectados muitos acumulavam serviços de telefonia móvel e banda larga fixa ao mesmo tempo, sendo que um grande número de pessoas possuía mais de uma linha de celular.

– Mesmo com o aumento gradativo anual da conectividade nos últimos anos, a pandemia e a falta de políticas públicas do governo federal para mitigar o consequente aumento do desemprego e a queda de renda das famílias apontam que a desigualdade de acesso entre as classes sociais deve ter se mantido ou ampliado.

**Banda larga fixa – estados (Outubro/ 2021)**

| UF | Densidade (acessos/ 100 domicílios) |
|---|---|
| BRASIL | 56,60 |
| SC | 83,40 |
| DF | 79,44 |
| SP | 78,57 |
| PR | 71,54 |
| RS | 67,54 |
| MG | 61,13 |
| RJ | 59,18 |
| RN | 53,59 |
| MT | 51,43 |
| ES | 51,37 |
| GO | 49,90 |
| MS | 49,33 |
| AP | 46,42 |
| RO | 45,79 |

| UF | Densidade (acessos/ 100 domicílios) |
|---|---|
| CE | 44,65 |
| SE | 43,60 |
| PB | 42,09 |
| AC | 39,14 |
| AM | 38,62 |
| PI | 35,22 |
| RR | 32,50 |
| BA | 29,63 |
| PE | 25,91 |
| PA | 23,69 |
| AL | 22,86 |
| TO | 22,82 |
| MA | 21,10 |

**Telefonia móvel – estados (Outubro/ 2021)**

| UF | Densidade (acessos/ 100 habitantes) |
|---|---|
| DF | 133,50 |
| SP | 114,54 |
| RJ | 107,75 |
| SC | 107,63 |
| MT | 105,23 |
| MG | 102,87 |
| PB | 102,33 |
| ES | 101,80 |
| PR | 101,44 |
| GO | 100,77 |
| PE | 100,11 |
| CE | 99,94 |
| MS | 99,91 |
| RS | 99,35 |

| UF | Densidade (acessos/ 100 habitantes) |
|---|---|
| TO | 96,19 |
| BA | 95,78 |
| RN | 95,53 |
| SE | 95,13 |
| PI | 91,82 |
| RO | 91,09 |
| AL | 90,43 |
| AM | 90,00 |
| AP | 88,28 |
| RR | 87,08 |
| PA | 86,40 |
| AC | 86,26 |
| MA | 82,29 |
| BRASIL | 102,8 |

Fonte: ANATEL, Outubro/2021

– Em relação à velocidade de conexão, principal indicador de qualidade do setor, a empresa norte-americana Ookla, responsável pelo serviço Speedtest, um dos medidores de taxa de transferência de dados mais utilizados no mundo, o Brasil em 2021 subiu duas posições e conquistou o 46º lugar no ranking global de internet fixa, com a banda larga brasileira ultrapassando a marca de 100 mbps (megabits por segundo) em média de *download*. Já a internet móvel 4G do país atingiu velocidade média de 32,7 mbps, sendo a 76ª no mundo, atrás de nações como Filipinas, Costa Rica e República Dominicana.

– Entretanto, os dados oficiais da ANATEL indicam que a velocidade média contratada das conexões à internet no Brasil foi de 88,7 mbps em outubro de 2021, com as maiores velocidades médias registradas na Região Norte: Roraima (193,3 mbps), Amapá (162,7 mbps) e Rondônia (128,9 mbps). Já o Nordeste vem logo atrás com os estados do Piauí (126,6 mbps), Maranhão (125,4 mbps) e Ceará (120,9 mbps).

– A boa taxa de transferência de dados no Piauí e Maranhão refletem os investimentos recentes feitos pelos governos estaduais na rede de internet, contudo os resultados práticos para a população ainda estão em processo inicial. O Piauí em outubro ainda ocupava o 19º e 20º lugares no ranking brasileiro de densidade acessos à internet via banda larga fixa e telefonia móvel, respectivamente, já o Maranhão tinha a pior densidade nas duas modalidades de conexão.

– Enquanto isso, no Sul do país, enquanto os três estados estão entre as cinco maiores densidade de acesso à internet, inclusive com Santa Catarina tendo o maior índice do Brasil, em relação à velocidade média dos contratos o Paraná e a própria Santa Catarina estão entre as quatro conexões mais lentas do país.

**Velocidade contratada**

| UF | Velocidade Média (Mbps) | UF | Velocidade Média (Mbps) |
|---|---|---|---|
| RR | 193,3 | GO | 90,2 |
| AP | 162,7 | RN | 89,6 |
| RO | 128,9 | PB | 89,1 |
| PI | 126,6 | RS | 84,9 |
| MA | 125,4 | SP | 83,2 |
| CE | 120,9 | TO | 83,2 |
| AM | 118,1 | SE | 82,7 |
| PA | 114,4 | MS | 81,4 |
| AC | 111,3 | AL | 81,1 |
| BA | 103,8 | PR | 81,0 |
| RJ | 103,1 | SC | 77,3 |
| PE | 100,1 | MT | 76,6 |
| MG | 97,2 | ES | 75,6 |
| DF | 95,6 | Brasil | 88,72 |

Fonte: Anatel, Outubro/2021

– Levando-se em conta que as empresas do setor no Brasil oferecem contratos de internet em "pacotes" que vão de 10 a 600 mbps com imensa diferença de preços, constata-se que a desigualdade

socioeconômica puxa a média nacional de velocidade de conexão para baixo, resultando em baixa qualidade dos serviços para as classes mais pobres.

– Um dos maiores impactos desta baixa qualidade e distribuição dos serviços de conectividade foi evidente durante as tentativas de se manter a educação formal durante a pandemia. Um levantamento em 2021 da Fundação Lemann, o NIC.br e a Sincroniza Educação apontou que 75% das escolas brasileiras têm acesso à internet, contudo, apenas 3% oferecem velocidade de acordo com os padrões internacionais. Para se ter uma ideia, uma chamada de vídeo com alunos em aulas remotas demanda em média uma conexão de 100 mbps (megabits por segundo), enquanto a pesquisa revelou que a velocidade média nas escolas é de 17 mbps.

## Impactos na Educação

– Devido à exclusão dos mais pobres, cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos não tinham internet no final de 2019 e, diante das consequências econômicas da pandemia, provavelmente um número maior de crianças não conseguiu acompanhar as aulas a distância em 2020, sendo que 95,9% destes estudantes estavam nas redes públicas de ensino.

– Segundo a PNADC-TIC, entre as crianças e adolescentes que não tinham acesso à internet em 2019, cerca de 52% não conseguiram porque o serviço ou equipamentos eram muito caros, já 12,8% não se conectaram porque o serviço não estava disponível nas áreas de suas residências.

– Na divisão entre escolas particulares e públicas no Brasil, apenas 1,6% dos estudantes das redes privadas não tinham acesso à internet, enquanto 16,3% dos alunos das redes públicas não conseguiam se conectar à rede digital mundial. Este índice era maior no

Nordeste, onde 23% dos estudantes de escolas públicas não estavam conectados de forma alguma.

– Segundo dados mais recentes, de uma pesquisa da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em parceria com a Unicef, em outubro de 2020, quase 1,4 milhão de estudantes entre 6 e 17 anos já não estavam matriculados em escolas no país, enquanto outros 4,1 milhões da mesma faixa etária, embora vinculados a alguma escola afirmavam não ter tido acesso às atividades educacionais. No total, cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes brasileiros não tiveram educação formal no primeiro ano de pandemia.

– Outra pesquisa, feita pelo Instituto Datafolha, apontou que pelo menos 8,4% das pessoas com idade entre 6 e 34 anos matriculadas antes da crise sanitária abandonaram os estudos durante a pandemia de coronavírus. O pior resultado foi registrado foi ensino superior, com um abandono de 16,3% dos estudantes e, em seguida o Ensino Médio, com abandono de 10,8% dos matriculados.

## Nova legislação

– Apesar da demanda de acesso à internet para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil, o governo federal tem dificultado o aumento de investimentos públicos e a regulação do setor, privilegiando as empresas do mercado de conectividade e suas relações diretas com o público consumidor que tem condições de pagar pelos serviços.

– Em plena pandemia e evidente carência de acesso à internet, o presidente da República vetou integralmente o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa investimentos em conectividade para estudantes e professores das escolas públicas. Felizmente, o veto foi derrubado pelo parlamento, sendo criada a Lei n°

14.172/2021, que determina o repasse de 3,5 bilhões de reais para garantir o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública a partir de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

– Os investimentos beneficiarão os estudantes das redes públicas de ensino pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e os matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, além dos professores da educação básica da rede pública de ensino.

– O presidente da República editou uma medida provisória para regulamentar a Lei n° 14.172/2021, mas a consolidação dos investimentos ainda carece de monitoramento e cobrança política, social e parlamentar.

– A sociedade brasileira também conta com outras regras em implementação ou tramitação como o Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), o Programa de Banda Larga nas Escolas (PBLE), o WI-FI Brasil e alterações no próprio regramento do Fust (Lei n° 14.109/2020).

– Diante do crescimento exponencial das *big techs,* as cinco maiores empresas do setor digital: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft (chamadas pelo acrônimo Gafam, antes do Facebook mudar o nome para Meta), das *fintechs* (empresas do setor financeiro baseadas na internet) e o papel dos algoritmos nos mecanismos de busca e nos sistemas de distribuição de publicidade e notícias, a maior parte das nações do mundo está reagindo e atualizando suas legislações para melhor proteção das informações dos cidadãos, como dados pessoais, conversas, imagens, áudios etc. E o Brasil precisará seguir esse movimento regulatório, inclusive com revisão e aprimoramento de normas como a Lei n° 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

## 5G no Nordeste

– Os novos leilões das faixas de radiofrequência/internet no Brasil abriram espaço para duas novas operadoras na região Nordeste. Pelo planejamento, as capitais nordestinas devem receber a tecnologia 5G de conexão até julho de 2022, seguidas pelos municípios com mais de 500 mil habitantes até o início de 2023, atingindo a totalidade das sedes dos 1.794 municípios da região atendidas até 2029.

– Os leilões também determinaram que a tecnologia 4G deve chegar a 3.096 localidades, cerca de 41% de todas as localidades da região, até 2029.

– Na totalidade, os contratos devem prever o compromisso de instalação de 10,5 mil quilômetros de redes de transmissão de fibra óptica até 2026.

– Dados de novembro de 2021 indicam que Fortaleza é a única capital nordestina já estruturada para receber o sistema 5G, de acordo com o Conexis Brasil Digital, o sindicato das empresas de telecom e conectividade do país. Segundo o órgão, o município cearense se destaca pela atualização da legislação do setor e sua aderência à Lei Geral de Antenas (Lei n° 13.116/2015) e os avanços da governança digital, que possibilita o licenciamento 100% virtual. Além da capital do Ceará, apenas estão já aptas a começar a implementação do sistema 5G as cidades de Boa Vista/RR, Brasília/DF, Curitiba/PR, Palmas/TO, Porto Alegre/RS e Porto Velho/RO.

## Proposições

– Atualizar e incrementar a legislação e regulação referentes ao mercado de produtos e serviços digitais, diante do desenvolvimento das empresas *big techs, fintechs* e de *e-commerce*, ampliando a proteção dos dados das pessoas físicas e jurídicas e garantia de privacidade.

– Aprimorar a legislação referente à regulação e controle do fluxo de informações nos mecanismos de busca e sistemas de distribuição de publicidade e notícias.

– Promover o debate acerca da adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no que se refere a novos fatores de arrecadação, como o imposto global sobre as plataformas *bigtech* e multinacionais.

– Expandir a integração dos bancos de dados do governo federal, estados e municípios com qualidade e controle democrático dos algoritmos de inteligência artificial e *big datas* em serviços como arrecadação e receita federal, SUS e telemedicina, cadastro de imóveis rurais, cadastro ambiental, cartórios etc., considerando a unificação via *blockchains*.

– Elaborar políticas públicas para incrementar o governo eletrônico/Estado 4.0 (e-gov), com governança e participação cidadã digitais, a partir de um debate amplo com as diferentes instâncias dos poderes Executivos e Legislativo, além dos segmentos empresariais e sociedade civil.

– Proporcionar por meio do governo eletrônico (e-gov) o acesso da população a informações mantidas pelo governo, não apenas sobre atividades e serviços do próprio governo, mas, respeitando-se o sigilo dos dados individuais, também à responsabilidade pública dos gestores quanto às regras, regulamentos e mecanismos que os convocam a justificar publicamente suas ações.

– Desenvolver processo educativo para que o cidadão perceba a importância de sua participação *on-line* para garantir gestão democrática em benefício da comunidade.

– Desenvolver uma rede de cooperação entre os diversos atores que prestam serviços públicos para a sinergia que garanta a melhoria

de qualidade dos serviços, com as obrigações e competência do Estado para tornar efetiva a política de dados abertos.

– Estímulo por parte das diferentes instâncias de governo (local, regional ou nacional) para *startups* visando à produção de *softwares* e integração de sistemas e melhoria dos serviços e das relações entre poder público e sociedade.

– Ampliar os investimentos na infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo o acesso tecnológico e econômico à população, inclusive com a integração e suporte da geração de energia distribuída.

– Integrar as redes de conexão dos estados e regiões, observando-se a autonomia de cada unidade da federação no que se refere à escolha por construção de infraestrutura própria, concessões, parcerias público-privadas (PPP), contratação de pacotes de serviços etc. Como exemplos temos projetos como o Piauí Conectado, a Rede Integra Bahia, os Cinturões Digitais do Ceará e Rio Grande do Norte, a Infovia Salvador e as parcerias feitas com a Chesf e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

– Fomentar os pequenos e médios provedores de internet, com redução de ICMS, para atendimento às periferias, povoados e localidades rurais.

– Estruturar políticas públicas para o desenvolvimento nacional e regional da Internet das Coisas, *Big Data*, Internet do Valor, Inteligência Artificial, *Blockchains*, Identidades Digitais, fomentando a consolidação da Indústria 4.0, com participação dos inovadores dos complexos econômicos, industriais e dos Arranjos Produtivos Locais.

– Capacitar profissionais nas novas profissões com base no meio digital, especialmente as proporcionadas pela chamada agricultura, indústria 4.0 e inteligência artificial.

– Desenvolver plataformas, baseadas em ferramentas abertas, que sejam geridas pelos trabalhadores que dela fazem parte (como de motoristas e *motoboys*, prestadores de serviços gerais, entre outras), por cooperativas ou, se for o caso, pelo poder público.

– Recapacitar os trabalhadores para se adequarem às novas exigências do mercado de TICs, e criar um programa de capacitação em TIC para micro e pequenas empresas, cooperativas de agricultura familiar e cooperativas de economia solidária.

– Desenvolver políticas de capacitação de profissionais de TIC em cooperativismo e nas temáticas das áreas social, ambiental e de energia renováveis.

– Ampliar e aprimorar os investimentos na Agropecuária a partir da tecnologia e integração de informações públicas, como as bases de dados de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) de órgãos e entidades como Embrapa, Incra, IBGE, Inpe, secretarias e órgãos estaduais do setor, universidades e institutos federais e estaduais de ensino e pesquisa, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sistemas de assistência técnica e extensão rural (Ater) etc.

– Implementar políticas de financiamento pedagógicas para o setor produtivo rural, diante da necessidade de inovações tecnológicas e estruturais no modelo exportador, tanto no grande agronegócio quanto na agricultura familiar, já que o cenário do comércio internacional está cada vez mais baseado na economia digital com monitoramento internacional das técnicas de produção, comercialização e desenvolvimento socioeconômico sustentável.

– Implantar programas de incentivo e divulgação da necessidade de adequação da produção econômica brasileira aos novos parâmetros internacionais fiscalizados digitalmente por grandes empresas ou órgãos multinacionais que funcionam como “oráculos” para orientação

de novos modelos de negociação. Entre os critérios destes oráculos estão a autogeração de energia limpa, o monitoramento técnico e fiscalização remotos por meio da internet, controle dos padrões de exportação por meio das *blockchains*, redução do impacto nas mudanças climáticas, aumento da produção de alimentos orgânicos e, ainda, o tamanho das propriedades produtivas, com destaque para a formação da força de trabalho em habilidades digitais e a valorização da reforma agrária e acesso à terra, água e tecnologias produtivas.

– Implementar o Sistema Nacional de Inclusão Digital, com foco nas escolas públicas.

– Ampliar e aprimorar a legislação destinada a garantir os equipamentos e serviços de conexão à internet necessária à pesquisa, estudo e aulas presenciais e/ou remotas dos estudantes brasileiros desde o ensino fundamental à graduação no ensino superior.

– Implementar políticas para a formação dos professores e professoras do ensino fundamental à graduação no ensino superior para a utilização da internet e ferramentas digitais que propiciem o ensino a distância por meio da rede digital.

– Garantir o acesso à internet de qualidade nas escolas, com velocidades constantemente atualizadas levando em conta número de alunos/professores, volume de *downloads/uploads*.

– Estabelecer programa de financiamento de acesso domiciliar para estudantes de baixa renda, diante da nova realidade de ensino presencial combinada ao ensino remoto trazida pela pandemia.

– Criar linhas de financiamento para aquisição de dispositivos de acesso (computadores e *tablets*) à internet para professores e alunos.

– Estabelecer programas de letramento digital dos estudantes para o desenvolvimento de habilidades, inclusive a de programação, que

possibilitem o uso da internet como fonte de informação, produção própria de conteúdo multimídia e compartilhamento de conhecimento.

– Transformar as escolas públicas em *hubs* que, por meio de wi-fi, abasteçam seus entornos permitindo a conexão de equipamentos públicos (postos de saúde, pontos de cultura, bibliotecas etc.) e do terceiro setor instalados nas proximidades.

– Fomentar nas instâncias de governo e institutos públicos e privados a necessidade de acompanhar e inovar em estudos sobra a nova era de colonização espacial e suas "guerras tecnológicas", que têm levado à discussão e difusão de novas soluções para alimentos, transporte, saúde e educação, sistema financeiro etc.

## SEMINÁRIO
## RETOMADA DA ECONOMIA: NORDESTE E O BRASIL

A pandemia do novo coronavírus, além da calamidade pública cujos impactos na saúde dos brasileiros acarretaram a perda de mais de 620 mil vidas devido à Covid-19, evidenciou um Brasil ainda frágil e desigual no que se refere às políticas públicas em áreas como saúde, geração de emprego e garantia de renda, acesso à educação e segurança, estabilidade econômica, empreendedorismo, entre outros setores da sociedade.

Como agravante tivemos a falta de ações efetivas do governo federal para mitigar as consequências da pandemia, como o colapso do sistema de saúde em alguns estrados, a derrocada de alguns setores econômicos, o aumento do desemprego e a queda de renda das famílias, apesar da intervenção do Congresso Nacional em áreas como o as leis de suporte mínimo ao setor cultural e à garantia do auxílio emergencial temporário às famílias de baixa renda.

Para debater a situação socioeconômica do Brasil durante a pandemia e apontar caminhos para a superação da crise socioeconômica, o Napp Nordeste realizou o seminário Retomada da Economia: Nordeste e o Brasil nos dias 29 e 30 de setembro de 2021, com a presença de gestores públicos e lideranças políticas e sociais, além da participação de Márcio Pochmann, professor da Unicamp e presidente do Instituto Lula; Juliana Bacelar, professora de Economia da UFRN e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Cid Olival Feitosa, professor de economia da Ufal e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

### Contextualização[3]

– O desempenho do PIB brasileiro de 2020 foi revisado pelo IBGE em novembro passado e houve redução da queda de 4,1% para 3,9%.

3. Números atualizados em 17.jan.2022.

– A última edição do Relatório de Mercado Focus, de 27/12/2021, divulgado semanalmente pelo Banco Central, apontou a recuperação do PIB após a queda em 2020, mas revisou a projeção de crescimento para 4,51%.

– Para 2022, a projeção de expansão do PIB estava em 0,50%, pior desempenho no mundo segundo a ONU. Já para 2023 e 2024, o mercado financeiro projetou expansão do PIB em 1,85% e 2%, respectivamente.

– A inflação em 2021 deu um salto, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saindo de 4,52% ao final de 2020 para um índice de 10,06% em 2021, quase o dobro do teto da meta fixada pelo governo para 2021, que era de 5,25%.

– Para 2022, a estimativa de inflação estava em 5,03%. Já para 2023 e 2024, as previsões eram de 3,4% e 3%, respectivamente.

– Entre os motivos para a inflação de 2021 estão o preço da gasolina, que, segundo o IBGE, registrou aumento de 47,5%, o etanol com 62% e o diesel, 46%, além do gás de botijão que teve alta de 37% em 2021.

– A inflação no segundo ano de pandemia não foi maior porque houve estabilidade no preço dos alimentos, depois de uma alta média de 14,09% em 2020, quando alguns itens subiram 76,01% (arroz) e 103,79% (óleo de soja).

– Na primeira semana de dezembro de 2021, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 9,25%, maior patamar em mais de 4 anos, e alguns analistas do mercado financeiro projetam que, continuando-se o ritmo da inflação, a taxa Selic pode chegar a 11,75% ao ano no final do 1º trimestre de 2022.

– O Ministério da Economia anunciou que em 2021 os gastos federais chegarão a 19,5% do PIB, similar ao nível registrado em

2019 e um recuo em relação a 2020 quando o gasto chegou a 26% do PIB.

– Em novembro, a equipe econômica do governo federal projetou o déficit primário de 2021 em 95,8 bilhões de reais, cerca de 1,1% do PIB. Para 2022, o projeto original do orçamento federal previa déficit de 0,5% do PIB, mas com a necessidade de gastos para bancar o Auxílio Brasil o déficit deve aumentar para 1,4% do PIB no próximo ano.

## Desemprego

– A taxa de desemprego demonstrou tendência de queda no 3º trimestre de 2021, ficando em 12,6% após ter beirado só 15% em meados de 2020 e início de 2021, contudo o número de trabalhadores sem emprego em novembro de 2021 ainda era cerca de 13,5 milhões, tendo chegado a 15,3 milhões em março, segundo o IBGE.

– Apesar do discreto aumento no emprego, de julho a setembro de 2021, o rendimento real do trabalhador, descontando-se a inflação, ficou na média de 2.459 reais, o que significa queda de 4% frente ao trimestre anterior e redução de 11,1% comparando-se ao mesmo trimestre de 2020. Tal valor é o menor rendimento médio desde o final de 2012. Além da inflação, o rendimento dos brasileiros caiu devido à precariedade salarial das vagas geradas no período.

– Em relação aos estados, as maiores taxas de desemprego foram registradas em Pernambuco (19,3%), Bahia (18,7%), Amapá (17,5%) e Alagoas (17,1%), enquanto as menores foram em Santa Catarina (5,3%), Mato Grosso (6,6%), Mato Grosso do Sul (7,6%) e Rondônia (7,8%).

– Além dos desempregados, o Brasil tinha em novembro de 2021 cerca de 5,1 milhões de desalentados e 7,8 milhões de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, que trabalha menos horas do que gostaria.

– Ainda sobre o 3º trimestre de 2021, a taxa de informalidade subiu para 40,6% da população ocupada, o que significa 38 milhões de trabalhadores informais. No trimestre anterior, a taxa havia sido 40% e, no mesmo trimestre de 2020 estava em 38%.

– Em relação ao Salário Mínimo, tanto em 2020 quanto em 2021 não houve aumento real do valor, com o reajuste correspondendo aproximadamente ao índice da inflação.

**Proposições**

– Aprimorar e implantar o conjunto de proposições apresentados neste relatório e outras propostas e políticas não tratadas pelo NAPP-NE em 2021.

– Fortalecer os instrumentos e mecanismos de articulação e negociação com os poderes executivo e legislativo federais, estaduais e municipais para mudanças nas políticas públicas e legislações visando ao fortalecimento da democracia em todos os setores fundamentais da sociedade, como saúde, educação, trabalho e renda, proteção social, cultura, meio ambiente, segurança, ciência e tecnologia etc.

– Fortalecer a retomada e valorização do planejamento estratégico público para o curto, médio e longo prazos, projetando mecanismos e estratégias de arrecadação e atração de investimentos.

– Aprimorar a capacidade regulatória dos estados e os mecanismos de inovação no setor público com o compartilhamento das inteligências e tecnologias e qualificação dos serviços e servidores públicos.

– Criar programas de consolidação e aprimoramento da rede de universidades e institutos de educação técnica-profissionalizante,

com garantias de atualização pedagógica e tecnológica aos corpos diretivos, docente e discente.

– Criar programas de fortalecimento e aprimoramento pedagógico, social e tecnológico das instituições públicas das redes de ensino básico e médio.

– Elaborar e implementar programas de retenção e atração de talentos por meio da oferta de oportunidades de trabalho e pesquisa de alta qualidade.

– Elaborar um programa regional de geração de empregos, atração de investimentos e políticas de proteção social e sustentabilidade, com a criação de políticas que incorporem os subocupados e desalentados.

– Implementar programa de atração de investimentos nacionais e internacionais, viabilizando operações de créditos e financiamento de projetos em áreas como saneamento, energias, infraestrutura e logística, habitação e agricultura familiar, além da monetização de ativos ambientais.

– Aprimorar os arranjos federativos e público-privados para incremento de parcerias e concessões, principalmente nas áreas de conectividade, energia e saneamento.

– Elaborar estratégias de *blended finance* (financiamento misto) com a mescla de fontes de recursos de fundos privados e governamentais, investidores internacionais e mercado de capitais para aplicação em negócios de impactos econômicos e sociais em setores prioritários

– Agricultura Familiar
– Agropecuária
– Turismo
– Economia Criativa

- Segurança Hídrica
- Cadeia produtiva da Saúde
- Polos Industriais locais e regionais
- Economia do Mar
- Infraestrutura e Logística
- Energias Renováveis e sua cadeia produtiva
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

- Elaborar e implantar programa de integração regional e tecnológica da Agricultura Familiar, gerando oportunidades para acesso às compras públicas, exportações e importações, oferta de crédito, dinamização dos sistemas produtivos e protagonismo feminino e dos povos e comunidades tradicionais.

- Lançar um novo olhar para o Semiárido, que fomente maior interação com a biodiversidade e mudanças na base produtiva a partir das políticas de convivência com a seca.

- Implementar programas de ampliação da fruticultura, produção de grãos, negócios florestais e da indústria de papel e celulose, sem deixar de lado as garantias de equilíbrio social e ambiental.

- Implementar programas de ampliação e diversificação da produção animal, com destaque para a ovinocaprinocultura, avicultura, apicultura e a pesca.

- Aprimorar os programas estaduais e regional voltados à economia do Turismo com sustentabilidade socioeconômica, observando-se as redes de unidades de conservação dos patrimônios ambientais e culturais materiais e imateriais.

- Elaborar e implementar programas e projetos de fomento e financiamento dos polos culturais, tecnológicos e da economia criativa na região, avançando na consolidação dos ecossistemas de inova-

ção e dos setores criativos como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

– Estabelecer políticas públicas baseadas na cultura como ativo econômico, social e ambiental, com integração das culturas tradicionais ao processo de difusão e consolidação da economia criativa, envolvendo todos os níveis, desde a arte/cultura mercadológica-midiática até as comunidades e expressões locais, estabelecendo garantias contra as sazonalidades mercadológicas da "indústria cultural".

**Inflação IPCA**

| Período | IPCA (%) |
|---|---|
| 12/2020 | 4,52 |
| 01/2021 | 4,56 |
| 02/2021 | 5,20 |
| 03/2021 | 6,10 |
| 04/2021 | 6,76 |
| 05/2021 | 8,06 |
| 06/2021 | 8,35 |
| 07/2021 | 8,99 |
| 08/2021 | 9,68 |
| 09/2021 | 10,25 |
| 10/2021 | 10,67 |
| 11/2021 | 10,74 |
| 12/2021 | 10,06 |

**Salário mínimo**

| Ano | Valor (R$) | Aumento real (%) |
|---|---|---|
| 05/2004 | 260 | |
| 05/2005 | 300 | 8,23 |
| 04/2006 | 350 | 13,04 |
| 04/2007 | 380 | 5,10 |
| 03/2008 | 415 | 4,03 |
| 02/2009 | 465 | 5,79 |
| 01/2010 | 510 | 6,02 |
| 01/2011 | 545 | 0,37 |
| 01/2012 | 622 | 7,59 |
| 01/2013 | 678 | 2,64 |
| 01/2014 | 724 | 1,16 |
| 01/2015 | 788 | 2,46 |
| 01/2016 | 880 | 0,36 |
| 01/2017 | 937 | -0,10 |
| 01/2018 | 954 | -0,25 |
| 01/2019 | 998 | 1,14 |
| 01/2020 | 1.045 | 0,00 |
| 01/2021 | 1.100 | 0,00 |
| 01/2022 | 1.212 | 0,00 |

# ANEXO

# UM NOVO ESTADO DEMOCRÁTICO SURGE NO NORDESTE

Jonas Paulo Neres[1]

As iniciativas de retomada do planejamento de longo prazo reposicionam o processo de desenvolvimento no Nordeste, com os governos estaduais, que no início do século XXI derrotaram o coronelismo e as oligarquias e venceram o atraso e a vassalagem dos coronéis submissos aos capitalistas sulistas e sudestinos, que atravancavam o desenvolvimento da região e patrocinavam a indústria da seca e da cerca em troca das benesses que usavam como dádivas que alimentavam o seu domínio político sobre os currais eleitorais.

Enfim começou a se materializar o sonho de Celso Furtado e Rômulo Almeida e, principalmente, a partir do PAC na Era Lula, que foi uma tentativa inconclusa de retomada do planejamento. Os estados nordestinos começaram a afirmar o papel indutor do Estado no processo de desenvolvimento, principalmente no tocante à orientação dos investimentos na infraestrutura e logística de transporte, na da matriz energética, sustentabilidade hídrica, modernização tecnológica e redes lógicas e, ainda, na interiorização e contextualização do ensino superior e técnico, potencializando a espacialização do desenvolvimento, inibindo as desigualdades regionais e sociais.

A dinâmica dos investimentos em estradas, portos, ferrovias, linhas de transmissão, infovias e redes lógicas, energia solar e eólica, adutoras, gasodutos, estaleiros marcaram a mudança do perfil econômico da região, atraindo investimentos e a elevação dos padrões de vida da população, além da instalação de polos diversificados de desenvolvimento em diversas regiões dos estados nordestinos.

Junto com o processo de intensificação dos investimentos, desenvolveu-se um forte processo de distribuição de renda e programas

1. Sociólogo; coordenador do Napp-NE; coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (Codes); ex-presidente do PT Bahia.

sociais de combate à fome e à miséria, promovendo a inclusão social e econômica e a diminuição das desigualdades sociais.

A criatividade e a capacidade de induzir investimentos públicos e atrair os investimentos privados, garantir operações de crédito e a gestão de ativos, buscar no plano interno e externo a transformação do capital do mercado para fazê-lo alavancar a produção é uma marca dos governos do Nordeste nos últimos anos. Vale destacar também o pacto de regulação de serviços nas infraestruturas geradoras de recebíveis e uma sólida racionalização dos ativos e garantias pra dinamizar os investimentos, lançando um outro modelo de parcerias e concessões, em que o Estado exerce o papel indutor e regulador assegurando os aspectos de diminuição das desigualdades regionais e sociais, inclusive visando aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma outra dinâmica de parceria são os Consórcios Públicos com os Municípios, que potencializaram a chegada dos projetos e serviços até a cidadania de maneira articulada e conjunta, seja na infraestrutura, licenciamentos e certificações, estruturação de cadeias produtivas da concepção à comercialização, tendo as cooperativas como móvel central da parceria e/ou empresas regionais. Na saúde avançou muito a modelagem de consórcios intermunicipais com uma ferramenta avançada na tecnologia que são as policlínicas regionais, levando na ponta ao cidadão simples os exames e atendimento de média e alta complexidades, em uma parceria de cotização e gestão democrática envolvendo de nove a 20 municípios.

Importante registrar que esses avanços se deram a partir do resgate do planejamento de longo prazo em que, após o PAC no governo Lula, descobriram-se diversas experiências regionais, como os planos Ceará 2050, Bahia 2035, Piauí 2035/50, Paraíba 2040 e Pernambuco 2035/50. Tais experiências desenvolveram a racionalização dos recursos cada vez mais finitos, a atração

e captação de investimentos, inclusive no exterior com fundos, bancos e governos internacionais, priorizando a infraestrutura e logística e serviços essenciais, o que cria um ambiente mais propício para os negócios, tendo o Estado Democrático como indutor regulador e provedor de serviços.

Ainda neste capítulo, a Sudene buscou o diálogo com os governos estaduais e, a partir de consultores progressistas, entramos os nove governos com suas prioridades regionais e locais e elaboramos o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), uma peça avançada com a participação decisiva dos planejadores dos nossos governos estaduais progressistas e de esquerda.

Esse rico laboratório de experiências de reformulação do papel do Estado, de busca de sua potencialização como instrumento de promoção do desenvolvimento e inibidor das desigualdades regionais e sociais tem o seu ápice na construção do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o nosso Consórcio Nordeste, um instrumento forte de articulação do poder regional com visão nacional e internacional, resgatando o grande legado da era Lula/Dilma e indo além desenvolvendo um forte contraponto ao neo e ao ultraliberalismo, inovando nas Câmaras Temáticas e no Comitê Científico, que têm impactado o país na área de saúde, conectividade, agricultura familiar, segurança pública, ferrovias, portos, estruturação de cadeias produtivas e políticas sociais de raça, gênero e juventude.

Não pretendemos nada mais que debater o processo de desenvolvimento do Brasil para um novo ciclo com Lula presidente. E entendemos que o Nordeste tem muito a apresentar.

# REGIÃO NORDESTE E O FUTURO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRA

Darlan Santos[2]

Um conjunto de palavras novas era apresento a toda a população brasileira no início dos anos 2000. Palavras como racionamento, demanda, carga, geração e transmissão eram novas e careciam de massivo espaço nas emissoras de televisão para tentar explicar a situação inédita vivida pelo país e que recebeu a alcunha de apagão de energia.

Até esse período, a região Nordeste do Brasil apresentava alguma expressividade dentro do sistema elétrico nacional devido ao conjunto de hidrelétricas na região, como as usinas de Paulo Afonso, Sobradinho, Boa Esperança, Itaparica e Xingó. No entanto, a carga ofertada por essas usinas era baixa se comparada à geração das outras bacias, mesmo sendo de suma importância ao sistema.

Se pudéssemos creditar algo a esse momento, indicaríamos o processo de remodelagem do setor elétrico nacional, com a consequente entrada das premissas de diversificação da matriz e segurança energética, sendo essas íntimas do aproveitamento das potencialidades regionais, e abrindo o país à inserção e ampliação de novas tecnologias de geração de energia, como a energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), biomassa e solar.

Nesse contexto, se inicia no Brasil uma verdadeira revolução verde quanto à geração de energia com a instalação dos primeiros parques eólicos no país, e também uma real identificação da região Nordeste com a questão energética nacional devido à constatação de que a região apresenta o maior potencial – tanto eólico como solar – do país.

2. Engenheiro Especializado em Energia Eólica; diretor-presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne).

Os números do setor nos trazem a confirmação deste processo. Desde o início, dentro do mercado regulado a partir do ano de 2009, e por meio dos dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a região apresenta, entre projetos em operação e construção para fontes eólica e solar, aproximadamente 19 gigawatt (GW) de potência instalada, 719 empreendimentos, mais de 125 bilhões de reais (valores atualizados e corrigidos) e aproximadamente 640 mil empregos gerados na região dentro desse período. Alguns estados se destacam na região pelo forte incremento em seu parque gerador, como  Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Piauí.

A curva de crescimento desse segmento permanece ascendente e estimativas indicam que a região terá o dobro da capacidade atual acrescentada nos próximos 10 anos, colocando-a num nível de importância para a geração do país nunca antes observado.

A situação atual da região Nordeste quanto ao setor de energias renováveis apresenta os seguintes números para projetos em operação comercial, segundo a Aneel: 15,6 GW de potência instalada, 586 empreendimentos em operação comercial, mais de 108 bilhões de reais (valores atualizados e corrigidos) e mais de 524 mil empregos.

A expressividade da carga ofertada por meio dessa geração promoveu forte impacto em pontos como segurança energética ao país, evitando um novo regime de racionamento como o do início dos anos 2000, e contribuiu com o custo da energia ao consumidor final.

Sobre a segurança energética, ressalta-se os constantes recordes de geração apontados e reportados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (nos), resultando no atendimento total de toda a carga da região Nordeste em determinados horários e o excedente sendo escoado e contribuindo com as outras regiões do país, promovendo a economia dos reservatórios das bacias de geração da região Sudeste, que nos últimos períodos registra escassez de chuvas.

Sobre o custo final da energia, considera-se que seria muito maior se não tivéssemos a oferta de carga da região Nordeste a partir das fontes renováveis, posto que a composição do custo tem como uma de suas variáveis o tipo de fonte. Como comparação, enquanto o preço médio atual das fontes eólica e solar no país é de 226 reais por megawatt médio (MWh), algumas termoelétricas chegam a valores atuais de mais de 2.500 reais por MWh, trazendo fortíssimo impacto negativo na economia do país, considerando sua contribuição para o índice de inflação, fechado para o ano de 2021 em mais de 10%.

Além de todo os dados apresentados até aqui, que evidenciam o forte retrato de um processo de transformação da matriz elétrica nacional com protagonismo da região Nordeste, já existem iniciativas em andamento para ampliar a geração de energia na região.

Encontram-se cadastrados no sistema de acompanhamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), hoje: 23 complexos eólicos *offshore* especializados em 7 estados da federação, totalizando mais de 46 GW de capacidade instalada projetada. A região Nordeste encontra-se mapeado com 12 desses projetos, confirmando seu potencial para esse tipo de geração e motivando a apreciação regulatória por meio de 2 projetos de lei em andamento no Congresso Nacional. Os projetos listados na região contemplam: 1 projeto na Bahia, 5 projetos no Ceará, 2 projetos no Piauí e 4 projetos do Rio Grande do Norte.

Atenta-se que grande parte desses projetos eólicos *offshore* estão associados a iniciativas de geração de hidrogênio verde, dando ao país e à região Nordeste a possibilidade de produzir um combustível totalmente alinhada à cadeia de geração de energia renovável com fortíssimo valor agregado, tanto para consumo interno como para exportação.

Existem gargalos logísticos a esse desenvolvimento já identificados, como a infraestrutura portuária, capacidade de transformação

e transmissão de energia e transporte de cabotagem. No entanto, os pontos listados também correspondem a grandes oportunidades da ampliação e atualização da infraestrutura da região com forte impacto em outras atividades produtivas já consolidadas.

Iniciativas já apontadas pelo Tratado de Paris, ou mais recentemente pela 26° Conferência Global das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 26, direcionam as expectativas globais de geração de energia para as fontes renováveis, com massivo fluxo de investimento para os países que atrelarem seus programas de ampliação do seu parque gerador para essas fontes.

Concluindo, a região Nordeste, por meio de sua potencialidade eólica e solar, se tornará a principal região do país produtora de energia verde, com a capacidade de atualização de seus instrumentos de infraestrutura, de contribuir com a modicidade tarifária nacional, de atrair e desenvolver uma nova cadeia de produção associada à energia eólica *offshore* e hidrogênio verde, além de trazer a possibilidade de dar novo impulso de desenvolvimento à região.

# CONSÓRCIOS PÚBLICOS: INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE BRASILEIRO

Thiago dos Santos Xavier[3]

Os consórcios intermunicipais começaram a ganhar força no Brasil com o processo de redemocratização do país e com o advento da Constituição Federal de 1988. O espírito constitucional foi contagiado pela vontade de promover um processo de desconcentração e descentralização do processo decisório das políticas públicas. Após um período de mais de 20 anos de um estado centralizador e totalitário, a sociedade brasileira exigia uma maior participação do cidadão nas políticas locais. Desta forma, o município foi reconhecido pela Carta Magna como o terceiro ente federativo, situação inédita para qualquer outra federação do mundo. Ademais, aos municípios foram atribuídas as competências que mais impactam diretamente a qualidade de vida do cidadão – como a atenção básica da saúde, ensino fundamental, gestão do uso do solo, trânsito, transporte público, iluminação pública, licenciamento ambiental, saneamento básico, resíduo sólido, habitação popular, entre outros –, sem que tivessem, em sua maioria, a escala adequada que estabelecesse a capacidade técnica, administrativa e econômica para executá-las efetivamente. Conforme o Censo Demográfico de 2010, 80,8% dos municípios brasileiros possuíam menos de 30 mil habitantes.

A própria Constituição iniciou a adoção de remédios para solucionar esse problema, quando pela Emenda Constitucional 19/98 estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos. Em 2005,

3. Economista e mestre em Administração; especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia; assessor do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes).

foi sancionada a Lei n° 11.107, que dispõe sobre as normas gerais para a contratação de consórcios públicos e, em 2007, esta Lei foi regulamentada pelo Decreto n° 6.017. Desta forma, se consolidou o marco legal para a constituição e funcionamento dos consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes da federação.

Os consórcios públicos são, portanto, o instrumento disponível mais poderoso para transpor os entraves do nosso pacto federativo e torna exequível um conjunto de competências municipais que ainda se apresenta como um passivo histórico junto aos cidadãos, além de contribuir para a promoção de políticas de desenvolvimento regional e territorial. Para além dos ganhos de escala, os consórcios geram economia ao erário pelo compartilhamento dos serviços comuns e das licitações. Estas ainda podem ser realizadas em limites por modalidade e dispensa superiores às de outros órgãos públicos, o que garante mais agilidade no processo de compras públicas. Consórcios públicos também podem realizar serviços de regulação, fiscalização e cobrança, promover desapropriações, realizar operações de crédito e parcerias público-privadas – PPP.

Não por acaso, é notório o avanço deste instrumento de cooperação federativa no Brasil, tanto do ponto de vista numérico quanto em melhorias significativas em serviços públicos regionalizados. Com destaque para a saúde, saneamento básico, resíduo sólido, meio ambiente, infraestrutura e Serviço de Inspeção Municipal (SIM). A realização de compras compartilhadas também gera uma economia de 30 a 40% de recursos públicos, além de a estrutura de governança permitir maior transparência e controle destes gastos.

Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em 2021, o Brasil possuía 598 consórcios públicos. Quanto aos municípios consorciados, as regiões Sul e Sudeste apresentavam percentuais de 95,2% e 96,8%, respectivamente, a Centro-Oeste de 79,2%, a Norte contava com 44,4% e a Nordeste possuía 78,4% dos governos municipais participando de algum consórcio público.

É importante destacar que existem consórcios "finalitários", que possuem uma única finalidade, e os "multifinalitários", que atuam em diversas áreas. Pelo levantamento da CNM, 54,1% eram finalitários e 45,1% multifinalitários. As 10 principais áreas de atuação do total de consórcios eram: saúde (11,3%), resíduos sólidos (7,9%), meio ambiente (7,3%), infraestrutura (5,7%), cultura (5,3%), saneamento – água (4,8%), agricultura (4,5%), saneamento – esgoto (4,2%), educação (4,1%) e assistência social (3,9%).

Além dos municípios, também os estados e a União podem se consorciar, de forma horizontal (entre si) ou vertical (com outros entes). Neste sentido, foram criados consórcios como a Autoridade Pública Olímpica – APO[4] (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro), os consórcios de saúde da Bahia e do Ceará (estado e municípios) e os interestaduais: Brasil Central, Amazônia Legal, Consórcio Integrado Sul-Sudeste – Consud e o Consórcio Nordeste.

## O Consórcio Nordeste

Formado pelos nove estados da região Nordeste, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, foi implantado no ano de 2019 com a missão de "promover a articulação de um projeto estratégico para a região Nordeste, com aproveitamento do potencial socioeconômico, a criação e implantação de políticas públicas e projetos integradores, estruturantes e inovadores, que contribuam para o combate às desigualdades e para o desenvolvimento sustentável da região"[5].

Em um ambiente político temerário aos estados nordestinos, que, já não bastasse o histórico descaso do governo federal para com a região, excetuando o período dos governos petistas, seus governos passaram a sofrer uma intensa perseguição de um presidente da Repúbli-

4. Este já foi extinto uma vez que serviu para operacionalizar os serviços referentes à Olimpíada RIO 2016.
5. CONSÓRCIO NORDESTE. Relatório de Atividades 2019-2021.

ca explicitamente antirrepublicano e antidemocrático. Amadurecido no âmbito do Fórum dos Governadores do Nordeste, o Consórcio já nasceu como um dos maiores avanços institucionais do pacto federativo brasileiro. A articulação dos governadores, para além dos ganhos políticos e de resistência democrática, iniciou um processo de parceria entre os estados que permitiu a formulação de um conjunto de políticas públicas que irá promover de forma estruturante o desenvolvimento sustentável do nordeste brasileiro. Das ações já em implementação do Consórcio Nordeste, podemos destacar:

*Relação internacional* – as comitivas dos governadores do nordeste no exterior ganharam *status* de chefe de estado, sendo comum serem recebidas pelos governantes e líderes do parlamento dos países, algo raro na recepção de governadores, afinal os 9 representam mais de 57 milhões de brasileiros. Num momento de completo descalabro da diplomacia brasileira, as missões do Consórcio Nordeste serviram de suporte diplomático e gerou mais poder de negociação dos interesses regionais e atração de investimentos.

*Enfrentamento da pandemia de Coronavírus* – Diversas foram as atividades que o Consórcio realizou para o enfrentamento da pandemia. Frente ao negacionismo e ao curandeirismo que tomou conta do governo federal e o Ministério da Saúde, a instalação do Comitê Científico de Apoio ao Combate da Covid-19 para assessorar os governos na adoção de medidas para a prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, evitar o avanço da doença e apoiar o sistema de saúde para o atendimento da população. O Comitê foi essencial para viabilizar respostas rápidas e de maneira sinérgica em todo o Nordeste, com interação, inclusive, com estados do norte do país. Na ausência de um comando nacional, muitos estados de outras regiões seguiram as orientações do Comitê Científico e se utilizaram também do aplicativo Monitora Covid-19, canal de comunicação ágil entre os serviços de saúde e usuários, que permite coletar de informações sobre o

estado clínico dos cidadãos, capacitar recursos humanos, absorver e transferir tecnologia para o SUS e permitir a adequada alimentação do Registro Eletrônico de Saúde. Criou-se também a brigada emergencial para ampliar o contingente de profissionais de saúde, além da compra 37 milhões de doses da vacina Sputinik-V, que teve sua importação indeferida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

*Câmaras técnicas* – O Consórcio Nordeste possui 15 câmaras técnicas pensando o desenvolvimento sustentável do Nordeste. Muitas já possuem resultados a apresentar, como a de saúde, que coordenou a compra compartilhada de medicamentos de alto custo, gerando uma economia de mais de 48 milhões de reais ao erário; a criação da Plataforma de Investimentos, iniciativa de algumas câmaras técnicas, que por meio da articulação de diversas fontes financiadoras, estrutura fundos, instrumentos financeiros e garantias para ajudar a viabilizar projetos coletivos integradores, inovadores e estruturantes. A Plataforma já viabilizou o acesso de 2 bilhões de reais em financiamento aos estados. A Câmara de agricultura familiar é uma das mais ativas, além de participar com projetos para a Plataforma de Investimentos, implementou o Programa de Alimentos Saudáveis (PAS), articulando as compras públicas estaduais de alimentos oriundos da agricultura familiar, da biodiversidade e pesca artesanal e o Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar (Siraf-NE) para facilitar as compras governamentais e ofertar aos agricultores outros mercados. Está em estruturação a Rede Nordeste de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede Ater-NE). A Câmara Técnica de Assistência Social se destaca com o Programa Nordeste Acolhe, que vai apoiar as crianças e adolescentes em situação de orfandade, vítimas da Covid-19, com uma assistência financeira mensal de 500 reais. Entre outras iniciativas das demais câmaras.

O fato é que o Consórcio Nordeste ainda está em processo de formação, as oportunidades e potencialidades são muitas e, em

breve, este órgão deve ter uma importância e dimensão que pode revolucionar a gestão compartilhada de serviços públicos no Nordeste e no Brasil.

## Consórcio Intermunicipais e Interfederativos

O número de municípios consorciados vem avançado no Nordeste. Como já dito, segundo a CNM, 78,4% dos municípios nordestinos estavam envolvidos em algum consórcio em 2021. Este número era de 53% em 2018. A expectativa é de que nos próximos 3 anos quase a totalidade dos 1.793 municípios nordestinos estejam organizados em consórcios públicos.

De um modo geral, os consórcios intermunicipais nordestino são multifinalitários, atuando em diversas áreas: educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento rural, apoio ao planejamento e gestão municipal, turismo etc. O tema dos resíduos sólidos é o que está mais proeminente na atualidade. Estados como Alagoas, Sergipe e Ceará estão avançados na meta de zerar os lixões para os próximos anos. Na Bahia, o governo estadual possui uma política de apoio e incentivos aos consórcios, estabelecendo, por meio de contratos e convênios, parcerias nas áreas de manutenção de estradas, licenciamento ambiental, assistência técnica e extensão rural, Serviço de Inspeção Municipal (SIM), regularização fundiária, entre outras.

No Ceará e na Bahia, foram criados consórcios interfederativos, formados pelos municípios e o estado. Em ambos os estados, são consórcios de saúde responsáveis por gerir policlínicas para o atendimento especializado e realização de exames. No Ceará ainda existem os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). A Bahia possui 21 policlínicas implantadas e deve fechar o ano de 2022 com 25, e o Ceará possui 22 policlínicas e CEOs. A introdução destes serviços nestes estados promoveu uma verdadeira revolução

na atenção à saúde de média complexidade nas suas regiões. Por meio de agendamentos, serviços de transporte modernos e atendimento especializado, em muitos lugares já não existem mais filas de espera para o cidadão ser atendido. O mercado privado também teve que se adequar com um padrão de preços mais módicos para prestarem os seus serviços.

Cabe destacar a organização dos consórcios em entidades de representação estadual. A exemplo da Federação Maranhense dos Consórcios Intermunicipais (FEMACI), a Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FECBahia) e a Federação dos Consórcios Públicos de Alagoas (FECAlagoas). Instituições importantes para o desenvolvimento dos consórcios públicos em seus estados.

## NORDESTE E A ECONOMIA CRIATIVA

Joaquim Cartaxo[6]

Cresce e se consolida em todo o mundo a chamada Economia Criativa. A expressão surgiu pela primeira vez no livro *The Creative Economy*, do professor inglês John Howkins, publicado em 2001. Ele a define como processos que envolvem criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam conhecimento, criatividade e capital intelectual como principais meios produtivos.

De lá para cá, esta economia vem sendo alvo de debates, análise e pesquisas de diversos estudiosos e instituições em todo o mundo. Entre elas, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (Ompi) e Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Uma contribuição importante para este tema veio da Unctad que, em 2010, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a década 2020/2030, identificou na Economia Criativa um dos meios para diminuição da pobreza e viabilizar a sustentabilidade socioambiental. Além disso, naquele ano, a entidade estabeleceu uma classificação para as então denominadas indústrias criativas, separando-as em quatro categorias, reunindo atividades peculiares de cada uma: Patrimônio (expressões e lugares como artesanato, arte popular, festividades, bibliotecas, museus, espaços de exibição, sítios arqueológicos); Artes (visuais e cênicas como pinturas, fotografias, escultura, teatro, danças, circo, música); Mídia (editoras, mídias impressas e audiovisuais); e Criações Funcionais (*design,* novas mídias – produção de *softwares,* games – e serviços criativos, como arquitetura, publicidade e propaganda, pesquisa).

6. Arquiteturbanista; mestre em Planejamento Urbano; diretor-superintendente do Sebrae/CE.

Sobre este tema, vale ainda frisar que, quando se fala em economia criativa, estamos necessariamente falando da geração de negócios, permeada pelas relações e implicações inerentes ao ato de empreender. Mesmo com toda a argumentação realizada ao longo destas últimas duas décadas, ainda se encontra, nos dias de hoje, dificuldades e resistências em perceber o papel dos empreendedores na economia criativa. O primeiro passo para isso é compreender que a sua existência não demanda que todas as formas artísticas ou manifestações culturais precisem virar um negócio. A economia criativa não exclui ou elimina a arte ou a cultura em suas diversas maneiras de expressão.

Grife-se também o potencial da economia criativa como meio de contribuir com o desenvolvimento sociocultural duradouro e o crescimento socioeconômico sustentável. Potencial este que reside justamente em seu principal ativo: a criatividade, isto é, a capacidade humana de criar, inovar, transpor ideias e sentimentos para um campo tangível, que faz com que ela se diferencie da economia tradicional e seja apontada como a economia do século XXI. Pois, ao contrário da economia tradicional, que tem no horizonte a finitude dos recursos com elevados custos socioambientais associados a seus processos produtivos, a criatividade é um bem abundante e infinito.

Mesmo com todo o acúmulo de conhecimento e potencial existente, dimensionar esta economia ainda é um desafio para todos nós. No Brasil, por exemplo, uma contribuição importante neste sentido é o Mapeamento da Indústria Criativa elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). O último levantamento, realizado em 2017, apontou que as atividades relacionadas à Economia Criativa foram responsáveis pela geração de 171,5 bilhões de reais, que correspondem a 2,61% do Produto Interno Brasileiro (PIB). Também apontava o total de 837.206 profissionais formalmente empregados em atividades ligadas à Economia Criativa.

Apesar do resultado expressivo apontado pelo estudo, a contribuição da Economia Criativa para a geração de emprego e renda no mundo e, principalmente, em nosso país, pode e deve ser bem maior. Mas para que isso aconteça é preciso, primeiro, que os empreendedores criativos estejam abertos a mudanças nas relações com o ambiente empresarial. Emerge também a demanda por investimentos, crédito, formação alusiva à modelagem de novos negócios que conectem cultura, criatividade, inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Outro fator que contribui para o desenvolvimento da economia criativa é a ampliação do acesso à internet e às novas formas de tecnologia. Isso possibilita o surgimento de mais negócios relacionados à criatividade e transformações profundas nas indústrias criativas tradicionais. São exemplos disso as mudanças que acontecem na produção e distribuição da música, audiovisual, fotografia, entre outras.

Também contribuem para o desenvolvimento da Economia Criativa iniciativas de diversas instituições públicas e privadas ao redor do planeta. Uma experiência de sucesso neste sentido é a Rede de Cidades Criativas da Unesco, formada atualmente por 295 cidades do mundo, que se firma como meio para o fortalecimento da economia criativa.

Cada cidade integrante desta rede precisa estar identificada em uma das sete áreas temáticas definidas pela Unesco: artesanato e artes folclóricas, *design*, cinema, gastronomia, literatura, artes midiáticas ou música. E, segundo a entidade, estas cidades devem trabalhar juntas posicionando a criatividade e a Economia Criativa no centro dos planos de desenvolvimento urbano visando torná-las cidades seguras, inclusivas e sustentáveis, em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil está representado na rede, atualmente, por 12 cidades: Belém (gastronomia); Belo Horizonte (gastronomia); Brasília (*design*);

Curitiba (*design*); Florianópolis (gastronomia); Paraty (gastronomia); Fortaleza (*design*); João Pessoa (artesanato e artes populares); Salvador (música); Santos (cinema); Recife (música) e Campina Grande (artes, comunicação e mídia).

O destaque fica para a região Nordeste, que congrega o maior número de participantes na Rede da Unesco no Brasil, graças ao empenho das gestões públicas e dos parceiros que vislumbraram o potencial transformador da Economia Criativa.

Outra importante ação é o Projeto Regional Nordeste da Cadeia de Valor da Economia Criativa, desenvolvido pelos Sebrae nordestinos, com foco no fortalecimento dos negócios criativos da região, geração de emprego e renda, bem como produzir conhecimento sobre a economia criativa.

Evidencie-se neste sentido os equipamentos de estímulo à criatividade, à inovação, ao consumo de informações, à geração de novos conhecimentos, ao aprendizado contínuo e às múltiplas conexões nos negócios presentes no território: Colabore em Salvador; o Porto Digital e o Armazém da Criatividade em Pernambuco; e os Sebrae Lab (espaço multifuncional para empreendedores experimentarem ideias inovadoras e novos processos de aprendizagem) de Fortaleza, Campina Grande, Recife, Natal, São Luís, por exemplo. Da mesma forma, os eventos Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos e o Festival de Economia Criativa do Nordeste realizados pelos Sebrae nordestinos.

Cabe ainda a referência à íntima relação da economia criativa com o turismo, que é uma atividade primordial para o desenvolvimento do Nordeste. Além da capacidade de gerar emprego e renda, esta relação contribui para a mudança de percepção de valor do turista quanto ao destino, que passa a distingui-lo conjuntamente pelos equipamentos, belezas naturais e ativos simbólicos produzidos pe-

los habitantes do lugar. O convívio dos turistas com a cultura local e os moradores dos destinos visitados tornam-se experiências que integrarão o portfólio de atrativos daquele lugar.

O turista transforma-se de espectador a protagonista da própria vivência, por meio do encontro com a população local e os conteúdos únicos expressos no artesanato, artes e ciências do lugar; assim, o turista espectador do tangível é conduzido para o universo intangível do local.

Observando esse contexto da Economia Criativa e considerando o Nordeste como berço histórico de importantes manifestações culturais, além de um território onde diversos profissionais utilizam a criatividade como principal ferramenta de trabalho, constata-se o enorme potencial da região ainda a ser desenvolvido na dinâmica dos negócios criativos.

Nesse passo, para aprofundar esse potencial no sentido do desenvolvimento sociocultural e o crescimento socioeconômico sustentável e duradouro, são necessários investimentos que criem condições para a constituição do ambiente criativo e melhoria das condições de vida e trabalho das pessoas e a conversão da criatividade em oportunidades de negócios, assim como formação que ofereça condições para a modelagem de novos negócios que conectem cultura, criatividade e inovação.

Os desafios são grandes, mas o potencial transformador presente nesta nova economia nos leva a acreditar que um futuro mais sustentável e socialmente justo para a região passa também por um olhar mais atento de gestores públicos e da sociedade civil para a Economia Criativa.

# PRELÚDIO DA UNIVERSIDADE NORDESTINA: SUJEITO, PROJETO E SUSTENTAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Paulo Fernando Cavalcanti Filho[7]

O Nordeste enfrenta uma encruzilhada histórica e o futuro do seu desenvolvimento dependerá dos caminhos escolhidos para enfrentar múltiplos desafios: uma pandemia durante a maior crise econômica nacional, em ambiente de necropolítica e negacionismo, sendo um território marcado pelo subdesenvolvimento secular. Nesta encruzilhada se encontram o momento, a necessidade, o papel e a tarefa histórica de uma "Universidade Nordestina". O atual momento de tríplice crise exigiu a súbita e intempestiva mobilização da comunidade de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) regional para criar e aplicar políticas, programas e iniciativas diversas para o enfrentamento dos problemas emergentes (Covid-19), urgentes (econômico e social) e estruturais (subdesenvolvimento) do Nordeste.

À medida que múltiplas faces destas crises se manifestam e aprofundam, surge a necessidade de ações em rede e uma nova forma de organização político-institucional que possibilite estrutura flexível e ágil de suporte e direção para as ações em construção e para efetivo impacto no território. A escala e o escopo em que a nova organização da comunidade de CT&I potencializará tarefas históricas de promoção do desenvolvimento regional guarda relação direta com o grau de enraizamento e integração territorial das ICTs que constituam o núcleo de um efetivo Sistema Regional de Inovação (SRI).

Quanto menos enraizadas permanecerem as atividades destas ICTs, em maior intensidade suas ações continuarão determinadas (em conteúdo, dimensão e sentido) por estruturas, atores, mecanismos

7. Professor-doutor em Economia; coordenador do Núcleo de Estudos em Tecnologia e Empresas/NETE-UFPB; coordenador do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba.

e instrumentos externos à região. O mapa de saberes construído e a construir, neste caso, é insuficientemente conectado às necessidades e desafios enfrentados em nível regional, o que explica e desfaz o aparente paradoxo da observada forte expansão da produção científica das ICTs nordestinas e o excepcional desempenho recente no depósito de patentes. Com uma agenda de pesquisa pautada por problemas técnico-científicos e socioeconômicos priorizados por instituições, publicações científicas e fontes de financiamento com centros de decisão externos à Região, é esperado que os resultados obtidos pelas ICTs, apesar de crescentes, mostrem a insuficiência e a limitação de suas parcerias tecnológicas com produtores regionais: patentes que não se transformam em inovações, ou seja, não produzem desenvolvimento no sentido schumpeteriano[8].

Desta análise situacional é possível amadurecer a compreensão sobre o papel lógico e crítico da especificidade histórica e territorial do SRI, em que este resulta e reproduz a organização institucional e as infraestruturas socioeconômicas correspondentes e necessárias ao processo de desenvolvimento, pois responsáveis por gerar a CT&I necessárias à sustentação de novo modelo regional. Rupturas nos modelos de desenvolvimento exigem transformações na organização, variedade, escala e objetivos dos atores que compõem o SRI e compreender este processo histórico possibilita esclarecer por quais caminhos o território precisará ser transformado para superar a atual encruzilhada do desenvolvimento do Nordeste.

Sem capacidade financeira endógena ao território, pequena escala produtiva e majoritariamente atuando em segmentos de baixa intensidade tecnológica e reduzida complexidade econômica, empresas de capital regional não conseguem exercer pressão sobre a direção dos esforços das ICTs locais, sendo ainda mais frágil a

8. Joseph Schumpeter (1993-1950), economista e cientista político austríaco, foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento.

situação de produtores familiares e grupos sociais marginalizados. Ao mesmo tempo, observa-se divergência entre os perfis formativo e produtivo-tecnológico agravados pelo avanço da informalidade do emprego. Produz-se, assim, um simultâneo desenraizamento e envelhecimento precoce da base científico-tecnológica, pois, adicionalmente, as trajetórias tecnológicas privilegiadas estão atreladas à estrutura produtiva dos velhos paradigmas, os quais constituem a base técnica dos capitais externos implantados na região.

Não se constitui, assim, um projeto político de desenvolvimento regional, mas apenas em suporte científico-tecnológico com recursos públicos para apoio subordinado a estratégias de grupos empresariais nacionais e internacionais na região. Neste contexto, as ICTs são cegamente pressionadas a produzir uma "ciência global" por meio da política de internacionalização acadêmica, sem qualquer estratégia regional de longo prazo a orientá-la. Mas há janelas de oportunidade que permanecem abertas.

Tendo como base de apoio a forte expansão observada na primeira década deste século, esta expandida comunidade científica alcança massa crítica para que se construam novos valores e interesses. Às vésperas do período de "trevas bolsonaristas", as ICTs nordestinas iniciaram o desenho de um conjunto de inovações institucionais, buscando novas formas de articulação tanto ao novo tecido produtivo regional, formado por centenas de arranjos produtivos locais, quanto aos grupos sociais organizados em defesa das necessidades da população mais fragilizada. Este gradual realinhamento territorial aproximou estas instituições dos governos estaduais, formando novos "nós" da rede de instituições e atores que aponta para constituição de um novo SRI, formando uma nova base social de sustentação política para um projeto regional.

Este realinhamento tem enfrentado forte e sistemático processo de violência institucionalizada, originada no governo federal, cujo alvo

central é a universidade nordestina. Sua autonomia constitucional tem sido progressivamente fragilizada e suas iniciativas e protagonismo sistematicamente constrangidos por ações autoritárias (em particular a nomeação de dirigentes não eleitos pela comunidade universitária) e do nefasto "lavajatismo". A comunidade científica nordestina tem reagido com coragem e altivez a estes ataques da necropolítica, afirmando que a Democracia precisa prevalecer como base político-jurídica da autonomia universitária.

Em iniciativa marcante, reitores e reitoras de 34 ICTs públicas nordestinas iniciaram processo de articulação para uma atuação articulada e orientada das capacidades, conhecimentos, competências e habilidades técnico-científicas. Assinam o Manifesto da Ciência pela Vida Plena (por ocasião do centenário de Celso Furtado) e uma Carta de Intenções para formação da "rede de ICTs públicas do Nordeste/RICTNE", inovação institucional proposta por integrantes da comunidade científica nordestina que formaram o Círculo de Desenvolvimento Regional (CDR) articulado ao Projeto Mandacaru do Comitê Científico dos Consórcio de Governadores do Nordeste. O foco da estratégia da RICTNE tem no Desenvolvimento Regional Sustentável o tema-articulador das diversas ações em uma estrutura de redes interinstitucionais orientada para articulação e consolidação do novo Sistema Regional de Inovação.

Neste contexto, testemunha-se o momento histórico em que a defesa da autonomia universitária e de suas bases democráticas de gestão são os pilares desta nova capacidade de trabalho coletivo, a partir daqueles que Celso Furtado chamou de "trabalhadores do pensamento". A tarefa histórica desta "universidade nordestina" se materializa na construção de uma nova trajetória para o processo de desenvolvimento econômico e social sustentável da Região, tendo o conjunto das ICTs públicas do Nordeste como Sujeito deste processo, enquanto renovado e fortalecido ator político-regional que reúne um conjunto de atributos qualificadores para este papel.

## REDUZIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS É O CAMINHO PARA UM PAÍS MAIS JUSTO

Francisco Alexandre[9]

Dizer que o Brasil é desigual é afirmativa antiga e repisada. Por outro lado, é perceptível que por anos a fio não existiram planejamentos estratégicos apontando políticas consistentes para reduzir as diferenças inter-regionais candentes quando se olha para o Brasil como um todo. Esta dinâmica foi mudada nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). O governo Lula olhou com cuidado as diferentes realidades do país instituindo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deu fôlego de desenvolvimento, período marcado por geração de emprego e diminuição das desigualdades na região. Estratégia paralisada a partir do golpe que derrubou o governo Dilma Rousseff (PT) e levou o país ao obscurantismo e reacionarismo vivenciados atualmente.

A alternativa diante da falta de perspectivas em relação aos governos conservadores ultraliberais que controlam o país desde 2016 foi criar o Consórcio Nordeste, iniciativa exitosa que mostra quão importante é pensar as necessidades locais a partir de suas realidades, com a visão daqueles que as enfrentam no dia a dia, ou seja, das lideranças políticas, da população, das organizações sociais, das entidades de classe e das universidades, entre outros.

As experiências do PAC e do Consórcio Nordeste mostram que a mudança de patamar nas regiões menos desenvolvidas do país passa, necessariamente, por entender que os problemas vividos por cada uma delas são todos de ordem nacional, que o país somente se tornará mais igual com ações do governo federal capazes de fomentar crescimento e diminuir desequilíbrios.

9. Engenheiro civil e advogado; membro do Diretório Estadual PT-PE.

As propostas trazidas no Relatório do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas do Nordeste (NAPP-NE) tiveram como ponto de partida a avaliação das experiências exitosas dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores da região, onde acontecem experiências que merecem ser avaliadas e incluídas no plano de governo a ser apresentado ao Brasil. O trabalho é uma obra feita a muitas mãos, com a participação de técnicos, lideranças políticas, parlamentares, senadores e governadores, que ajudaram a construir um conjunto de propostas com o objetivo dar nova visão ao processo de desenvolvimento da região.

Pensar estratégia de médio e longo prazo para região Nordeste é uma questão central para qualquer que seja o governo. Somos mais de 56 milhões de habitantes. Mais de 39 milhões de eleitores e 18% do território nacional. Região que há décadas acompanha a estagnação na distribuição da riqueza nacional, representando apenas 14% do PIB nacional. O desafio é, portanto, como fazer esse vasto território voltar a ter crescimento sustentável, geração e distribuição de riqueza, empregos e condições sociais dignas para a maioria das pessoas.

Quando falamos em desenvolvimento da região Nordeste pensamos em infraestrutura, equilíbrio hídrico, meio ambiente, agricultura (familiar e agronegócios), rodovias, ferrovias, navegação, portos, sustentabilidade, fontes e disponibilidade energética, tecnologia da informação. Petróleo e gás, que têm importância fundamental na economia nordestina, tiveram a indústria afetada pela falta de política estratégica do atual governo, que priorizou o fechamento de unidades, refinarias e a liquidação de ativos da PETROBRAS como forma de privatizar a empresa de forma fatiada. Um escândalo com o patrimônio do país.

Do mesmo modo, o desenvolvimento regional passa também pela otimização da rede de universidades, escolas técnicas e institutos

de educação. Preocupação com a rede de atendimento à saúde, estruturas de segurança e transporte. Muitas delas carentes de atualização tecnológica, com estruturas precárias e inapropriadas. Somam-se a isso a necessidade de desenvolvimento de políticas e programas para formação, atração e retenção de talentos nas estruturas do Estado.

O Nordeste é uma região estratégica para o país e assim precisa ser encarado. Temos vantagens que precisam ser exploradas e vistas como oportunidades para o país. Entre elas, podemos citar que estamos mais perto da Europa, Ásia e Estados Unidos (entre 2 e 3 mil km, a depender do porto de partida). Então, para criar as condições para o escoamento da produção nacional é preciso que se consolide os eixos ferroviários ligando o centro-oeste para os portos da região. Quando se fala em energia limpa, a região tem potencial e pode gerar energia solar e eólica todo o ano, o que cobra a necessidade de se pensar em projetos capazes de responderem a estratégia de política energética do país.

As experiências mostram que o Estado tem papel fundamental no fomento, elaboração e implementação de políticas públicas para suportar projetos estruturantes (para os que insistem na cantilena de que o Estado deve ficar fora desses papéis, vale lembrar como estados nacionais, a exemplo dos EUA Inglaterra e Alemanha, agiram na crise pandêmica que afeta o mundo há dois anos), juntamente a parcerias com fundos de investimentos, bancos e a busca por parcerias público-privadas, que têm mostrado ser uma boa forma de financiar setores estratégicos, muitos deles intensivos em capital, com menor desembolso para o Estado.

O desafio para os que trabalham o programa de governo é entender que entre as missões está a de observar que as realidades e necessidades país afora são distintas. Assim, é essencial ter programas que possam dar vazão às demandas como elas são, pois a produ-

ção de projetos pensando somente a partir das regiões centrais não dialogam com o mundo real da grande parte do país que ainda vive à margem da condição digna de sobrevivência humana. São realidades, portanto, que precisam fazer parte das preocupações na elaboração do Programa Lula Presidente, planejando ações para o país voltar investir e retomar o desenvolvimento com a retomada de empregos, renda e erradicação da miséria.

CADERNOS
TEORIA e DEBATE

**Fundação Perseu Abramo**
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana 04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299 – www.fpabramo.org.br